

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE GRADUAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA DE HISTÓRIA**

LUANA PAZ

**MÁSCARAS, PERSONAS OU ESTEREÓTIPOS: As representações da
Imperatriz Leopoldina em disputa**

São Leopoldo
2021

LUANA PAZ

**MÁSCARAS, PERSONAS OU ESTEREÓTIPOS: As representações da
Imperatriz Leopoldina em disputa**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Licenciado em
História, pelo Curso de História da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos –
UNISINOS.

Orientadora: Prof.^a Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck

São Leopoldo
2021

“Desta forma, pode pensar-se uma história cultural do social que tome por objeto a compreensão das formas e dos motivos – ou, por outras palavras, de representações do mundo social – que, à revelia dos atores sociais, traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou gostariam que fosse” (CHARTIER, 1990, p. 19).

Dedicatória

Dedico esta monografia às minhas filhas e, principalmente, às minhas futuras alunas. Que este estudo contribua para o conhecimento e que a nossa luta nunca seja esquecida.

AGRADECIMENTOS

O ano de 2020 e, conseqüentemente, 2021 trouxeram muitos desafios à conclusão do meu curso de Licenciatura em História. A pandemia da Covid-19 ceifou vidas e inúmeros sonhos. Acompanhei, atônita, a morte de mais de 170 milhões de pessoas do mundo, sendo que, dentre estes, 460 mil eram brasileiros. A negligência de uma administração populista por parte do atual presidente da república impediu que o Brasil fosse um dos primeiros países a receber a vacina imunizante. Graças a Deus, não perdi nenhum familiar, mas conhecidos e parentes de amigos próximos engrossam esse triste número.

Um dos momentos mais aguardados por mim, minha festa de formatura não será possível, assim como os estágios obrigatórios que tive que fazer na forma remota. Sou parte de uma leva de professores recém-formados que concluem o Curso sem a vivência da sala de aula. Em meio ao caos econômico que o Brasil vive, ao crescente desemprego e ao aumento da pobreza que se instaurou no país, pude concluir este ciclo da minha vida. Um momento que seria de festa acabou se tornando um ato de resistência. E quero que isto fique registrado nesta monografia.

Agradeço, primeiramente, à minha mãe, Luísa, pelo apoio e suporte dado durante a parte final do curso. Obrigada mãe! Essa graduação é apenas a primeira, eu prometo!! Que eu seja metade da mulher honrada e dedicada que tu és. Te amo!

E ao meu pai, Antônio, por ser meu porto seguro. Obrigada pai! Eu gostaria de poder fazer muito mais por ti. Como já fizeste por mim. Te amo!

Ao Juliano, meu companheiro, pela paciência, compreensão e parceria durante todo o curso, principalmente pelo apoio nesta reta final. Amor, tu és de longe o meu melhor amigo. Obrigada por tudo. Te amo muito!

Às minhas meninas Maria Clara e Cecília, por serem minha motivação diária.

Filhas, obrigada!! Este trabalho é uma forma de contribuir para um mundo melhor para vocês. A mamãe ama vocês imensuravelmente. Meu pocoyo e meu popoti!!

Também gostaria de pedir desculpas e agradecer por estarem sem presentes e entenderem meu mau humor, reclusão e cansaço durante os semestres.

Agradeço muito à minha orientadora, Prof.^a Dra. Eliane Fleck, pela orientação, pelas dicas e pela ajuda na escrita do meu “monstrinho”. És uma das minhas referências. Obrigada por ter me escolhido como monitora, e apostado na minha

capacidade, o que foi de extrema importância para o meu amadurecimento. E muito obrigada pela parceria que tivemos nesses dois anos juntas! Não poderia ter sido melhor. Nunca vou esquecer!! Minha oráculo. Obrigada.

Às amigas que fiz durante o curso, Juliana Boeni e Giovana Oliveira. Com vocês, as noites se tornaram mais divertidas e a caminhada mais leve. Meu limãozinho e meu bodinho. Três pedrinhas de gelo que quando colocadas juntas formam um enorme coração. Amo vocês! Cada uma do seu jeitinho.

E aos meus amigos que, mesmo longe, sempre me incentivaram de alguma maneira. Ana, Cassiano, Daiane e Rose, obrigada pelo carinho e amizade. Vocês são especiais.

E às mulheres da minha família, vó, tias, primas, afilhadas, sogra e cunhada. Trago comigo um pedacinho de cada uma de vocês.

Por fim, mas não menos importante, agradeço a Deus, por ter me dado coragem, determinação, paixão e, principalmente, a oportunidade de chegar até aqui. Esta filha te dará muito orgulho. E ao meu velho amigo, Ildo Franz (in memoriam), que foi o primeiro a acreditar na minha vocação. Sinto sua falta. Obrigada!!

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise de obras já produzidas sobre a Imperatriz do Brasil, D. Leopoldina, com o objetivo de perceber e discutir como seus autores a retrataram no século XX e XXI. Para tanto, foram consideradas obras de diferentes épocas, escritas tanto por autores homens, quanto por autoras mulheres, com o objetivo de destacar as representações criadas sobre a primeira Imperatriz do Brasil, bem como as disputas que envolvem a construção de uma memória sobre D. Leopoldina. As diferentes representações criadas sobre D. Leopoldina serão examinadas tendo em vista o realce dado, ora ao seu papel como articuladora política, ora àquele desempenhado, exclusivamente, como mãe e esposa, com o propósito de identificar e compreender as razões de sua manutenção ou, então, das mudanças havidas nessas representações, em função dos diferentes contextos de produção e das diferentes influências teóricas com as quais seus autores dialogam.

Palavras-chave: Biografia. D. Leopoldina. Historiografia. Memória. Representações.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Recriação a partir do quadro “Leopoldina, princesa da Independência, das artes e das ciências”, pintado por Joseph Kreutzinger em 1815	29
Figura 2 – Quadro “Princesa Real Carolina Leopoldina”, pintado por Jean-Baptiste Isabey em 1817	29
Figura 3 – Quadro “D Leopoldina de Habsburgo, Arquiduquesa da Áustria e Imperatriz do Brasil”, pintado por Nicolas-Antoine Taunay	29
Figura 4 – A Imperatriz Leopoldina, de Carlos Oberacker Jr.	45
Figura 5 – D. Leopoldina. A história não contada, de Paulo Rezzutti	58
Figura 6 – D. Pedro I, de Isabel Lustosa.....	72
Figura 7 – A Carne e o Sangue, de Mary Del Priore.....	84

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 VIDA E MORTE DE D. LEOPOLDINA	30
2.1 A PRINCESA DA ÁUSTRIA	30
2.2 A IMPERATRIZ DO POVO	36
3 A MÃE DOS CÉSARES	46
3.1 LEOPOLDINA POR CARLOS OBERACKER JR.	46
3.2 LEOPOLDINA POR PAULO REZZUTTI	59
4 DADOS JOGADOS AO AZAR	73
4.1 LEOPOLDINA POR ISABEL LUSTOSA.....	73
4.2 LEOPOLDINA POR MARY DEL PRIORE	85
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS	107

1 INTRODUÇÃO

As várias representações de Dona Leopoldina, a primeira imperatriz do Brasil, que são abordadas neste Trabalho de Conclusão de Curso, me chamaram a atenção em uma atividade realizada na disciplina de História do Brasil II, que previa a apresentação - sob a forma de seminário - das biografias dos principais personagens do Primeiro Reinado. Dentre as personagens, me interessei por Dona Leopoldina e realizei a leitura tanto da obra *A Carne e o Sangue: A Imperatriz D. Leopoldina, D. Pedro I e Domitila, a Marquesa de Santos*, de Mary Del Priore (2012), quanto de *D. Pedro I. Um herói sem nenhum caráter*, de Isabel Lustosa (2006). Ao tomar contato com estas duas obras, percebi que variava a forma como as duas autoras a apresentavam. Intrigada com as razões para esta diferença de abordagem, decidi fazer a leitura de outras obras e me deparei com mais outras formas. Foi, então, que decidi pela abordagem das diferentes representações de Dona Leopoldina no meu Trabalho de Conclusão, buscando desvendar as razões para que certas representações sobre a primeira imperatriz do Brasil prevaleceram sobre outras.

É preciso dizer que eu já conhecia, superficialmente, a história de vida de Dona Leopoldina dos tempos de escola, mas as informações sobre ela sempre vinculavam suas ações a D. João VI e a D. Pedro I. Pouco se soube naquela época sobre o que pensava ou sentia a primeira imperatriz do Brasil. Segundo Hahner (1981, p.14),

Os homens enquanto transmissores tradicionais da cultura na sociedade, incluindo o registro histórico, veicularam aquilo que consideravam e julgavam importante. Na medida em que as atividades das mulheres se diferenciam consideravelmente das suas, elas foram consideradas sem significação e até indignas de menção. Por isso as mulheres permanecem à margem das principais relações do desenvolvimento histórico.

Ao focar a história de vida de uma personagem mulher, pude explorar também meu interesse no movimento feminista, em especial, nas influências que exerceu sobre a historiografia brasileira,¹ perceptíveis nas representações que passaram a ser construídas sobre personagens mulheres de nossa história. Segundo a historiadora Mary Del Priore (1989, p. 22), duas proposições marcaram o início das

¹ Para as historiadoras Maria Helena Capelato e Eliana Regina de Freitas Dutra, houve uma significativa renovação da historiografia brasileira, que se estendeu de 1984 até 1994.

produções sobre o feminino: a de fazer emergir a mulher no cenário de uma história pouco preocupada com as diferenças sexuais e a de demonstrar a exploração, a opressão e a dominação que a vitimava.

A personagem que foi tratada nesta monografia chama-se Carolina Josefa Leopoldina. Nasceu em 22 de janeiro de 1797, filha do Imperador Francisco I² da Áustria, que pertencia ao então Império Romano-Germânico. Leopoldina, como era conhecida entre seus familiares, teve uma educação invejável, e, desde muito cedo, lhe foram propiciados recursos e instrumentos para desenvolver suas habilidades, uma vez que as princesas “eram educadas para serem capazes de sacrificar o interesse próprio por razões de Estado” (LUSTOSA, 2006, p.74).

A casa Habsburgo era muito influente na Europa, possuindo grande poder econômico, obtido por acordos comerciais, casamentos, e acordos políticos. Seu avô, Leopoldo II³ se empenhara na construção da imagem desta grande dinastia. Francisco I sempre teve grande apreço pela filha, incentivando-a a escolher assuntos de política e economia e preparando-a para a liderança.⁴ A religião também tinha um espaço muito importante em sua vida, sendo extremamente devota e praticando a caridade.

Para o seu casamento com o príncipe D Pedro⁵, Leopoldina “tinha sido orientada pelo pai a conquistar a amizade e confiança de D. João (sogro e rei)” (LUSTOSA, 2006, p.88), pois a união das casas dinásticas aumentaria o prestígio dos Bragança e possibilitaria aos Habsburgo novas possibilidades na América. As negociações para a união foram bem-sucedidas e Leopoldina “já chegara ao Rio de Janeiro perdidamente apaixonada pelo marido” (LUSTOSA, 2006, p.83), o príncipe D. Pedro.

De acordo com Lustosa (2006, p.87), Leopoldina não era ingênua, sabia que seria muito difícil viver em um continente novo e sem requintes, “[...] era a primeira pessoa com uma boa bagagem cultural com quem d. Pedro entrava em contato íntimo”. Mas estava disposta a deixar tudo e todos que amava para ir ao seu destino:

² Francisco I da Áustria foi o último Imperador do Sacro Império Romano-Germânico (1792-1806).

³ Leopoldo II, filho da Imperatriz Maria Teresa, foi o avô da Imperatriz Leopoldina. Acreditava que as crianças deveriam aprender a ter qualidades como humanidade, compaixão e vontade para fazer o povo feliz.

⁴ As princesas da Casa Habsburgo foram educadas e preparadas para governar. “Os outros que façam guerra, tu, Áustria, feliz, casa-te” (REZZUTTI, 2017, p. 47), este foi o conselho dado por Leopoldo II às princesas. Primordial para uma futura rainha. Este assunto será melhor desenvolvido no capítulo 1.

⁵ D. Pedro I, do Brasil e IV de Portugal (1798-1834), foi o primeiro Imperador do Brasil.

ser Imperatriz do Brasil. É a partir deste momento que a historiografia dedica-se a descrever a princesa e os anos que viveu no Brasil.

Durante muitos anos, a imagem que se construiu da Imperatriz foi a de uma esposa muito apaixonada pelo marido, uma mãe extremamente zelosa e uma mulher melancólica, como se pode constatar nas passagens que extraímos de algumas das obras escritas por autoras século XXI:

Leopoldina engordava, cavalgava, e seguia entretida só com as “belas filhas” (DEL PRIORE, 2012, p. 127).

No dia 29 de junho, já de volta ao Rio de Janeiro, ele D. (Pedro) compareceu ao aniversário de uma dama da corte, acompanhado de d. Leopoldina, Domitila⁶ e seus parentes mais próximos. Em recompensa por ter se prestado a isso, a imperatriz recuperou o direito de sair (LUSTOSA, 2006, p. 232).

“De esposa submissa a conselheira do imperador” Leopoldina não era bonita nem sedutora; esteve grávida por nove vezes, teve três abortos, perdeu um filho pequeno. Aos vinte e poucos anos era uma mulher envelhecida, deprimida e pouco vaidosa (KANN; LIMA, 2006, p. 141).

Autores mais contemporâneos, como Paulo Rezzutti (2017), trazem uma visão diferente da mesma Imperatriz, apresentando-a como uma mulher que se impõe, uma mulher resistente e determinada, uma mulher articuladora e esperta; como demonstram as citações

Essa não seria a primeira vez que d. Leopoldina discordaria dos métodos do marido, nem de sua dubiedade e dúvidas em determinados momentos (REZZUTTI, 2017, p. 200).

Apesar do calor, ela não se fez de indolente. Exercitava-se com o marido: saía diariamente com ele às oito horas da manhã para caçar, muitas vezes a cavalo (REZZUTTI, 2017, p.179).

D. Leopoldina havia se desdobrado até 1821 em diversas facetas, ou, porque não, personas. Para cada interlocutor, a princesa havia mostrado uma máscara (REZZUTTI, 2017, p. 202).

Para entendermos essa variedade de imagens criadas sobre Dona Leopoldina,

⁶Domitília de Castro Canto e Melo, como consta em sua certidão de batismo, ou Domitila, nasceu em São Paulo de 1797. Filha do militar João de Castro do Canto e Melo e da paulista Escolástica Bonifácia de Toledo Ribas, podia ser considerada da elite colonial paulista.

torna-se fundamental recorrer ao conceito de representação e, também, às disputas de representações. O historiador francês Roger Chartier (2010, p. 26) define representação como:

Simplex imagens verídicas ou enganosas de uma realidade que lhes é exterior. Elas produzem uma energia própria que convence de que o mundo [...] é realmente aquilo que dizem que é. Produzidas em suas diferenças pelos distanciamentos que fraturam as sociedades, as representações, por sua vez, as produzem e reproduzem.

Para tratar das representações, e “como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p.17), serão utilizados os trabalhos de Roger Chartier, como *A História Cultural: entre práticas e representações* (1990), *O mundo como Representação* (1991), e *Acerca do conceito de representação*, escrito por Dominique Coelho dos Santos (2011). Os pressupostos teóricos de Chartier são fundamentais para podermos responder porque certas representações foram construídas sobre Leopoldina, levando em consideração tanto o contexto de sua produção, quanto os interesses e disputas que caracterizam esse processo ao longo dos séculos.

Foi na Idade Média que a palavra representação passou a ganhar o sentido de “retratar, figurar ou delinear, (e) o termo passa a ser aplicado para objetos que ocupam o lugar de, ou correspondem a algo ou alguém” (SANTOS, 2011, p. 3). De acordo com Santos (2011, p. 6), “estamos diante de um conceito repleto de polissemias e sem um significado fixo”.

A identificação e análise das representações nos ajudam a compreender como indivíduos pertencentes a grupos sociais, interpretam e constroem o mundo em que estão inseridos. Para Chartier, existem outros pontos importantes a serem observados, como as crenças, as relações sociais e a sociabilidade e, ainda, as relações de parentesco mantidas pelos indivíduos. Ou seja, para analisarmos as representações que foram criadas sobre determinados personagens históricos, como Dona Leopoldina, devemos primeiramente identificar quem as escreveu, para compreender qual a mensagem este autor almeja difundir.

Essa forma de representação, chamada por Bourdieu, de *violência simbólica*, está associada às lutas de representações. Francismar A. Lopes de Carvalho (2005, p. 153) simplifica essa afirmação dizendo que “as lutas antes baseadas na violência

bruta transformaram-se em lutas simbólicas, tendo as representações por armas”. Para discutir essas disputas, o autor se apoia nos estudos de Pierre Bourdieu, Arlette Farge, Michelle Perrot e Thomas Laqueur. Um bom exemplo é a dominação masculina sobre a mulher, que tenderia a ser orientada através de uma série de mecanismos (inferioridade jurídica; recomendação escolar dos papéis sexuais e da divisão de tarefas; a exclusão de esferas públicas etc.), que “tendem a garantir que as mulheres consintam nas representações dominantes da diferença entre os sexos, e assim contribuam para a própria sujeição” (CHARTIER, 2002, p. 95).

As representações têm, também, como finalidade auxiliar no entendimento dos símbolos utilizados na cultura. Para a historiadora Sandra Pesavento (2006, p. 2) “A cultura é uma tradução do mundo em significados, não é o reflexo dessa realidade”, ela explica que “representações são presentificações de uma ausência, onde representante e representado guardam entre si relações de aproximação ou distanciamento” (PESAVENTO, 2006, p. 5), ou seja, a relação entre ambos pode definir o tipo de representação utilizada naquele momento. Quando representada, Leopoldina, em certo momento, oscila entre mulher decidida e omissa, entre ingênua e estrategista, entre apaixonada e conformada, representações que lhe são atribuídas por autores distintos em tempos diferentes. A realidade da representada Leopoldina, e o seu representante, o autor, tem um distanciamento cronológico e intelectual, perpassado pelas suas intenções.

Ao utilizar as representações para descrever um personagem, o autor busca preencher – através delas – a ausência das razões e dos sentimentos vividos, fazendo uso da sensibilidade. Para Pesavento (2006, p. 5),

As sensibilidades são uma forma de apreensão e de conhecimento do mundo para além do conhecimento científico, que não brota do racional ou das construções mentais mais elaboradas. [...] Como forma de ser e estar no mundo, a sensibilidade traduz-se em sensações e emoções.

Assim, representações e sensibilidades, juntamente com a cultura, servem de combustível para a memória. Se a história é a narrativa que torna presente uma ausência, a memória recupera através do uso de imagens. A memória é a responsável por armazenar as representações, e propagar no âmbito social gerando assim os mitos.

A concretização de uma ou mais representações resulta no mito, este, por sua vez, parece “traduzir a maneira com que os grupos se lembram da sua própria existência; ele contém certo grau de verdade misturado com lendas e tradições conservadas e superpostas no tempo, veiculadas oralmente de uma geração a outra” (KALAMPALIKIS, 2009, p. 90). Embora ele não seja verificado, analisado, pesquisado, ele é facilmente transmitido. Sob esta perspectiva, nos deparamos com a visão do mito como ferramenta de um imaginário coletivo, cultural e histórico, fundamental para a criação de uma identidade nacional, ou para a base de um povo em construção. É preciso saber identificar os vestígios do mito no senso comum, na memória cultural, para tentar destacar as disputas de representações na formação e na gestão do cotidiano do representado e na organização do saber social. “Ela desempenha, portanto, um papel fundamental na moldagem de uma mentalidade coletiva” (MIGUEL, 1998, p. 1).

Para D’Araujo (2004, p. 02), “Os mitos podem também referir-se ao mundo da política e inspirar ordem, paz, luta, identidade nacional, progresso, grandeza, pertencimento”. No Brasil, há poucos personagens dignos desse panteão, entre eles encontramos Tiradentes e Getúlio Vargas, ambos vitimados na busca pelos seus ideais. Tiradentes está mais associado a Cristo e mártir do povo, enquanto Getúlio encarna um personagem de líder e “pai dos pobres⁷”. A formação de um mito político vem agregado de significados, sendo estrategicamente posto no lugar de uma falta ou para “equiparar participação a representação, medindo a primeira pela capacidade de grupos e interesses de se fazerem representados” (PINTO, 1994, p. 257).

Quando analisadas as representações da Imperatriz, nota-se o grande destaque que é dado ora para seu papel decisivo na política, ora para uma atuação apenas participativa, mas influente nas decisões de Estado, ou seja, na Independência do Brasil. Para Luiz Felipe Miguel (1998, p. 2), “O mito extrai sua força da característica de não se apresentar como símbolo, mas como fato”, o que se enquadra perfeitamente em Leopoldina, pelo vasto registro de correspondência trocado entre ela e outros personagens que corroboram para essa afirmação. Em trecho, extraído da obra de Rezzutti (2017, p 268), Leopoldina escreve: “O Brasil é grande demais, poderoso e, conhecendo sua força política, incapaz de ser colônia de

⁷ Durante o período do Estado Novo (1937-1945), Vargas implementou, pela primeira vez na História do país, uma abrangente política de direitos sociais e trabalhistas, alguns destes, antigas reivindicações das classes populares brasileiras (FGV/CPDOC, 2021).

uma corte pequena”. Impossível não munir-se dessa afirmação para enaltecer uma nação em construção e justificar os acontecimentos seguintes. Leopoldina se torna, um mito político de representação feminina e, de certa forma, empoderada para sua época.

Cabe, então, a pergunta: a criação de um mito acontece por acaso? Definitivamente não, a fundamentação desse mito é pensada e embasada. O autor José Murilo de Carvalho (1990, p. 55), citado anteriormente, nos conta que, para a formação do mito/herói, este “tem de ter, de algum modo, a cara da nação. Tem de responder a alguma necessidade ou aspiração coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizado”. A imagem de mártir atribuída a Tiradentes é a mesma representada para Leopoldina, sacrifício físico em prol de um bem maior. Assim como a Imperatriz, Tiradentes também foi vítima “de um sonho, de um ideal” (CARVALHO, 1990, p. 68). Os dois personagens ainda se completam pela vitimização de uma traição dos seus mais próximos, no caso de Leopoldina, é D. Pedro I, e, de Tiradentes, Joaquim Silvério. A roupagem de mito lhes é atribuída com sucesso pelo fato de um ser o representante do povo que lutou pela liberdade e pagou com a vida, e a outra, uma princesa, a quem, segundo a historiadora Mary Del Priore (2012, p. 46), “não cabia governar, pois mulher considerada decente para a época deveria ser submissa e conservar o silêncio”, quebrou os paradigmas e tomou a frente nas decisões (PORTO, 2010).

Essas representações de Dona Leopoldina me fizeram questionar: Como os autores definiram a imagem que seria divulgada sobre a Imperatriz em suas obras? Como os autores podem criar representações tão distintas sobre a mesma personagem? O gênero dos autores das obras interfere na criação das imagens? Este último questionamento está vinculado à observação que Perrot (2019, p.21) nos faz:

Para escrever a história, são necessárias fontes, documentos, vestígios. E isso é uma dificuldade quando se trata da história das mulheres. Sua presença é frequentemente apagada, seus vestígios, desfeitos, seus arquivos destruídos.

Parte dos meus questionamentos também estão direcionados à compreensão da influência exercida pelo movimento feminista na manutenção ou na maior divulgação de algumas dessas representações, lembrando que a:

História da Mulher como um eixo da historiografia surgiu em meados da década de 70 através do movimento feminista. Esse movimento escreveu essa história, inicialmente focado no campo político, em que retratava as opressões vividas pelas mulheres e registrava a figura feminina como protagonista da história (SILVA, 2018, p.2).

Inúmeras são as fontes do século XIX nas quais encontramos relatos da vida de Leopoldina no Brasil, e, dentre elas, destacamos as cartas trocadas pela Imperatriz com o Barão de Mareschal⁸ e com Maria Graham.⁹ Vejamos alguns dos trechos extraídos destas correspondências:

Parece-me impossível que a Sra. Arquiduquesa não veja o que se passa tão diretamente sob os seus olhos, mas S.A.R. tem a alta prudência de jamais fazer menção disso para quem quer que seja e de simular que nada percebe (CARTA DE MARESCHAL DIRIGIDA À CORTE DA ÁUSTRIA, em outubro de 1825 apud LUSTOSA, 2006, p. 214).

Encontrei Sua Majestade em sua biblioteca, inteiramente só, e pareceu-me fraca de saúde, e com maior depressão de ânimo do que de costume (DIÁRIO DE MARIA GRAHAM, em 8 de setembro de 1826 apud LUSTOSA, 2006, p. 233).

A própria Imperatriz, em uma de suas cartas escritas à sua irmã Maria Luísa,¹⁰ desabafa:

Há quase quatro anos, minha adorada mana, como a ti tenho escrito, por amor de um monstro sedutor me vejo reduzida ao estado da maior escravidão e totalmente esquecida pelo meu adorado Pedro (CARTA DE LEOPOLDINA DIRIGIDA À MARIA LUÍSA, em 08 de dezembro de 1826 apud KANN; LIMA, 2006, p. 451).

O número de obras escritas sobre Dona Leopoldina também é vasto, o que se justifica quando “num casal onde o cônjuge masculino é célebre” (PERROT, 2019, p. 21). Destas obras, algumas a trazem como coadjuvante, outras em destaque, e encontramos até uma intitulada autobiografia.

⁸ Philippe Leopold Wenzel, barão de Mareschal (1784-1851), diplomata austríaco encarregado de negócios da Áustria, no Brasil, de 1819 a 1826 e ministro plenipotenciário em 1827.

⁹ Maria Dundas, pelo primeiro casamento, Maria Graham, pelo segundo, foi amiga e confidente da Imperatriz Leopoldina.

¹⁰ Maria Luísa da Áustria era filha de Francisco I e irmã mais velha da Imperatriz Leopoldina. Casou-se com Napoleão Bonaparte e se tornou uma das mais importantes confidentes da Imperatriz.

Dentre as obras já produzidas, estão as de Gertraude Shultz Steigleder, que, em 1969, publica a obra intitulada *Leopoldina. Imperatriz do Brasil*, onde traz toda a problemática social em torno da Imperatriz e sua participação política. Em 1973, Carlos Henrique Oberacker Jr lança *A Imperatriz Leopoldina: sua vida e sua época: ensaio de uma biografia*, na qual traz um compilado de cartas e documentos a respeito da Imperatriz, dando novamente lugar de destaque a ela na Independência do Brasil; em 1980, Maria Amélia Arruda Botelho de Souza Aranha, publica a obra *A Arquiduquesa D. Leopoldina: I Imperatriz do Brasil*. A autora descreve uma mulher sofrida, deprimida e arrependida de ter deixado seu lar para morar no Brasil.

Já em 1997, a austríaca Gloria Kaiser, publicou *Dona Leopoldina, Uma Habsburgo no trono brasileiro*, obra na qual enaltece a conterrânea com virtudes políticas e postura de liderança. No mesmo ano, 1997 o IHGB (Instituto Histórico Geográfico Brasileiro) lança, em comemoração aos 200 anos da Imperatriz, a obra intitulada *200 Anos Imperatriz Leopoldina*, sob autoria de Guilherme Schubert, que consiste em uma biografia da Imperatriz, passando rapidamente por sua criação até seu casamento e chegada ao Brasil (KAISER, 1997; GLAMURAMA, 2016).

Em 2002, Mônica Buonfiglio descreve sua obra como sendo “um resgate histórico fundamental para que o mundo moderno caminhe para a verdadeira igualdade de gêneros”. A obra intitulada *Imperatriz Leopoldina: O Anjo da Independência do Brasil* traz a decisiva participação de Leopoldina no processo de Independência.

Dois anos depois, em 2004, Sonia Sant’Anna lançou a obra *Leopoldina & Pedro I: a Vida Privada na Corte*, na qual a autora aborda o período de sua ascensão como Imperatriz e a dificuldade em manter o casamento de aparências em clima harmônico.

No ano de 2006, em celebração aos 180 anos da morte da Imperatriz, foi lançada, através do empenho de escritores brasileiros e austríacos, a obra intitulada *D. Leopoldina. Cartas de uma Imperatriz*, cujo objetivo era o de divulgar uma autobiografia. Sob a coordenação de Bettina Kann e Patrícia Lima e Souza, a obra traz mais de 400 cartas escritas pela Imperatriz em diferentes períodos da vida.

Marsílio Cassotti, em 2015, lança a obra intitulada *Biografia íntima de Leopoldina*, com o intuito de revelar a intimidade da Imperatriz e fatos desconhecidos. Nesta obra, o autor também traz informações sobre sua relação com a sogra, Carlota Joaquina, e descreve suas desavenças e desentendimentos na Corte Portuguesa e (CASSOTTI, 2015). Em 2016, o historiador e escritor Renato Drummond Neto, lança

a obra intitulada *Rainhas Trágicas*, na qual reconstitui a história, de forma cronológica, de 15 soberanas que tiveram, segundo o autor, uma vida ou uma morte trágica, entre elas estão Leopoldina, Maria Antonieta, Ana Bolena, entre outras.

Em 2017, Paulo Rezzutti publica a obra *D. Leopoldina, a história não contada: A mulher que arquitetou a independência do Brasil*, que apresenta Leopoldina como uma mulher virtuosa e feminina, que, com doçura e firmeza, conduzia e articulava, juntamente com D. Pedro I, os destinos do Brasil independente. Também nesta data a embaixadora da Áustria, Marianne Feldmann, lança a obra *Olhares Cruzados*, destacando a documentação trocada pelo embaixador austríaco Ferdinand Maximilian von Habsburg, e a corte austríaca, sendo que nessas correspondências, ele revela a intimidade da imperatriz na Corte Portuguesa.

Dentre as obras mais recentes escritas por autoras mulheres sobre a Imperatriz está a obra intitulada *A Carne e o Sangue. A Imperatriz D. Leopoldina, D. Pedro I e Domitila, a Marquesa de Santos*, escrita por Mary Del Priore, em 2012. Nela, Leopoldina é participante do triângulo amoroso mais famoso da história do Brasil, e é apresentada como uma esposa traída e consciente dessa situação, o que a levaria a uma enorme depressão, que explicaria sua morte “por amor e desgosto” (DEL PRIORE, 2012, p.192).

Destaco, também, a obra, *D. Pedro I – Um herói sem nenhum caráter*, de Isabel Lustosa, publicada em 2006, e na qual a Imperatriz Leopoldina atua como coadjuvante e não como personagem principal. A autora reforça o lado agressivo e autoritário do Imperador, ao mesmo tempo em que “vitimiza” a Imperatriz.¹¹

Existem também trabalhos acadêmicos, artigos e monografias que tratam da Imperatriz Leopoldina. Em 2005, por ocasião do XXIII Simpósio Nacional da ANPUH nacional foi apresentada a comunicação *A contribuição da Imperatriz Leopoldina a formação cultural Brasileira*, de Arilda Inês Miranda Ribeiro, vinculada à UNESP de Presidente Prudente (SP). Em 2008, a revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul publica o artigo *Cartas de Dona Leopoldina*, de Moacyr Flores. No artigo, Flores faz uma releitura da correspondência trocada entre Leopoldina e seus familiares mais próximos, Maria Luísa, a irmã e Francisco I, o pai. O autor alega que “Leopoldina era doente, obesa e com tendência a bócio, sofria com o clima do Rio de Janeiro” (FLORES, 2008, p.4). Em 2012, Natan Mocellin apresentou o trabalho de

¹¹ A palavra vitimizar empregada no texto é empregada com o sentido de “sair sempre como a vítima (pessoa que sofre) de uma situação ou da ação de outrem” (DICIONÁRIO ONLINE, 2021).

conclusão de curso de História, intitulado *A visão política da Imperatriz sobre o Brasil*, no qual aborda o período pré-independência e a participação de Dona Leopoldina no acontecimento.

Outros autores atribuem à Leopoldina o avanço científico e tecnológico que o Brasil viveu a partir de 1817, após sua chegada, como se pode constatar no artigo publicado em 2014, pela Revista do IHGSP (Instituto Histórico Geográfico de São Paulo), intitulado *A Missão Leopoldina: Primeira Expedição da Missão Científica Austríaca ao Brasil no Séc. XIX*, de Valdirene do Carmo Ambiel (AMBIEL, 2014). Outros debatem a sua importância para as ciências naturais, como se pode observar no artigo *A História da Mulher através da análise da relação da Imperatriz Leopoldina com as Ciências Naturais* apresentado por Maria Gabriela Evangelista Soares da Silva, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no XVI Seminário Nacional de História da Ciência e Tecnologia, de 2018. Neste trabalho, a autora aborda o papel de Leopoldina para as Ciências Naturais do século XIX.

O ano de 2017 marcou os 200 anos da chegada da Imperatriz ao Brasil, e, em comemoração à data, foram realizados muitos eventos, dentre os quais esteve o lançamento da obra de Rezzutti citada anteriormente. Deve-se também destacar o roteiro e a encenação de uma peça de teatro, *Leopoldina, independência e morte*, promovida pelo Museu Paulista da Universidade de São Paulo (USP), e uma exposição intitulada *Leopoldina, Princesa da Independência*, no Serviço Social do Comércio de São Paulo (SESC-SP). Houve, ainda, uma homenagem prestada pela Câmara dos Deputados, que publicou uma obra intitulada *D. Leopoldina, Imperatriz e Maria do Brasil: obra comemorativa dos 200 anos da vinda de D. Leopoldina para o Brasil*, de autoria de José Theodoro Mascarenhas Menck. Nesta peça, exposição e obra é destacado o envolvimento da Imperatriz no processo de Independência do Brasil.

Ao realizar a revisão bibliográfica para este trabalho, constatei que não há uma análise das representações difundidas sobre Dona Leopoldina nessas produções, o que me motivou a realizá-la. A análise que me propus a fazer leva em consideração o gênero dos autores, o período da publicação e o tipo de representação construída sobre Leopoldina (com destaque para seus atributos físicos, sua atuação como intelectual, como mulher ou mãe), para, posteriormente, relacioná-las com uma disputa entre as representações existentes da qual resultou a consagração de uma certa representação sobre a primeira Imperatriz do Brasil.

Assim, me detenho em quatro obras escritas sobre Imperatriz Leopoldina, em períodos diferentes, com autores de gêneros distintos, a fim de identificar e discutir qual a representação mais difundida e qual finalidade por detrás dessas disputas. Como o próprio autor cita:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas [...] As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social (CHARTIER, 1990, p.17).

As obras que selecionei para responder aos questionamentos que me fiz são: *A Imperatriz Leopoldina: sua vida e sua época: ensaio de uma biografia*, de Carlos Henrique Oberacker Jr (1973), *D. Leopoldina A história não contada: A mulher que arquitetou a Independência do Brasil*, de Paulo Rezzutti (2017), *A Carne e o Sangue. A Imperatriz D. Leopoldina, D. Pedro I e Domitila, a Marquesa de Santos*, de Mary Del Priore, (2012). E, ainda, *D. Pedro I – Um herói sem nenhum caráter*, de Isabel Lustosa (2006).

Os critérios para esta escolha foram o período em que foram escritas, século XIX e XX, e o gênero dos autores, dois homens e duas mulheres. O contexto em que as obras foram escritas também foi considerado, lembrando que, por se tratar de uma personagem célebre, eventos comemorativos usualmente geram uma considerável produção.

A metodologia consistiu, primeiramente, em um levantamento das representações feitas sobre Leopoldina, sendo que optei por quatro tipos de representações: as físicas, as intelectuais, como mulher e mãe. Após este primeiro levantamento, identifiquei quais as representações mais recorrentes para os autores selecionados, procurando observar se o contexto de produção influenciava e de que maneira. Para analisar as representações me baseei nos trabalhos de Roger Chartier, mencionados anteriormente, bem como nas obras que tratam sobre gênero e feminismo, como as de Michele Perrot, (2006) Judith Butler (2003) e Silvia Federici (2017). Na continuidade, procurei identificar se houve alguma descontinuidade ou, então, permanência das representações divulgadas através destas obras, vinculando-

as ao movimento feminista e sua possível influência na modificação das representações de mulheres ilustres e anônimas. Vale lembrar que:

Com frequência, as fronteiras se deslocam, mas os terrenos de excelência masculina se reconstituem. De tanto que a hierarquia dos sexos está longe de ser dissolvida [...]. Os integralismos políticos e religiosos fazem da ordem dos sexos e da dependência das mulheres um de seus pilares. Efeitos perversos, inesperados, se produzem: solidão, confronto, violência conjugal [...] marcam as relações entre os sexos (PERROT, 2006, p 196).

Michelle Perrot foi uma das primeiras autoras a tirar a mulher da invisibilidade e mostrar como a historiografia e, principalmente, como ela as retrata. Silvia Federici nos leva às origens desse problema, nos mostrando como as mulheres foram sentenciadas ao papel de esposa submissa. Federici (2017, p. 205) menciona que “Surgiu um novo modelo de feminilidade: a mulher e esposa ideal – passiva, obediente, parcimoniosa, casta, de poucas palavras e sempre ocupada com suas tarefas”. Essa definição veio com o final do século XVII e foi reproduzida, principalmente, pelo catolicismo, que, por sua vez, teve e tem muita influência nas teorias de subversão da mulher, tema abordado por Judith Butler (2010, p.25), que, na contemporaneidade, é referência na discussão de gênero e política. Para esta autora, “gênero não é algo que somos, é algo que fazemos, por meio de uma sequência de atos, porém há um “ideal regulatório” nessa sequência”, regulado de forma racional e reproduzido de forma irracional por gerações.

Butler critica o início do movimento feminista, mostrando que algumas autoras contribuíram para essa subversão. É o caso de Simone Beauvoir (2009, p. 53), que, ao abordar a diferença do gênero feminino em relação ao masculino, afirma que: “a fêmea é escrava da maternidade, enquanto o macho é o dono da iniciativa sexual, é quem possui: ela é possuída; ele pega, ela é pegada”. Consequentemente, a mulher teria que se enquadrar em um padrão de comportamento, enquanto que ao homem é atribuída a natureza da ação.

Para tratar destes aspectos na produção historiográfica brasileira, recorri às obras de Mary Del Priore (2012) e Isabel Lustosa (2006). Em muitas de suas obras, Del Priore dá voz às mulheres, inserindo-as nos lares, nas reuniões femininas, na igreja, “em lugares femininos”. Em *A Carne e o Sangue*, de 2012, ela trouxe à tona a intimidade de Leopoldina, reforçando ainda mais sua imagem de vítima e submissa.

Para esta autora, Leopoldina, a personagem sobre a qual nos debruçamos nesta monografia

Se tornou escrava do próprio lar, submissa ao despotismo patriarcal e à política conjugal. Era infeliz numa sociedade em que a falta de civilidade absorvia todos os recursos do coração e do espírito [...] nada a ver com a imagem romântica que fizera de D. Pedro I do Brasil. Mas tal situação era segredo. No seu papel, era obrigada a calar e a suportar tudo com a maior dignidade (DEL PRIORE, 2012, p. 42).

Michelle Perrot (2019, p. 144) coloca em questão esta afirmação e, em um exaustivo estudo, faz a seguinte indagação: “o que são as mulheres: *vítimas ou complacentes*? Nesse ponto, há um debate historiográfico que levanta a questão, essencial da adesão das mulheres (e mais amplamente de todo ator social) a seu papel”. Ela reforça essa nova análise, dizendo que esta “questão que não pode ser evitada se defendermos que as mulheres são agentes da história. A mulher não nasce inocente, ela se torna inocente” (PERROT, 2019, p. 145). Já Lustosa, que tem seu campo de atuação ligado à história da caricatura e das representações, aponta que: “a atitude da Imperatriz diante da relação de D. Pedro I com Domitila foi, até o final de 1825, de desconhecimento ou *diplomática indiferença*” (LUSTOSA, 2006, p. 214). Analisando essas afirmações, e levando em consideração o questionamento feito por Perrot mais acima, entende-se ser fundamental considerar o momento em que as representações sobre a imperatriz foram construídas para que se possa posicionar-se criticamente em relação a estas. Vejamos uma das passagens extraídas de *A Carne e o Sangue*, que aponta também para as representações que a própria imperatriz teria construído sobre o Brasil, e que ajudam a conformar uma imagem sobre Dona Leopoldina:

Pouco tempo havia que o Brasil passara a ser a verdadeira sede da monarquia lusitana. (...) Apesar das belezas naturais, tudo era “*horriavelmente sujo*”¹², fétido e abandonado (...) costumes que só se podiam tolerar nesta porção da América e que não estavam mais em uso entre povos civilizados (DEL PRIORE, 2012, p. 10).

Mas qual foi o Brasil no qual Dona Leopoldina desembarcou em 1817 e que ela descreveu nas cartas que trocava com seus parentes e amigos? É preciso lembrar

¹² Grifo do autor.

que, em 1808, a Corte portuguesa muda-se para a sua principal colônia, o Brasil, devido ao Bloqueio Continental decretado por Napoleão Bonaparte.¹³ Com isso, o regime do exclusivo colonial é quebrado e muitas nações agora podem comercializar com o Brasil e o acesso é flexibilizado. Em 1811, após inúmeras derrotas do exército francês, D. João teve a oportunidade de voltar à Europa, mas não o fez, pois “Sentia-se bem no Brasil, longe das intrigas europeias” (SILVA, 2011, p. 26) e tratou, em 1815, de elevar o Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves.

No ano da chegada da Princesa Leopoldina, havia “mais do que um Brasil, havia Brasis”, como comenta Silva (2011, p.26) porque o país não era hegemônico, não havia uma ideia de nação brasileira, de povo brasileiro, e as províncias se comportavam como estados autônomos. No período colonial, os impostos recolhidos eram direcionados a Lisboa e uma pequena parte ficava na colônia, agora, com a Corte no Brasil, a situação não mudara, os impostos recolhidos continuavam indo para a Corte, que se encontrava sediada no Rio de Janeiro, e serviam para a manutenção dos privilégios e mercês concedidas à nobreza emigrada. Em 1817 estouraria, em Pernambuco, a primeira revolta à administração joanina e à centralização em torno do Rio de Janeiro. Apoiados por outras províncias como Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte, o movimento ganhou força e trouxe grandes transtornos para D. João VI, tendo sido fortemente reprimido (SILVA, 2011).

Em 1817, o número de habitantes do Brasil saltou de 50 mil para 100 mil, e esse dado ainda pode estar defasado, pois não considerava as crianças e os índios que resistiam nas florestas do interior do território. A população se constituía de africanos (em maior número), brasileiros, ingleses, indígenas e lusitanos, que viviam, conseqüentemente, em um território multicultural e mestiço (FAUSTO, 2015).

O Brasil dos tempos de D. João VI se caracterizava por uma sociedade escravista, sendo que os escravizados podiam ser encontrados nos engenhos de açúcar e plantações de café e tabaco (SILVA, 2011). Segundo Silva (2011):

A posse de escravos era também o indicador da abastança nas cidades. De tal forma se ostentavam os escravos que eles podiam ser considerados bens suntuários. A indicar status. Os que possuíam muitos cativos faziam questão de, ao ir à missa de domingo, ser acompanhados por alguns deles (SILVA, 2011, P. 44).

¹³ O Bloqueio Continental tinha como objetivo inviabilizar a entrada das embarcações inglesas nos portos europeus, com o intuito de prejudicar suas atividades comerciais e diminuir o poder e a influência da Inglaterra.

O calor era tido como algo fora do normal para os estrangeiros, sendo percebido como o causador de muitos males, como mal vestir, mal cheirar, mal trabalhar e das inúmeras doenças. Além disso, impedia as pessoas de adotarem as assim denominadas boas maneiras. A água não era encanada, e, mesmo nas moradias mais abastadas e nos prédios mais imponentes, o esgoto era um grande problema. De acordo com Silva (2011, p.49), “algumas delas podiam ter poço no quintal, a maioria, porém era abastecida de água por escravos”. Os dejetos eram despejados na rua, ou levados por escravos até o rio mais próximo; a cidade do Rio de Janeiro, sede da Coroa portuguesa, fedia, os escravizados fediam a suor e as demais pessoas fediam à sujeira.

Era raro uma mulher ser vista na rua, já que mulheres de família não saíam sem ser para a missa ou para as novenas e, quase sempre acompanhadas, se solteiras; nunca sozinhas e a restrição aos locais era mais rigorosa ainda. Pode-se dizer que a forma como as pessoas se vestiam no Brasil alterou-se com a chegada da Corte (SILVA, 2011). Primeiramente, foi introduzida a moda lusitana, seguindo os costumes portugueses, depois com a importação e o consumo de mercadorias de outras nações, a moda parisiense passou a ser a mais requisitada pela elite brasileira (SILVA, 2011).

É de imaginar a grande surpresa que Leopoldina teve ao desembarcar no Brasil, mais precisamente no Rio de Janeiro, e se deparar com toda essa realidade. Se bem que o impacto não foi imediato, D. João havia “preparado” a cidade para a sua chegada: “Muitos ornaram suas janelas com cortinas e colchas de sedas de diferentes cores e com diversos matizes. As ruas foram atapetadas por folhas aromáticas” (REZZUTTI, 2017, p. 199). Em Viena, onde Leopoldina tinha vivido até então, “O fausto da corte, as joias, os soberanos, as festas, os bailes, as recepções e os jantares tentavam criar uma falsa sensação de que tudo voltaria como antes da Revolução Francesa e de Napoleão” (REZZUTTI, 2017, p. 52), diferenciando-se muito da corte que Leopoldina encontraria no Rio de Janeiro. A América, no entanto, era o lugar que ela sempre sonhara conhecer. E, após a chegada e o período de adaptação, a princesa começaria a participar dos acontecimentos que mudariam a história do Brasil.

Em 1821, Leopoldina teve que despedir-se do sogro, D. João, e assumir juntamente com o marido, D. Pedro, a regência do país. Foi a Revolução do Porto, iniciada em 1820, que obrigou o regresso da família Real a Portugal. Temendo por

sua família, Leopoldina usou de toda sua influência e, especialmente, de sua gravidez para convencer o marido a ficar na América. Após a partida de D. João VI, as Cortes em Portugal demandam o retorno de D. Pedro. É a partir desses episódios que Leopoldina começaria a demonstrar sua habilidade política, e juntamente com d. Pedro, se aliam a partidos favoráveis à permanência dos príncipes (FAUSTO, 2015).

Após a partida do rei, D. Pedro assume como Príncipe Regente, e os políticos locais, percebendo a oportunidade que tinham, logo se organizaram em grupos. O “Partido Brasileiro”, formado por Cipriano Barata, os irmãos Andradas, (José Bonifácio e Antônio Carlos e Martim Francisco), padre Feijó, entre outros, conseguiram convencer D. Pedro a permanecer na América, e esse episódio ficou conhecido como o Dia do Fico, em 9 de janeiro de 1822 (FAUSTO, 2015).¹⁴

Fausto (2015, p. 114) relata que “Os atos do príncipe regente posteriores ao ‘Fico’ foram atos de ruptura”. A criação de um exército brasileiro, um novo ministério e uma nova administração, chefiada por José Bonifácio, deram ao Brasil uma nova roupagem administrativa. Com essas decisões, a ainda colônia de Portugal se fragmentou em províncias de apoio e contrárias à permanência do príncipe, que decidiu viajar pelo território em busca de apoio à causa. Novamente, Leopoldina é de uma influência enorme e decisiva para D. Pedro, que deixa o Brasil sob seu comando e parte em viagem para São Paulo na esperança de apoio. É então que uma nova Constituinte começou a nascer de algumas mãos e mentes, propondo um novo governo para o Brasil (SCHWARCZ; STARLING, 2016).

Portugal, por sua vez, não viu com bons olhos essas atitudes de D. Pedro, que levariam à ruptura com a metrópole, e enviou uma tropa para atacar o Rio de Janeiro, caso as decisões das Cortes não fossem acatadas. Leopoldina, que estava à frente na administração do Brasil, enquanto D. Pedro voltava de São Paulo, onde obteve o apoio que buscava, redigiu às pressas uma carta na qual o informava sobre os acontecimentos recentes e implorava por seu regresso o quanto antes possível. Nesta carta de 02 de setembro de 1822, a princesa deixava claro que era favorável ao rompimento definitivo com Portugal, o que veio a ocorrer somente no dia 07 de setembro, após D. Pedro ter sido alcançado pelo mensageiro, “às margens do riacho

¹⁴ D. Pedro respondeu negativamente aos chamados de Portugal e proclamou: "Se é para o bem de todos e felicidade geral da Nação, estou pronto! Digam ao povo que fico". Esta é a razão para que a data seja conhecida como o "Dia do Fico".

Ipiranga, (quando) D. Pedro proferiu o chamado Grito do Ipiranga, formalizando a independência do Brasil” (FAUSTO, 2015, p. 116).

Uma guerra se instaurou no Brasil, de um lado, os contrários à Independência, em sua grande maioria, portugueses e militares, que estavam no país desde a vinda da corte, em 1808. E de outro, os brasileiros e simpatizantes do novo Império do Brasil. Os confrontos entre estes dois grupos, especialmente no norte e nordeste, não duraram muito tempo, graças ao apoio da marinha britânica. É importante lembrar que o apoio da Inglaterra estava vinculado aos interesses comerciais na região e à ampliação dos privilégios alfandegários.

Após o reconhecimento interno e externo da Independência e, sobretudo, depois das longas negociações para o reconhecimento por parte de Portugal, as atenções se voltaram para a elaboração de uma nova Constituição, sendo que “A maioria dos constituintes adotava uma postura liberal moderada, consistente em defender uma monarquia constitucional que garantisse os direitos individuais e estabelecesse limites ao poder do monarca” (FAUSTO, 2015, p. 127). O entendimento não veio de imediato, foi preciso muito diálogo e muitas negociações para, enfim, chegar a um consenso. De um lado, estavam os portugueses que ocupavam ministérios e que não confiavam nos brasileiros e, de outro, os brasileiros que se caracterizavam por um forte sentimento antilusitano. As funções do Poder executivo (a ser desempenhado pelo Imperador) foi o que mais discussões acaloradas provocaram. Os constituintes queriam que os poderes do Imperador fossem limitados por uma Junta de deputados, e, ainda, que ele não poderia desfazer ordens já estabelecidas pelo Poder Legislativo. Por fim, José Bonifácio foi afastado da liderança, devido a intrigas e conspirações do “Partido Português” e a Assembleia Constituinte foi dissolvida (FAUSTO, 2015). A nova Constituição, apesar de considerar a primeira versão do texto que havia sido redigida, foi escrita por uma comissão indicada por D. Pedro que a outorgou em 25 de março de 1824 (FAUSTO, 2015).

A nova Constituição foi imposta ao povo, que se restringia somente aos brancos. Negros, pardos e mestiços não foram considerados cidadãos do novo estado recém-criado, monárquico, hereditário e constitucional (FAUSTO, 2015). A religião oficial seria a católica romana, liberando o culto a outras religiões apenas no âmbito privado. O voto era indireto e censitário, sendo permitido somente a homens e escravos libertos perante comprovação de renda anual de 100 mil-réis, no caso dos votantes (FAUSTO, 2015). A forma de administração das províncias mudou, agora os

presidentes eram nomeados pelo Imperador, podendo ser demitidos e realocados a qualquer instante, graças ao Poder Moderador¹⁵, que “não foi tão claramente separado do Executivo. Disso resultou uma concentração de atribuição nas mãos do imperador [...] a pessoa do imperador foi considerada inviolável e sagrada” (FAUSTO, 2015, p. 131).

Após a morte de D. João VI, em 1826, as atenções se voltaram para Portugal, que ficava agora sem um representante legítimo (FAUSTO, 2015). O esperado seria que D. Pedro assumisse o trono e se tornasse o Pedro IV de Portugal. Mas a decisão tomada foi abdicar do trono português, em nome da filha, a princesa Maria da Glória, que se casaria com o tio D. Miguel para governar o trono português. Foi no final deste ano em que D. João faleceu que o estado de saúde da Imperatriz se agravou rapidamente.

No sul do país, a Guerra da Cisplatina demandava atenções, homens e recursos. D. Pedro viaja para o sul do país a fim de acompanhar e motivar suas tropas na batalha contra os revoltosos da região platina. Sua permanência no front, no entanto, precisou ser abreviada, pois no dia 11 de dezembro de 1826, a primeira Imperatriz do Brasil veio a falecer devido a uma septicemia puerperal: “10 horas da manhã a morte terminou os seus sofrimentos, sem esforço, sem estertor, suas feições de modo algum eram alteradas, e ela parecia ter adormecido pacificamente e na posição mais natural” (CARTA DE MARESCHAL DIRIGIDA À CORTE DA ÁUSTRIA, em novembro de 1826 apud REZZUTTI, 2017, p.458). Este é um dos registros sobre a morte de D. Leopoldina, a primeira Imperatriz do Brasil. Nesta monografia, me dedicarei a desvendar as representações que foram construídas sobre ela, privilegiando aquelas que dizem respeito à sua condição de esposa, mãe e imperatriz.

O presente trabalho de conclusão de curso está estruturado em cinco capítulos. O capítulo 2, intitulado *Vida e Morte de D. Leopoldina*, apresenta Leopoldina. Ele está subdividido em dois subcapítulos que trazem informações sobre sua família e sua vida em Viena, desde o nascimento até a fase adulta, passando pela educação que recebeu e pela preparação para o casamento. Nele, já aponto para as representações que foram construídas sobre ela, em grande medida, vinculadas à sua relação com D. Pedro I. O capítulo se encerra com a morte de D. Leopoldina, apontando para a

¹⁵ No caso do Brasil, diferentemente da França, o Poder Moderador se sobrepõe aos demais poderes, o Legislativo, Judiciário e Executivo. Sendo assim, Pedro I exercerá o Poder Executivo e o Poder Moderador.

importância que as descrições feitas sobre como ela se deu têm para a construção da imagem de mulher vítima e coitada.

No capítulo 3, intitulado *A Mãe dos Césares*, abordo as obras de Carlos Henrique Oberacker Jr e Paulo Rezzutti, escritas no ano de 1973 e 2017, respectivamente. Na primeira parte, apresento a biografia de Oberacker, o contexto em que fora escrita e discuto as representações presentes na obra intitulada *A Imperatriz Leopoldina: sua vida e sua época: ensaio de uma biografia*, inserindo-a, também, no seu contexto de produção e publicação. No outro subcapítulo, a outra obra que analiso é a de Paulo Rezzutti, publicada em 2017. A obra intitulada *D. Leopoldina. A história não contada*, traz a análise das representações que o autor faz da Imperatriz, contrapondo-as com as de Oberacker. Ao finalizar este capítulo, discuto as influências teóricas que estes autores evidenciam e sua aproximação ou afastamento do movimento que procurou tirar as mulheres da invisibilidade da História.

No capítulo 4, *Dados jogados ao azar*, destaco as obras escritas por mulheres, com o objetivo de identificar e discutir as representações que as historiadoras selecionadas construíram sobre Leopoldina. Começo apresentando as obras e suas autoras, assim como as finalidades que tiveram ao escrevê-las. A primeira obra analisada é de Isabel Lustosa, de 2006, e, na continuidade, analiso a obra escrita por Mary Del Priore, publicada em 2012. Nesta última obra, considerada uma biografia histórica, a autora nos apresenta representações de Leopoldina e de outros dois personagens principais, D. Pedro I e Domitila. Após o último capítulo da monografia, apresento as Considerações finais.

Figura 1 - Recriação a partir do quadro “Leopoldina, princesa da Independência, das artes e das ciências”, pintado por Joseph Kreutzinger em 1815



Fonte: Exposição Museu de Arte do Rio (2017).

Figura 2 – Quadro “Princesa Real Carolina Leopoldina”, pintado por Jean-Baptiste Isabey em 1817



Fonte: Blog Rainhas Trágicas (2021).

Figura 3 – Quadro “D Leopoldina de Habsburgo, Arquiduquesa da Áustria e Imperatriz do Brasil”, pintado por Nicolas-Antoine Taunay



Fonte: Glamurama (2016).

2 VIDA E MORTE DE D. LEOPOLDINA

O presente capítulo traz informações sobre a família, a vida em Viena - desde o nascimento até a fase adulta – de D. Leopoldina. Traz, ainda, um relato da educação que ela recebeu e da preparação para o casamento. No final do capítulo, trata de sua morte e de como se deu a construção de sua imagem enquanto uma mulher vítima e coitada.

2.1 A PRINCESA DA ÁUSTRIA

Em um domingo, dia 22 de janeiro de 1797, nascia a quinta filha dos Imperadores da Áustria, Francisco I e Maria Teresa das Duas Sicílias. A criança batizada no mesmo dia ganhou o nome de Carolina Josefa Leopoldina Francisca Fernanda de Habsburgo-Lorena. De acordo com Rezzutti (2017, p. 44), “A criança, uma menina gorducha”, nascera saudável, o que foi muito comemorado, devido a muitos nascimentos com má formação fetal e falecimentos pré e pós-partos, na casa dinástica da Áustria. A política de casamentos fizera muito mal à genética das principais famílias da corte austríaca. Francisco I e Maria Teresa das Duas Sicílias eram primos-irmãos, já que ambos eram netos da Imperatriz Maria Teresa.

O segundo filho do casal, Fernando I da Áustria, sofria de grandes problemas neurológicos, somados à epilepsia e hidrocefalia, e foi declarado incapacitado para reinar. Contando com um conselho de regentes, que o apoiaram durante todo o tempo, foi considerado um rei bom e justo. Além de Fernando, Leopoldina teve mais dez irmãos. Maria Luíza (1791-1847), a Duquesa de Parma, que foi sua melhor amiga e confidente, Maria Carolina e Carolina Luísa, que faleceram pouco tempo após o parto, e Maria Clementina (1798-1881), que, embora tivesse quase a mesma idade de Leopoldina, não tinham grande proximidade. José Francisco (1799-1807) morreu com apenas oito anos, já Maria Carolina da Áustria (1801-1832), que também herdara problemas neurológicos, devido aos casamentos consanguíneos, mal conseguia cumprir com seu papel de esposa, e faleceu cedo, após um ataque de epilepsia. Francisco Carlos José da Áustria (1802-1878) foi membro do conselho de governo do irmão Fernando I, e, casado com Sofia da Baviera, teve seis filhos, sendo que dois deles se tornaram Imperadores. Maria Ana da Áustria (1804-1858), também sofria de deficiência neurológica e física, não chegou a se casar. Os últimos irmãos, João

Nepomuceno (1805-1809) da Áustria e Amélia Teresa da Áustria (1807) não chegaram à vida adulta.

Leopoldina, uma menina “impetuosa, cheia de vida” (REZZUTTI, 2017, p. 22) nasceu e cresceu no Palácio Imperial de Hofburg, principal residência da família, durante o inverno. Ali, sempre junto dos pais e do irmão, cresceu e foi educada. Considerando sua aparência, Leopoldina saiu mais para o lado materno, assemelhando-se à sua avó materna Maria Carolina das Duas Sicílias.

Leopoldina era loira, de olhos azul-claros e de pele muito alva, e rosada. No seu caráter fez-se sentir, porém, tanto a herança materna como a paterna. Era uma criança muito viva, alegre, impaciente e nervosa, mas também reservada, tímida e não raras vezes melancólica (OBERACKER, 1973, p. 14).

Sua mãe, Maria Teresa das Duas Sicílias, era uma mulher alegre, inteligente e bastante enérgica, gostava de festas e luxos, temperamentos completamente opostos ao do marido.¹⁶ Tinha longos cabelos loiros e olhos azuis, assim como sua filha. Gostava de realizar peças de teatro para os filhos e de praticar a jardinagem, ensinamentos que poderiam render uma boa fala em público, paciência e respeito.

A mãe da arquiduquesa Leopoldina, assim como os demais Habsburgo, foi uma incentivadora das artes de seu tempo. Dedicava-se à pintura e tinha bom ouvido musical, chegando a atuar como cantora em eventos na corte, como missas e oratórios (REZZUTTI, 2017, p. 50).

A família costumava usar o Palácio de Laxenburg, situado próximo de Viena, para passar os verões. Nele, a Imperatriz Maria Teresa, uma mulher desprovida de preconceitos, deixava sua imaginação correr solta, sendo instaladas arenas para torneios e até masmorras no estilo medieval. A Imperatriz da Áustria, segundo seus biógrafos, procurou ensinar seus filhos a tratarem todo homem e mulher com respeito. De acordo com Rezzutti (2017, p. 50), Leopoldina aprendeu muito bem com o exemplo da mãe, pois, mesmo sendo uma “estrangeira” na América, era muito amada e respeitada pelo povo: “Aquela princesa loura e de pele bem clara sempre disposta a parar para conversar com os necessitados, independentemente de suas condições sociais ou da cor da pele”.

¹⁶ Ludwig van Beethoven era um admirador da imperatriz e fez um soneto em sua homenagem, *Septeto em mi bemol* (1800), tido como uma de suas mais belas obras.

Em 1801, Napoleão Bonaparte conquista territórios subordinados à Áustria, na Itália, na Toscana e Mântua. Em 1805, a Inglaterra, Rússia e Áustria formaram a *Terceira Coalizão*¹⁷, tentando frear o avanço francês, porém, sem sucesso. Em meio a esse cenário de conflitos e derrotas, a Imperatriz Maria Teresa adoece, provocando grande abatimento no Imperador Francisco, que renuncia ao Sacro Império Romano-Germânico para tornar-se Francisco I, Imperador da Áustria. Esse episódio abalou profundamente os Habsburgo, principalmente a Imperatriz, que “passou a chamar Napoleão de ‘Anticristo’” (REZZUTTI, 2017, p. 55). Em 13 de abril de 1807, após um aborto, agravado por sua saúde já debilitada, a Imperatriz falece. De acordo com Oberacker (1973, p. 16), “Além da herança biológica, lhe deixou o exemplo de uma vida, impressionante como esposa e mãe”.

Ao se deparar viúvo e com filhos pequenos, Francisco I tratou de casar-se novamente logo. Foi, então, que uma das pessoas mais importantes da vida de Leopoldina entraria em cena. A nova esposa de Francisco I era Maria Ludovica d’Este, filha do arquiduque Fernando Carlos, que era irmão da rainha Maria Antonieta e filho da imperatriz Maria Teresa da Áustria, prima de Francisco I.

Maria Ludovica era dezenove anos mais moça que o imperador. A filha mais velha de Francisco, a arquiduquesa Maria Luísa, era somente quatro anos mais jovem que a madrasta. De temperamento diferente de sua antecessora, Maria Ludovica era mais econômica e mais refinada intelectualmente (REZZUTTI, 2017, p. 57).

A madrasta acolheu bem os enteados, se preocupou com sua educação e proporcionou carinho e consolo. Além disso, exerceu grande influência sobre o marido, e, participando dos assuntos políticos, chegou a aliar-se a conselheiros para decidir os rumos da Áustria. Mas outras duas mulheres também têm grande importância na vida da princesa:

Uma era Maria Ulrica, condessa Von Lazansky, camareira-mor, responsável pelo ensino de boas maneiras, etiqueta e cerimonial e pela supervisão dos estudos. A outra era Francisca Annoni, responsável pelas roupas da arquiduquesa, por sua higiene e cuidados corporais (REZZUTTI, 2017, p. 67).

¹⁷ Áustria, Nápoles, Rússia e Suécia se unem para apoiar os ingleses, enquanto que a Espanha se alia à França. A ideia desta coligação era a de deter as crescentes ambições do governante francês, Napoleão Bonaparte.

Leopoldina tinha um rígido roteiro de estudos e regras a seguir; sua vida fora planejada para ser uma futura rainha, e o programa incluía: Leituras, Escrita, Alemão, Francês, Italiano, Dança, Desenho, Pintura, História, Geografia, Música, Matemática (Aritmética e Geometria), Literatura, Física, Latim, Canto e Trabalhos Manuais. Na adolescência, teve aulas de Ciências Naturais e logo se encantou por Mineralogia¹⁸, tendo desenvolvido o hábito de colecionar pedras e moedas, além de plantas e flores, podendo ser considerada também uma excelente taxidermista¹⁹.

Foi através da madrasta Maria Ludovica, que Leopoldina conheceu um de seus grandes amigos, “o escritor alemão Johann Wolfgang von Goethe [...] Leopoldina se veria imersa no ideal romântico, em sua melancolia e em suas paixões idealizadas” (REZZUTTI, 2017, p. 69). Em 1816, Leopoldina viveria mais uma trágica perda. Sua madrasta, por quem tinha muito carinho, veio a falecer devido à uma viagem que a debilitou profundamente. Para Oberacker (1973, p. 28), “Maria Ludovica não fora somente o modelo da vida intelectual e moral de Leopoldina, mas também da cunhagem de seu caráter”.

O casamento, para os Habusburgo era visto como um assunto de Estado, não devendo ser misturado com outros sentimentos. O conselheiro real e diplomata da Áustria, o príncipe Metternich, levou a sério essa ordem, quando organizou o casamento de Maria Luísa e Napoleão Bonaparte.

O maior sossego é ter feito o que possa ser útil ao teu pai e ao bem do Estado - rogo-te, no entanto, em nome do nosso amor de irmãs, não imaginar o futuro demasiadamente belo. Nós que não podemos escolher, não devemos nem olhar para as qualidades do físico nem para as do espírito - quando as encontramos, é sorte [...] A consciência de ter cumprido o seu dever, múltiplas e variegadas ocupações, a educação das próprias crianças, dão certo sossego de alma, ânimo sereno o que é a única verdadeira felicidade no mundo (CARTA DE MARIA LUÍSA À LEOPOLDINA, em 09 de outubro de 1816 apud REZZUTTI, 2017, p. 111).

Leopoldina foi quem mais sentiu o duro golpe do afastamento de Maria Luísa, como se pode observar em carta que escreve para a irmã: “Só hoje, ao não te ver mais, solto as lágrimas e me entrego a todas as emoções de meu coração partido”

¹⁸ “A Mineralogia é o ramo das Ciências Geológicas que se dedica ao estudo dos minerais, através das suas propriedades, constituição, estrutura, gênese e modos de ocorrência” (SIMÃO, 2010, p. 2).

¹⁹ “Taxidermia é “a arte de montar ou reproduzir animais para exibição ou estudo. É a técnica de preservação da forma da pele, planos e tamanho dos animais. Taxidermista é quem pratica essa arte” (DICIONÁRIO ONLINE, 2021).

(CARTA DE LEOPOLDINA A IRMÃ MARIA LUÍSA, em 7 de março de 1816 apud REZZUTTI, 2017, p. 89). Esta era, no entanto, a vida de uma princesa, que devia servir ao estado e à Coroa, sem demonstrar descontentamento. As ordens incluíam uma devoção total, sigilo e obediência. O mesmo viria a ocorrer com o casamento de Leopoldina. Nesta carta escrita para a irmã Maria Luísa, em 24 de setembro de 1816 (apud REZZUTTI, 2017, p. 93), ela deixa evidente a consciência que tinha em relação a esse *nascer princesa*:

O querido papai então me falou de tal forma que percebi logo que ele preferia o último e então fiz o que ele desejava, na firme convicção de que quando cumprimos a vontade de nossos pais seremos felizes em qualquer situação, pois sabes por experiência própria que uma princesa nunca pode agir como quer.

O ano de 1816 foi realmente o ano de grandes mudanças para Leopoldina. Nele, além da perda da madrasta a quem a muito estimava, vivenciou a partida da irmã para a França, para casar-se justamente com Napoleão, o causador de tantos males à família; o casamento da irmã mais nova, Clementina, com seu tio Leopoldo, e o início das negociações de seu próprio casamento. Para finalizar o ano, o pai casou-se com Carolina Augusta, em outubro de 1816, o que trouxe a esperança de que poderia contar com uma nova amiga.

Após a comemoração de seu segundo aniversário²⁰, em 15 de novembro deste mesmo ano, Leopoldina iniciaria sua preparação como futura mãe, tendo recebido livros de educação infantil e outros que ensinavam como oferecer uma boa educação religiosa aos filhos e ao bom desempenho como esposa: “Ontem à noite estive em uma situação desgastante, uma vez que a querida mamãe me apresentou todos os deveres e transtornos do estado civil que em breve iniciarei” (REZZUTTI, 2017, p.117). No final do mesmo mês, Leopoldina já começaria a treinar sua escrita e fala em português, sendo que sua evolução foi rápida. Nos meses seguintes, os estudos seriam intensificados com dois professores do idioma para que o aprendizado fosse acelerado.

Segundo Rezzutti (2017, p. 132), “Publicamente, Leopoldina fazia tudo o que esperavam dela e o que a haviam instruído a fazer”, e, em seu casamento, não deveria ser diferente. As negociações começaram já em meados de 1816, quando o

²⁰ “Em diversos países, ainda hoje, é comum as pessoas comemorarem o dia do santo do seu nome. Quase como um segundo aniversário, as pessoas nessa data recebem felicitações e presentes” (REZZUTTI, 2017, p.117).

encarregado de negócios portugueses na Áustria começou a sondar a corte austríaca. Muitos manifestaram seu desagrado em relação à união, principalmente a Inglaterra, que via a sua influência sobre Portugal diminuir e a da Áustria aumentar: a “Áustria assegurou proteger Portugal no caso de a Espanha, governada pelos Bourbon, tentar anexá-la (REZZUTTI, 2017, p. 122). Até mesmo a futura sogra, Dona Carlota Joaquina, conspirava contra essa união. Em 29 de novembro de 1816, em Viena, o tratado de casamento foi enfim assinado, e, com ele, o primeiro passo da concretização da união estava selado. O acordo previa o valor do dote, as acompanhantes da princesa durante a viagem, o valor da mesada que esta receberia do rei e as garantias de segurança na viagem. Passados três meses, o Marquês de Marialva,²¹ enfim, faz sua grande entrada em Viena. No dia 17 de fevereiro de 1817, foi encenada “uma peça de teatro, ensaiada durante mais de três meses, durante os quais se preparassem todos os elementos para realçar a cena e assegurar o primor da execução” (OBERACKER, 1973, p 67). Carruagens e mais carruagens, de muito luxo e requinte, adentraram o palácio de Viena, trazendo o Marquês. No dia 18 de fevereiro, o pedido foi oficializado e, quebrando um protocolo, Leopoldina fará uma fala perante todos os presentes.

O espanto causado pela embaixada de Marialva a Viena só havia começado. Marialva recebeu do Rio de Janeiro 167 diamantes, além de dezessete barras de ouro, condecorações cravejadas de pedras preciosas e diversos outros itens, como caixas com o retrato de d. João VI, relógios, anéis e caixas de ouro. [...]. Mas o que realmente causou espanto foi o presente que a arquiduquesa recebeu do Brasil. O pequeno retrato de d. Pedro veio emoldurado com brilhantes e acompanhado de um colar [...] o que daria hoje cerca de 2,5 milhões de reais (REZZUTTI, 2017, p. 128).

No dia 13 de maio de 1817, Leopoldina se casaria por procuração, já que o noivo se encontrava do outro lado do Atlântico. E, durante o ritual, o tio da princesa, o arquiduque Carlos, fez as vezes de D. Pedro. Logo após a pomposa cerimônia, um banquete foi servido aos convidados, e uma chuva de fogos iluminou a noite vienense. Na sequência, a princesa Leopoldina, daria início à sua longa viagem rumo ao Brasil. Passados oitenta e cinco dias em alto mar, finalmente a nau que trazia a futura Imperatriz do Brasil seria avistada por aqueles que a esperavam no Rio de Janeiro:

²¹ Pedro José Joaquim Vito de Meneses Coutinho, sexto Marquês de Marialva e oitavo conde de Cantanhede. Nobre, militar, diplomático e conselheiro de Estado no governo de d. João VI.

Assim que o mastro despontou no horizonte e o pavilhão do Reino Unido foi avistado, por volta das cinco horas da tarde, uma salva de 21 tiros de canhões de todas as fortalezas e navios de guerra saudaram a nau D. João VI. Novos tiros foram dados assim que o navio soltou âncora no porto (REZZUTTI, 2017, p. 194).

2.2 A IMPERATRIZ DO POVO

Se a travessia foi considerada, inicialmente, a pior parte de sua longa jornada rumo ao Novo Mundo, os hábitos e a temperatura alta fizeram com que a viagem fosse, logo após o desembarque, percebida como o menor de seus problemas: “tive sempre uma singular propensão para a América e mesmo em criança ainda dizia muitas vezes que queria ir para lá” (OBERACKER, 1973, p. 56). A América, o novo continente, sempre despertou a curiosidade científica de Leopoldina, vendo, ali, grandes oportunidades e descobertas em prol das ciências. Seu primeiro contato com os brasileiros foi aos 11 anos, com uma família de negros que pertencia à uma família de diplomatas portugueses que vivia em Viena. Em seu inconsciente, o povo brasileiro se restringia a negros e selvagens. Juntamente com a princesa, foi enviada uma comitiva de cientistas, naturalistas e botânicos, com o intuito de estudar e catalogar fauna e flora, e transmitir o conhecimento na Europa, já que muito pouco se conhecia dessa região. Esta foi “a maior expedição científica que visitou o Brasil e que também iria tornar-se a mais feliz em êxitos, se a considerarmos como um todo” (OBERACKER, 1973, p. 88).

Pode-se imaginar o grau de entusiasmo de Leopoldina. Afinal, sua nova vida lhe proporcionaria muitas “primeiras vezes”, isto é, a primeira vez que conheceu o mar, a primeira viagem de navio, a primeira viagem sozinha, a primeira vez que iria ver o já esposo pessoalmente, a primeira vez na intimidade com um homem etc. Em carta ao pai, Nanny, acompanhante da princesa, descreve o que estava sentindo no dia 08 de novembro de 1817: “Meu coração bateu forte, a princesa ia ver pela primeira vez aquele que devia decidir o destino da sua vida toda” (apud REZZUTTI, 2017, p. 195). Na mesma carta, ela descreve D. João como uma pessoa bondosa, com ares paternos, que logo se afeiçoou à princesa, enquanto que a rainha era uma mulher de grande presença comparada com sua altura. Já o príncipe, tinha “uma bela fisionomia, é ainda melhor que seu retrato, belíssimo homem” (apud REZZUTTI, 2017, p. 196). Leopoldina, no dia conheceu sua residência, o Palácio Real da Quinta da Boa Vista, preparou-se da melhor forma possível,

[...] usava um vestido de gala em seda branca, com bordados de prata e ouro. No pescoço, usava o colar de brilhantes com o retrato do marido, além de outras jóias, como o pássaro de diamante que recebera na véspera. [...] se penteou à moda da terra, com uma grande quantidade de plumas, o que lhe cai maravilhosamente bem. Além das plumas, da frente pendia um fino véu de seda branca, que não impedia de ver seu rosto (REZZUTTI, 2017, p. 199).

A primeira parada foi na Real Capela, onde o Bispo deu as bênçãos nupciais. Seguiram, então, para a ala destinada ao casal real. D. João VI não poupou cuidados e detalhes para agradar a nova nora, “fez tudo para que D. Leopoldina se sentisse bem, chegando a encomendar em Paris os móveis para o apartamento da nora” (REZZUTTI, 2017, p. 204), mas o que mais emocionou e tocou o coração da princesa foi o busto de Francisco I, encomendado exclusivamente para a ocasião. O gesto aproximou ainda mais nora e sogro, como conta Debret (apud REZZUTTI, 2017, p. 204), artista contratado pelo rei para retratar o evento:

Cedendo aos seus sentimentos de gratidão, a princesa precipitou-se sobre a mão do rei, que lhe disse ainda: “minha querida filha, a felicidade de meu filho está assegurada, bem como a de meus povos, pois terão um dia, como rainha, uma boa filha, que não pode deixar de ser uma boa mãe”.

A primeira noite do jovem casal, pelos relatos da princesa, foi satisfatória. Porém a imagem da família real, aos poucos, foi se desmantelando. Em uma das cartas enviadas ao pai, de 20 de janeiro do ano seguinte ao casamento, Leopoldina relata que precisa praticar o uso da paciência e simpatia, além de sempre demonstrar empenho em ser agradável, mesmo que isso lhe custasse um pouco mais (GRAHAN, 2010). A vida na nova corte se revelava desgastante, para a princesa “ninguém podia ou queria confiar nela. Além disso, seguem todos os meus passos e têm a bondade de levar a mal a mais bem-intencionada das atitudes” (REZZUTTI, 2017, p. 2019). Com o marido, Leopoldina afirma se sentir infeliz com as desconfianças dele, e relata que:

Seria totalmente feliz se não sofresse frequentemente com as ralhações²² de meu esposo temperamental e desconfiado, isso me magoa, já que sou sempre tranquila, paciente e condescendente, não acredito que seu coração

²² Ralhações é o plural de ralhação. São admoestações, admonendas, descomposturas, ralhos, reprimendas (DICIONÁRIO ONLINE, 2021).

seja ruim, mas provavelmente são calúnias de duas pessoas que me odeiam porque ajo corretamente (REZZUTTI, 2017, p. 219).

Para ela, os conflitos com as Cortes portuguesas acabavam tirando a paciência do príncipe, que descontava nela sua frustração. Outro ponto que entristecia a princesa era a falta de fidelidade do príncipe. Em carta enviada para Maria Luísa, em 21 de janeiro de 1819 (apud OBERACKER, 1973, p. 164), ela conta: “estou só, pois vejo muitas vezes ações contraditórias que não posso saber com certeza, se tenho um amigo no meu marido e se sou realmente amada”. Para o autor, D. Pedro sofre de um “temperamento peninsular” atribuído aos costumes da região e reforçado pelo calor dos trópicos, (OBERACKER, 1973, p.164). Aparentemente Leopoldina sabia e se compadecia das traições do marido, afinal era mais do que normal, príncipes e reis manterem amantes na corte. E o que, de certa forma, tranquilizava a princesa era o fato de saber que todas eram passageiras, e que com a chegada do primeiro filho, a união do casal estaria selada para sempre.

O ano de 1819 foi um ano importante na vida da princesa Leopoldina. Em abril a princesa deu à luz a sua primeira filha, Maria da Glória, e como almejado, a criança nasceu saudável, mesmo com um trabalho de parto longo e cansativo. D. Pedro, estava amando ser pai e se desprendia em cuidados e doçura, tanto com a recém-chegada filha, como com a esposa. Contudo, as Cortes portuguesas estavam exigindo o regresso do Rei D. João e pretendiam revogar o status de Reino Unido concedido ao Brasil. Leopoldina, se deparando com a situação, começou a tecer seu primeiro plano de influência sobre o marido, pois desejava retornar para a Europa, para ficar mais perto de sua família e tirar D. Pedro das influências tropicais. Já D. João, tinha grande receio de mandar a nora e o filho sozinhos para Portugal, temendo que o traíssem e assumissem o poder.

No tom dúbio das palavras percebia-lhe a inata desconfiança de tudo e de todos [...] Casado, com filhos, príncipe herdeiro, doía-se da humilhante situação em que o pai, por zelo, desconfiança ou apatia, o mantinha, de alheamento, aos casos da política e da administração. Sua opinião nunca fora pedida ainda que em questões insignificantes – Mesmo que não existisse dúvida a respeito de sua fidelidade, havia, entretanto, para D. João além se sua mocidade, dois motivos para deixar o filho afastado dos assuntos públicos: o caráter impulsivo e imprevisível que sempre lhe lembrava o gênio detestado da mulher, e ainda as tendências liberais, as inclinações para as ideias novas que D. João, considerava nefasta a segurança do trono (OBERACKER. 1973, p. 193).

Não demorou para o rei ceder aos encantos da nora e concordar com sua partida, porém, antes que pudessem planejar a viagem, chega em 1820, a notícia sobre a Revolução Liberal do Porto, que havia convocado as Cortes Portuguesas a fim de elaborar uma Constituição. A família Real, no entanto, não temeu de imediato o ato, se sentindo segura na América, mas o movimento ganhou força e começou a pressionar pelo regresso do Rei ou de qualquer membro da família.

Leopoldina recorreu, então, à memória e aos ensinamentos que tivera na Corte de Viena, pois lembrava muito bem do que havia acontecido à sua tia avó, Maria Antonieta²³ e mudou completamente seus planos, colocando-se contrária ao regresso da família, pois temia por suas vidas. Oberacker (1973, p. 197) menciona que o impasse vivido pela corte portuguesa no Brasil era: “Devem, nas presentes circunstâncias, El-Rei e a família real de Bragança voltar para Portugal ou ficar no Brasil”. Sabendo das inclinações liberais do filho, D. João decide então voltar, deixando aos cuidados de D. Pedro e de Leopoldina a regência do vice-reino. Os incansáveis apelos da princesa ao rei, ao embaixador e ao pai, por fim, renderam frutos, e a ideia de levar somente a princesa para Portugal foi recusada por ela de imediato, alegando que não se separaria do marido em hipótese alguma. A segunda - e adiantada gravidez - fez com que ambos os príncipes permanecessem no Brasil até o clima de Portugal já apaziguado para seu regresso (PEDREIRA; COSTA, 2008). O que nunca houve.

Em 1821, “nascia no dia 6 de março, o segundo filho de D. Leopoldina, o desejado filho varão, que era extremamente grande, dando motivo para que a vida da mãe e do filho corresse perigo” (OBERACKER, 1973, p. 207), com isso, Leopoldina conseguiu mais uma vez afastar a ideia de um embarque imediato para Lisboa. No dia 07 de março, D. João, emocionado pelo nascimento do neto, promulga a lei decretando a sua partida e mantendo os príncipes como regentes do Brasil. Em 25 de abril, finalmente a família real volta a Portugal. A partir desse dia, a princesa ganha mais espaço na política do Brasil.

A partir de então a realidade começou a bater à porta da princesa. Sua relação matrimonial já não era mais a mesma e ela “não escondia sua infelicidade [...]. Dizia

²³ Maria Antonieta (1755-1793) foi arquiduquesa da Áustria e rainha consorte da França, esposa do rei francês Luís XVI. Foi a última rainha da França. Maria Antonieta foi julgada e também condenada à guilhotina em praça pública pela Revolução Francesa (FRAZÃO, 2019).

viver como uma eremita, controlada pela política secreta” (DEL PRIORE, 2012, p. 57) e o marido a decepcionava. “O sexo era incompreendido e negligenciado”, e o marido, mais preocupado com outros assuntos, pouco a procurava, “e dizia-se admiradíssima quando ele aparecia” (DEL PRIORE, 2015, p. 59). Além disso, o Brasil ainda a obrigava a conviver com o calor e a privação de uma boa companhia ou amizades. A princesa se sentia sozinha e chegou a desabafar com a irmã: “No Brasil nunca se dança e meu esposo tem o encantador hábito de se divertir de todas as maneiras, porém os outros nunca podem rir e tem que viver como ermitões” (REZZUTTI, 2017, p. 248). Segundo o mesmo autor, Leopoldina “mesmo cheia de críticas aos modos e ao gênio do marido, sempre foi apaixonada por ele e ansiaria sempre pela sua presença junto a ela” (REZZUTTI, 2017, p. 249).

Agora era a princesa, que padecia de um generoso coração, quem estava à frente das obras de caridade e cuidados diretos com o povo, asilos e orfanatos. Por várias vezes, pediu dinheiro a familiares, principalmente, ao pai: “É imensamente difícil para minha mentalidade alemã austríaca pedir ao senhor, caríssimo papai, por ajuda paterna em um assunto de dinheiro” (REZZUTTI, 2017, p. 250). Como a Corte se encontrava agora em Portugal, a pensão que deveria ganhar todos os meses, conforme acordo de casamento, não estava mais vindo. D. Pedro, por sua vez, fazia seu papel de marido abusivo, retendo todo o dinheiro que a princesa recebia, deixando muitas vezes um mínimo para os custos da casa.

A saída da corte portuguesa do Rio de Janeiro só veio piorar a questão. Se antes mal era paga, agora então as coisas tornaram-se mais problemáticas. D. Pedro tinha que fazer malabarismos contábeis para saldar os pagamentos dos servidores do Estado. Chegaram a desocupar o Paço da Cidade e lá instalar todas as secretarias que estavam em prédios alugados, bem como arrancar de navios (REZZUTTI, 2017, p. 252).

Com as Cortes pressionando pelo regresso dos príncipes, Leopoldina se viu na obrigação de participar das negociações, visto que “D. Pedro perdia em todos os terrenos: sua reputação com a tropa acabara, ficava reduzido a mero fantoche do governo imposto pelos militares, sem qualquer influência política” (REZZUTTI, 2017, p. 255). A princesa demonstrava já alguma inclinação para o lado brasileiro²⁴,

²⁴ Partido Brasileiro era “constituído por grandes proprietários rurais das capitâneas próximas à capital, burocratas e membros do judiciário nascidos no Brasil. Acrescenta-se a eles portugueses cujos interesses tinham passado a vincular-se aos da Colônia” (FAUSTO, 2015, p. 113).

enquanto o príncipe estava todo para o lado português²⁵, não percebendo que estava sendo manipulado, a princesa já “tinha claro que a única chance dos Bragança de manter o Brasil longe de uma hipotética revolução democrática e republicana seria a separação” (BULCÃO, 2013, p. 241). Com os acontecimentos políticos alvoroçados, a princesa começou a se portar de forma diplomática, afinal, fora educada para estas situações. Segundo o autor Paulo Rezzutti (2017, p. 258), Leopoldina usava máscaras, conforme a pessoa que se apresentava e em um trecho ele cita:

Para cada olhar e para cada ouvido, a frase correta. Ou d. Leopoldina, nesse momento, começava a comungar do liberalismo do marido ou estava falando o que o marquês de Marialva gostaria de ouvir. [...] D. Leopoldina havia se desdobrado até 1821 em diversas facetas, ou, por que não, personas. Para cada interlocutor, a princesa havia mostrado uma máscara. Temos a máscara da filha obediente com a qual ela se relacionava com o pai na Áustria; a de súdita fiel e nora grata, com a qual se apresentava perante d. João VI; à irmã Maria Luísa ela surgia mais na intimidade, mas não completamente

Ficava clara e evidente sua predileção pelo Brasil. Ao contrário do pai, D. Pedro confiava bastante na esposa, sabia que tinha ali uma companheira leal e fiel, e dividia com ela suas angústias e planos políticos. D. Leopoldina, por outro lado, usava dessa boa relação com o marido para influenciá-lo e direcioná-lo para o lado que considerava ser o mais assertivo. A princesa já tinha passado por uma revolução na família, e sabia que se não agisse em defesa do trono, acabariam sem nada. O Brasil naquele momento era o território mais concreto que eles tinham, e ela se esmeraria para a permanência da Coroa. Segundo Natan Mocellin (2012, p. 35), que realizou uma monografia sobre a participação política da Imperatriz, ela “foi capaz de perceber, muito antes que D. Pedro, o período de mudanças que estava ocorrendo na sociedade e na política no Brasil”.

O rei D. João estava sendo mantido praticamente prisioneiro das Cortes, em Lisboa, onde através de um decreto, exigiam o rebaixamento do status de Reino Unido concedido ao Brasil, voltando a ser território ultramarino, e com isso, todos os acordos comerciais seriam quebrados, e

²⁵ O Partido Português era “formado por altas patentes militares, burocratas e comerciantes interessados em subordinar o Brasil à Metrópole, se possível de acordo com os padrões do sistema colonial” (FAUSTO, 2015, p. 113).

Novas medidas tomadas pelas Cortes fortaleceram no Brasil a opção pela independência, até então aí apenas esboçada. Decidiu-se transferir para Lisboa as principais repartições instaladas no Brasil [...] e ponto decisivo, determinou-se a volta para Portugal do príncipe regente (FAUSTO, 2015, p. 114).

Não era do feitio da princesa adotar uma postura mais rígida. Sempre educada e preparada para o diálogo, a princesa procurava se impor com delicadeza. Leopoldina percebeu que seu posicionamento deveria ser firme e orientar D. Pedro, mesmo não tendo a pretensão de liderar: “Não espero desempenhar um grande papel, [...], mas viver tranquila e feliz, contudo, se for necessário, empenharei toda a minha força intelectual para fazer felizes as criaturas sobre as quais reinarei” (CARTA A MARIA LUÍSA, em 29 de dezembro de 1816 apud REZZUTTI, 2017, p. 262). Apoiada pelo Conde dos Arcos, o General Dirk Van Hogendorp e o Barão Von Mareschal, Leopoldina conseguiu visualizar melhor do que o marido os efeitos das decisões das Cortes, e, por ser uma estrangeira, tratou de, nos bastidores, salvar o Brasil da ocupação militar portuguesa. Ela sabia “É preciso fazer o sacrifício de ficar na América o que estou pronta a fazer para o sossego e felicidade de minha nova família” (BULCÃO, 2013, p. 240).

Um dia importante para a história do Brasil será o dia 9 de janeiro de 1822. Não havia como o Brasil voltar a ser uma mera colônia. Leopoldina compreendia perfeitamente isso, e, em carta trocada com Maria Luísa, ela afirmou que “O Brasil é grande demais, poderoso e, conhecendo sua força política, incapaz de ser colônia de uma corte pequena” (REZZUTTI, 2017, p. 285). A princesa, como se pode constatar, já havia decidido permanecer no Brasil antes mesmo de D. Pedro, “Muito me tem custado alcançar isso tudo – só desejaria insuflar uma decisão mais firme” (REZZUTTI, 2017, p. 267).

É nessa conjuntura que Leopoldina conhece aquele que se tornaria um dos seus melhores amigos e confidente, José Bonifácio de Andrada e Silva, um paulista que “nasceu na cidade de Santos, em 1763, e formou-se na Universidade de Coimbra no ano de 1787. Entre suas habilidades [...] estava a de orador político, estadista e cientista” (MOCELLIN, 2012, p. 35), o que logicamente despertou o interesse da princesa. Este já estava a serviço de D. Pedro como secretário do reino e sua carreira despertou a curiosidade da princesa que via na companhia de Bonifácio uma pessoa que poderia exercer uma influência positiva sobre D. Pedro. Abatida pela perda do filho João Carlos, que faleceu em decorrência da viagem que precisou realizar para

se proteger, Leopoldina, mais do que uma mãe que havia perdido um filho e que trazia mais um no ventre, tornou-se uma inimiga de Portugal:

Morreu-me o meu filho de uma espécie de mal curada inflamação do fígado, em convulsões durante 28 horas. Tudo isto motivado por nossa forçada fuga para Santa Cruz, distante 12 milhas. A pobre criança sofreu horrivelmente de um calor de 98° de modo que se pode atribuir a isto a sua prematura morte (REZZUTTI, 2017, p. 275).

A amizade entre Leopoldina e José Bonifácio cresce na mesma proporção que a tensão de Brasil e Portugal, “a única pessoa na corte em quem José Bonifácio teve nesta época plena confiança foi a princesa” (OBERACKER, 1973, p. 252). Em vários momentos, a regência de Bonifácio foi questionada e houve até mesmo uma tentativa de tirar-lhe o cargo, algo que a princesa procurou resolver. Para Oberacker (1973, p. 254), “a correspondência da princesa e de José Bonifácio constitui prova inequívoca de sua íntima colaboração com o grande ministro”. Sendo assim, D. Pedro podia contar com o apoio de um ministro instruído e de uma princesa preparada.

O clima no Brasil estava bem tenso, do outro lado do Atlântico, um exército se organizava para invadir o Brasil e trazer a família real de volta, “no Nordeste, começaram a surgir focos de resistência à ideia da emancipação e, portanto, favoráveis às Cortes” (MOCELLIN, 2012, p. 45). Ao receber tais avisos, a princesa, que estava como regente desde a partida de D. Pedro a São Paulo, decide juntamente com José Bonifácio enviar um comunicado ao marido para que se apressasse na volta. Foi quando “alcançado em 7 de setembro de 1822, às margens do riacho do Ipiranga, Dom Pedro proferiu o chamado Grito do Ipiranga, formalizando a independência” (FAUSTO, 2015, p. 176).

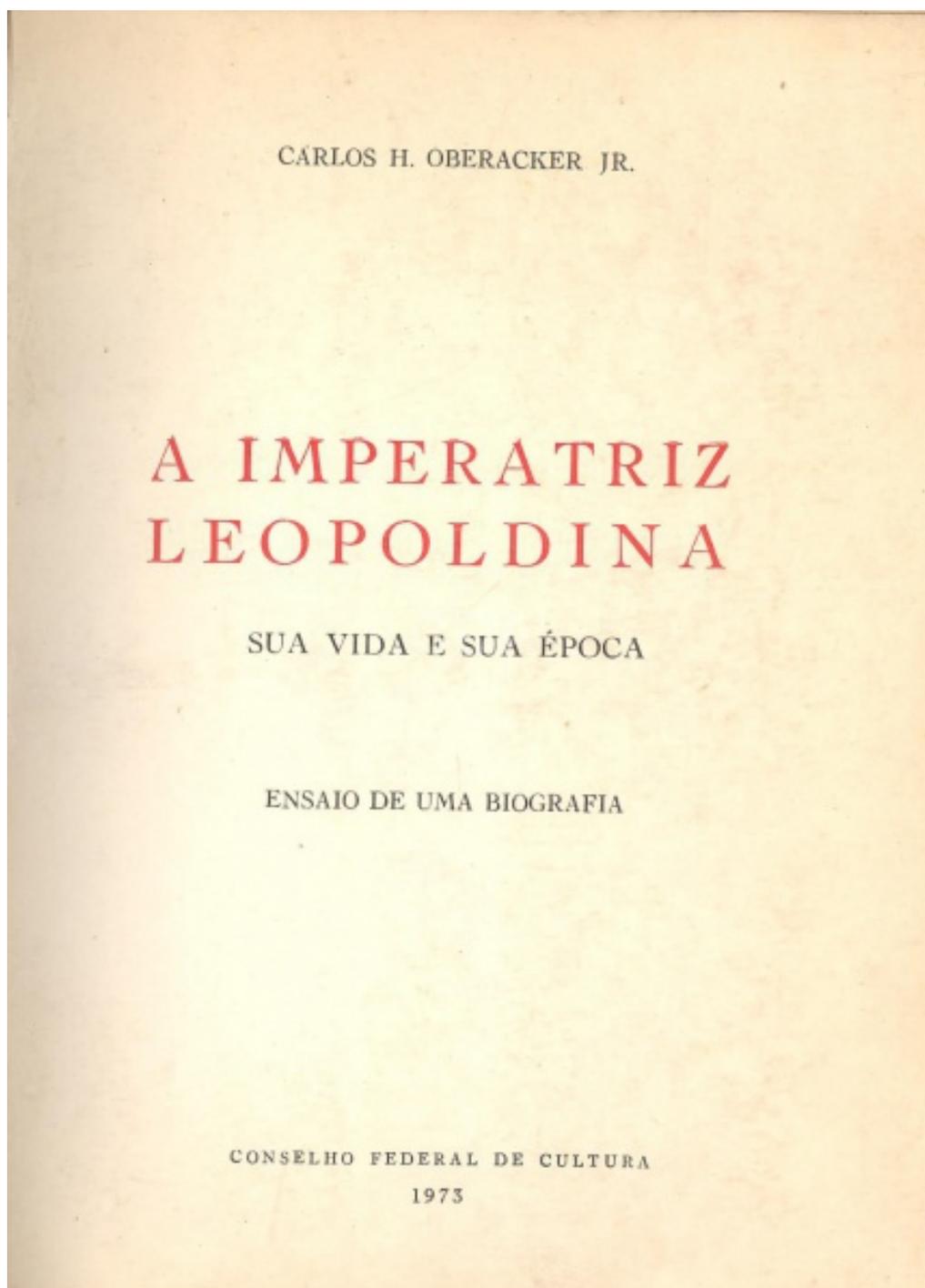
Segundo o historiador Paulo Rezzutti (2017, p. 293), D. Pedro apenas formalizou o ato, pois uns dias antes “A princesa real, que se achava muito entusiasmada em favor da causa do Brasil, sancionou com muito prazer a deliberação do Conselho”. Em carta ao marido ela adverte: “O pomo está maduro, colhei-o já” - referindo-se ao momento decisivo para proclamação - e complementa, dizendo: “Pedro, o momento é o mais importante de vossa vida. Fazei, pois. Tereis o apoio do Brasil inteiro e, contra a vontade do povo brasileiro, os soldados portugueses que aqui estão nada podem fazer” (CARTA DE LEOPOLDINA à D. PEDRO apud REZZUTTI, 2017, p. 294). Como reconhecimento pela aliança e lealdade de Leopoldina, D. Pedro

designou que a cor amarela, símbolo dos Habsburgo, seria colocada juntamente com o verde dos Bragança na nova bandeira:

Três dias depois, anunciava-se no Diário do Rio de Janeiro, a venda dos versos “Independência ou Morte” [...]. As palavras representavam bem o que pensava a maioria da população sobre ter um rei novo. – Este reino outrora escravo, escravo não torna a ser. Emancipou-se, está livre. Independência ou morrer. Ao defensor do Brasil é tempo de conceder, Trono, cetro ... o véu se rasgue, Independência ou morrer (DEL PRIORE, 2012, p. 96).

Neste capítulo, apresentei a educação diferenciada que Leopoldina recebeu, assim como os personagens importantes que passaram por sua vida, e que, contribuíram para moldar seu caráter, sua postura religiosa e suas ações políticas. Apresentei também o início de sua vida matrimonial e o momento ápice na política, sua participação na Independência. O próximo capítulo vai tratar das representações criadas por dois autores homens.

Figura 4 – A Imperatriz Leopoldina, de Carlos Oberacker Jr.



Fonte: Catálogo das Artes (2021).

3 A MÃE DOS CÉSARES²⁶

Neste capítulo, são abordadas as obras de Carlos Henrique Oberacker Jr e Paulo Rezzutti, escritas no ano de 1973 e 2017, respectivamente, e são discutidas as representações que os dois autores construíram sobre a primeira imperatriz do Brasil.

3.1 LEOPOLDINA POR CARLOS OBERACKER JR

Carlos Henrique Oberacker Júnior, um dos autores cuja obra analiso, nasceu no Rio Grande do Sul, em 1910, e realizou sua especialização na Alemanha, em 1930. Foi em 1936 que publicou sua primeira tese, ainda na Alemanha, *Die Volkspolitische Lage des Deutschtums in Rio Grande do Sul* (A situação étnico-política no germanismo no Rio Grande do Sul). Em 1973, Oberacker escreve uma biografia da primeira Imperatriz do Brasil, Leopoldina, justificando-a da seguinte forma: “Nenhum dos historiadores brasileiros em destaque se viu até hoje de tal modo seduzido por ela que lhe escrevesse a biografia” (OBERACKER, 1973, p.23). Segundo o autor, a historiografia se fixou mais em sua rival, a Marquesa Domitila de Castro, e em seu marido, o Imperador D. Pedro I. Após uma exaustiva²⁷ pesquisa em publicações a respeito da Imperatriz, Oberacker (1973, p.24) se deparou com as seguintes questões: “enquanto outros ignoram praticamente a sua existência [...] outros tentam denegrir a sua vida”. Oberacker (1973, p. 27), então, dedica-se “a conceder a Imperatriz o lugar que de fato lhe cabe na história do Brasil.

A nosso ver não compete aos historiadores justificar a atitude de uma personalidade histórica, mas sim explicar os motivos por que ela agiu desta e não de outra maneira, baseando-se nos documentos e em testemunhos coevos. [...] Que padrão para a mulher brasileira, esta nobre soberana adorada pelo seu povo e que com tanta naturalidade e singeleza praticava as virtudes e com tanta espontaneidade dava os mais nobres exemplos (OBERACKER, 1973, p. 27).

Constata-se no trecho extraído de sua obra, que o autor simpatiza com a biografada, fazendo inúmeras críticas aos historiadores que haviam denegrido sua

²⁶ “Temos pátria; e que pátria? O Império novo.

Assim do grão-Brasil vozêa o povo:

Filha augusta dos Césares, já hoje

Mãe dos Césares, do Brasil exulta” (REZZUTTI, 2017, p.368).

²⁷ “Desde que começamos a ocupar-nos da vida de nossa biografada, há quase trinta anos passados” (OBERACKER, 1973, p. 25).

imagem. Para Oberacker, analisar os acontecimentos pelas lentes de Leopoldina era fundamental para compreender os acontecimentos na política, a postura de D. Pedro I e a visão europeia do Novo Mundo.

O livro inicia mostrando a educação recebida pela arquiduquesa e destacando duas características fundamentais da personalidade da princesa, a partir das cartas trocadas entre as duas irmãs, Maria Luísa e Leopoldina:

Acompanha-se a formação da mentalidade da princesa em que se destacam dois traços. O primeiro, a convicção de que o papel que compete as princesas é de servir de trebelhos do grande jogo de xadrez da política internacional [...]. O outro traço sem o qual não se entenderá o comportamento com que ela se submete, quase que ao sacrifício em sua vida conjugal, é a religião (OBERACKER, 1973, p.13).

Nada deixaria, segundo o autor, Leopoldina mais feliz e realizada do que cumprir seu papel de "esposa submissa e mãe dedicada" (OBERACKER, 1973, p.13), isso porque, já era sabido o que uma mulher na sua posição deveria esperar. Amores avassaladores e correspondidos só eram permitidos na literatura. A religião na Alemanha apresentava um traço filosófico, ou seja, era praticada como uma doutrina de vida, para, assim, ter uma vida devota e feliz, o que era respeitado pela princesa.

O choque que Leopoldina levaria ao chegar no Brasil, não se limitaria, segundo o autor, apenas ao clima e às condições financeiras da família real portuguesa, mas também aos modos e a não adoção de uma filosofia cristã. "Com todos esses choques de hábitos diversos, o casamento de D. Pedro e D. Leopoldina foi bem-sucedido" (OBERACKER, 1973, p. 18).

A segunda parte do livro adentra no matrimônio da princesa. De acordo com o autor, Leopoldina chegou disposta a amar D. Pedro, mesmo com todas as suas falhas, morais, culturais e físicas. Para Oberacker, muitas dessas falhas foram aumentadas por cronistas europeus que desconheciam alguns dos costumes da corte portuguesa. Em relação à educação do príncipe, muito criticada, por ser considerada falha, Oberacker (1973, p. 18) afirma: "Além do frade (Antônio de Arrábida) e de Redemaker, Monteiro da Rocha, Tilbury e Joyce, constituem uma equipe de mestres como poucos príncipes da época tiveram". O autor também "defende as companhias do príncipe, segundo ele, D. Pedro I, mantinha um bom juízo para escolher seus amigos,

Se sua mentalidade fosse de tal modo grosseira não se compreende o apreço e confiança na maior cultura do seu meio - José Bonifácio - apreço e confiança tão fortes que voltaram a manifestar-se por ocasião da volta do exílio e a nomeação para tutor dos filhos (OBERACKER, 1973, p. 18).

Para o autor, muitas das difamações teriam ocorrido de forma injusta e equivocada, e comparar as educações dos dois príncipes, como se a princesa viesse de um modelo de família exemplar seria injusto, pois, para ele, “o príncipe real recebera uma tradição de relaxamento comum nas altas camadas aristocráticas” (OBERACKER, 1973, p. 19). A Corte Portuguesa, que não participava das grandes rodas europeias e não sofreu com os impactos da Revolução Francesa, acabou mantendo alguns dos costumes que remontam ao período medieval.

Já a terceira parte da biografia escrita por Oberacker se detém na decisiva participação da Imperatriz no processo de Independência do Brasil. Para o autor, embora a princesa tivesse uma educação rígida e baseada nos princípios monárquicos, logo percebeu que era melhor um trono novo e independente do que nenhum trono. Para o autor, “A ação direta da princesa sobre o marido, para que aceitasse, como inevitável, a separação de Portugal e a coroa” (OBERACKER, 1973, p. 20) é, sem dúvida, a parte mais importante de sua biografia.

Para finalizar, a quarta parte do livro traz a relação da Imperatriz com D. Pedro I e o caso extraconjugal do Imperador com a Marquesa de Santos. Oberacker (1973, p. 21) demonstra, mais uma vez, simpatia pela Imperatriz no trecho em que diz: “O final melancólico desse livro faz-nos pensar que no movimento da Independência nenhum sacrifício igualou o de D. Leopoldina”. Para o autor, Leopoldina fez jus ao título de “Paladina da Independência”²⁸ que havia recebido.

Em seu livro, o autor dá grande destaque à participação política da Imperatriz, como se pode constatar nesta passagem:

O 9 de janeiro de 1822, no entanto, foi uma decisão política, o ato pelo qual adotou espontânea e voluntariamente o Brasil como sua pátria. [...] Após o Dia do Fico sempre sabia qual a sua verdadeira pátria e nunca, apesar dos aborrecimentos padecidos posteriormente, vacilaria mais na sua felicidade ao Brasil, e assim continuaria até o fim da vida (OBERACKER, 1973, p. 247).

²⁸ Paladino é o “Indivíduo que defende com ardor as grandes causas, conhecido por seu esforço e coragem para ajudar pessoas oprimidas ou lutar por boas causas” (DICIONÁRIO ONLINE, 2021).

Para uma análise desta obra e para a discussão das representações que Oberacker construiu e ajudou a difundir sobre a primeira Imperatriz do Brasil, criei quatro categorias: as representações físicas, as representações intelectuais, as representações de mulher e as representações de mãe. A primeira delas, a categoria representações físicas, fica evidenciada nestes trechos da obra do autor:

Pelo aspecto exterior Leopoldina saiu mais o lado materno. Assim afirma ela mesma à sua avó materna Maria Carolina das Duas Sicílias, com quem assegurava parecer-se muito. Leopoldina era loira, de olhos azul-claros e de pele muito alva, e rosada. No seu caráter fez-se sentir, porém, tanto a herança materna como a paterna. Era uma criança muito viva, alegre, impaciente e nervosa, mas também reservada, tímida e não raras vezes melancólica (OBERACKER, 1973, p. 14).

Outro defeito que foi apontado pelos seus compatriotas era o pecadilho da gulodice, que não chegava a ser propriamente o vício capital da gula, mas que teve consequências no seu físico e veio dar armas a seus censores (OBERACKER, 1973, p.15).

No retrato que Jean Baptiste Isabey fez dela, não é precisamente bela, mas tem boas cores, é loura, rosada, quase linda com seus olhos azul-claro (OBERACKER, 1973, p. 23).

Consta, portanto, que Leopoldina não primava pela beleza, mas que era pessoa simpática e de modo algum uma pessoa feia (OBERACKER, 1973, p. 62).

A escolha dos trechos foi minuciosamente pensada para demonstrar como as representações são apresentadas no texto. Como descrevo na Introdução, Chartier (2010, p. 26) explica que as representações são “imagens verídicas ou enganosas”, [...] Produzidas em suas diferenças pelos distanciamentos que fraturam as sociedades.

Oberacker muniu-se de relatos que, de certa forma, procuram relativizar as críticas feitas à aparência de Leopoldina, excluindo ou justificando as representações que tem posicionamento contrário. É o caso da Baronesa du Montet (apud OBERACKER, 1973, p. 62), que diz que Leopoldina “não pode ser chamada precisamente de bonita; pois não possuía cores boas [...] é de estatura pequena [...], só os olhos de um azul escuro são lindos”. Para o autor, tal descrição deve “ler-se com cuidado, pois baseia-se na opinião manifestada pela mexeriqueira baronesa [...] que pouca fé merece” (OBERACKER, 1973, p. 62). Nota-se aqui a depreciação da

Baronesa e, conseqüentemente, de sua descrição sobre a Imperatriz, para que prevalecesse uma representação contrária à dela.

No âmbito das disputas de representações, o autor justifica a sua, ao mesmo tempo em que anula outra representação de forma intencional. Para corroborar minha afirmação trago o seguinte trecho:

As especulações de Alberto Rangel²⁹, sobre extraordinária beleza, à qual se opõe a feiura detestável de D. Leopoldina, para poder justificar o comportamento de D. Pedro e o de Domitila, carece simplesmente de objetividade (OBERACKER, 1973, p. 353).³⁰

Constatei, através da passagem acima, que Oberacker busca legitimar suas percepções recorrendo à credibilidade, ou o “fazer crer” usado por Chartier, e, ao compartilhar a representação criada por Rangel sobre o físico de D. Leopoldina, que a colocava como “merecedora da traição”, devido à sua feiura detestável, visa sensibilizar o leitor para o drama da culpabilidade que Leopoldina carregou. O autor opõe-se, portanto, às descrições feitas pela Baronesa e por Rangel, com o intuito de forjar uma representação elogiosa da Imperatriz, apelando para a sensibilização dos leitores.

Para melhor compreender a opção feita por Oberacker, recorro à Sandra Pesavento, que explica como e por que as sensibilidades são acionadas e como elas atingem o leitor:

No âmbito da História Cultural, um conceito se impõe, dizendo respeito a algo que se encontra no cerne daquilo que o historiador pretende atingir: as sensibilidades de *um outro tempo* e de *um outro no tempo*, fazendo o passado existir no presente (PESAVENTO, 2004, p. 1).

Outro dado importante que o trecho acima traz é o uso do tempo. A obra de Rangel, alvo de crítica, é de 1916, enquanto que a de Oberacker é de 1973. Essa diferença cronológica de quase seis décadas, somada às sensibilidades próprias de cada contexto configuram perfeitamente um cenário de disputa entre representações.

²⁹ Oberacker se refere ao livro escrito por Alberto Rangel, intitulado: D. Pedro I e a marquesa de Santos: á vista de cartas íntimas e de outros documentos públicos e particulares, publicado em 1916.

³⁰ “Para reabilitar D. Domitila é preciso que os seus defensores procurem a culpa da destruição do matrimônio de D. Leopoldina não na intromissão da concubina e sim na própria imperatriz” (OBERACKER, 1973, p. 353).

Com relação às percepções sobre o corpo feminino, sabe-se que no século XIX havia uma enorme preocupação com os atributos físicos da mulher. Em razão disso, o corpo era usado para justificar excessos e faltas, delimitando uma postura pública e privada, “os arquétipos femininos muito mais do que reflexos dos ideais de beleza, [...] constituem modelos de comportamento” (HIGONNET, 1991, p. 298). Além disso, “Médicos, teólogos e filósofos do sexo masculino atribuíam a subordinação das mulheres à sua condição biológica” (PORTER, 1992, p. 316).

Assim, o autor, empenhado em fazer “justiça” à Leopoldina, compensa os seus poucos atributos físicos com atributos intelectuais, visando a um “equilíbrio” e a uma visão menos crítica sobre a Imperatriz. Michelle Perrot, em sua obra *Minha História das Mulheres*, destaca a importância da aparência física da mulher para a sua identidade. Para a historiadora, “a mulher é, antes de tudo, uma imagem. Um rosto, um corpo, vestido ou nu. A mulher é feita de aparências” (PERROT, 2019, p. 49). Mas, mesmo que na obra de Oberacker a disputa se concentrasse nas representações físicas de Leopoldina, elas estão longe de se reduzir ao biológico, pois elas englobam também aspectos ligados à intelectualidade e à moralidade.

A segunda categoria, representações intelectuais, pode ser observada nas passagens abaixo, sendo que nelas são destacados os traços do caráter de Leopoldina, como seu amadurecimento e seu senso de responsabilidade em relação ao povo brasileiro. Vejamos estes trechos da obra de Oberacker:

Convencida de que a formação do caráter constituía o fundamento de toda educação, não hesitava em agir rigorosamente se preciso fosse (OBERACKER, 1973, p. 15).

Pode deduzir-se muitas vezes o seu sentimento de caridade para com os necessitados, solicitando a compaixão e o auxílio do pai para a gente pobre e humilde (OBERACKER, 1973, p. 19).

A preparação de Leopoldina não se limitava, de maneira alguma, somente aos assuntos intelectuais. Abrangia também outros campos. Preparava-se em todos os setores para o seu “novo estado”³¹ de mulher casada (OBERACKER, 1973, p. 64).

Vencera D. Leopoldina os seus acanhamentos e embaraços compreensíveis a respeito de uma política e evolução que não concordava com a sua educação e com os ideais que lhe inculcaram em sua juventude; assumira sem medo a plena responsabilidade de tudo o que acontecesse durante sua

³¹ Grifo do autor.

regência, pois convencera-se que não havia outro caminho a trilhar senão o da monarquia constitucional (OBERACKER, 1973, p. 269).

Para o autor, as características mais marcantes da Imperatriz eram sua educação e seu caráter. Características que, ao longo de toda a obra, foram ressaltadas para eleger Leopoldina como representante feminina do Mito da Independência, como fica evidenciado nesse trecho:

A concluir parece que naquela época a colaboração e a simpatia da princesa pelo movimento brasileiro eram mais conhecidos do que posteriormente, chegando os seus esforços a serem completamente esquecidos ou até postas em dúvida ou negadas por certos historiadores (OBERACKER, 1973, p. 272).

Nota-se a intenção por parte do autor de demonstrar e de relembrar seus méritos no processo da Independência. Para que um mito seja forjado, ele precisa “ter, de algum modo, a cara da nação. Tem de responder a alguma necessidade ou aspiração coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizado” (CARVALHO, 1990, p. 55). O autor, que descreve a biografada como dotada de exemplar comportamento e de devoção à causa do Brasil, busca em tais representações reforçar o estereótipo de uma Leopoldina intelectual, apontando para um esforço de construção mítica da personagem.

As representações aqui analisadas “buscam compreender os esquemas geradores de classificações, percepções e divisões pertinentes a cada grupo ou classe” (MAGALHÃES, 2016, p. 3). Para, só, assim, podermos entender “as demarcações da organização social a partir das categorias mentais” (CHARTIER, 2002, p. 18). Mais do que resgatar a imagem de Leopoldina, Oberacker também busca reforçar símbolos que transmitissem obediência.

Oberacker, ao apresentar Leopoldina como um modelo de comportamento, não deixa de dialogar com o contexto de produção da obra. Vivia-se, à época, o período mais rígido da ditadura militar, no qual o governo Médici (1969-74), através AI-5,³²

³² “O Ato Institucional nº 5, AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva. Definiu o momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime. Decretar o recesso do Congresso Nacional; intervir nos estados e municípios; cassar mandatos parlamentares; suspender, por dez anos, os direitos políticos de qualquer cidadão; decretar o confisco de bens considerados ilícitos; e suspender a garantia do habeas-corpus” (FGV/CPDOC, 2021).

censurava todos os meios de comunicação e intensificava a tortura de prisioneiros políticos. A historiografia brasileira, “por conta da conjuntura política [...] que colocava grandes obstáculos à liberdade de expressão” (PINSKY; PEDRO, 2018, p. 240), investia em obras nas quais o protagonismo da mulher não comprometesse os moldes de comportamentos pré estipulados. Isto parece explicar por que a obra de Oberacker representou Leopoldina como um exemplo de conduta, sobretudo moral, tendo recebido grande aceitação por parte do público e da crítica.

Em relação à terceira categoria, a de representações de mulher, destaco as que apresentam Leopoldina como uma mulher apaixonada ou desiludida, como se pode constatar nas descrições que Oberacker faz sobre a noiva e, posteriormente, esposa, nos seguintes trechos da obra:

Fazia, no entanto, Leopoldina todos esses esforços e preparativos expressamente para agradar a sua nova família como bem demonstra a energia com que tentava agora aperfeiçoar-se no piano (OBERACKER, 1973, p. 64).

Tal resolução não poderia agradar a D. Leopoldina que se manifestava de maneira irônica sobre o comissário de entrega (Príncipe Matternich) (OBERACKER, 1973, p. 66).

Aliás, a convicção religiosa somente em conjunto com a formação moral e o caráter explica a personalidade de D. Leopoldina. Mui ao contrário do que transpareceria posteriormente no Brasil, a Arquiduquesa era de natureza vivaz e jocosa, sempre pronta para brincadeiras (OBERACKER, 1973, p. 78).

Nesta época, isto é, durante a Lua-de-Mel. D. Leopoldina estava, sem dúvida, feliz e bem contente com a sua sorte; o marido sempre a acompanhando, o país um paraíso que, apesar do calor excessivo, a deslumbrava (OBERACKER, 1973, p. 154).

O mau tratamento tinha de aguentar, claro está, por parte do marido. Porém, eis o lema de D. Leopoldina: Paciência, não há outro remédio! Essa paciência, repetimos, não lhe era inata, não provinha de seu caráter natural, mas constituía um dom religioso, adquirido devido a uma luta tenaz contra si mesma e exposta sempre de novo às mais duras provas (OBERACKER, 1973, p. 401).

Através das passagens extraídas da obra, percebo que Leopoldina vai gradualmente sendo representada como um exemplo de comportamento, através de suas demonstrações de paciência, dedicação e submissão, percebidas como uma conduta imposta pelo cargo que ocupava e não como um traço natural seu. O autor,

legitimando o “fazer crer” de Chartier, descreve o comportamento de indiferença da Imperatriz em relação à conduta inadequada de seu marido da seguinte forma: “O mais engraçado é que o sangue frio da Imperatriz enraiveceu o imperador e ele censurou-a por não se aborrecer com ele” (OBERACKER, 1973, p. 403). Lembro que “a capacidade de “fazer crer” de um grupo ou classe como forma de predomínio de determinada representação [...] é definida tanto por seu “ser” quanto pelo seu “ser percebido”, ou seja, é como ela se vê e os demais a vêem” (MAGALHÃES, 2016, p. 03).

Em outras passagens, o autor, a fim de valorizar o digno comportamento de D. Leopoldina, descreve de forma negativa e até depreciativa a conduta do Imperador: “O imperador cometeu um ato, pelo qual confessava indiretamente a todo mundo as relações íntimas e imorais que vinha mantendo” (OBERACKER, 1973, p. 407); “D. Pedro tratava a esposa agora como se fosse uma escrava” (OBERACKER, 1973, p. 409); “[...] perfeito conhecedor do caráter violento de D. Pedro ...” (OBERACKER, 1973, p. 410). Constato, aqui, que enquanto D. Pedro é descrito como violento, abusivo e imoral, as representações construídas sobre D. Leopoldina valorizam a sua paciência e resignação, acentuando também as suas decepções frequentes e sua tristeza.

Neste sentido, observo todo um esforço do autor em registrar a vida melancólica que D. Leopoldina e outras mulheres do século XIX viviam, e na qual, em consonância com sua formação religiosa, “preserva(va)m sua virgindade e reza(va)m. Ou alcança(va)m a glória do martírio, que é uma honra suntuosa” (PERROT, 2019, p. 18), sendo descritas como honradas, fiéis, devotas e submissas. Os Habsburgos, a família de D. Leopoldina, eram bastante religiosos e observavam rigidamente os ensinamentos repassados pela Igreja, principalmente no que se referia aos deveres da mulher casada. A Igreja Católica, vale lembrar, pregava o ato sexual somente para a procriação, condenando o prazer sentido pelas mulheres:

Frigidez:³³ a ideia segundo a qual as mulheres não sentem prazer, não desejam o ato sexual, uma cansa para elas, é bastante difundida. [...] estar com enxaqueca para furtar-se ao dever conjugal, o qual, no entanto, é prescrito por seus confessores (PERROT, 2019, p. 65).

³³ Michelle Perrot (2019, p. 65) nos elucida que é, através dessa recomendação que a sociedade machista se vale para “a justificativa de procurar o prazer em outro lugar” que os homens adotam. No fim, a mulher é sempre a culpada, ou por ter prazer com seu marido, ou por dar-lhes motivos para o adultério.

De acordo com Oberacker (1973, p. 410), “D. Leopoldina, apesar de nunca se queixar, sofria incrivelmente com as humilhações que se julgava obrigada a suportar por um exagerado dever religioso e dinástico que a educação lhe inculcara”. Chegando ao ponto de ter apenas os filhos como motivo de alegrias.

Com isso chego à quarta e última categoria, as representações de mãe na obra de Oberacker, sendo que destaco aquelas que dizem respeito às percepções do autor sobre como Leopoldina lidou com a maternidade:

D. Leopoldina, como jovem mãe, sentia-se muito feliz: pois é um sentimento peculiar e todo celeste o de ser mãe (OBERACKER, 1973, p. 185).

Era o apogeu da felicidade para D. Leopoldina, o desejado filho varão [...]. Era o herdeiro do Reino Unido, príncipe da Beira (OBERACKER, 1973, p. 207).

Aguentava D. Leopoldina todas as humilhações pessoais como uma prova imposta por Deus, mas não conseguia conformar-se à equiparação formal e até a preferência com que o marido tratava a filha de seu concubinato pecaminoso e imoral com relação aos filhos legítimos. Aqui não se tratava de sua própria pessoa, mas do mau exemplo que D. Pedro dava aos filhos (OBERACKER, 1973, p. 412).

As pequenas desavenças que tiveram lugar sempre eram provocadas pelas crianças; [...] a Imperatriz tinha tanta vivacidade em relação a tudo que se refere às crianças quanto ela tem de paciência para aquilo que lhe é pessoal (OBERACKER, 1973, p. 412).

As representações de Leopoldina como mãe, se comparadas às outras categorias, aparecem em menor quantidade. Não por Leopoldina ter sido uma mãe relapsa ou ausente, muito pelo contrário, as passagens transcritas acima demonstram o quanto os filhos eram importantes, mas pelo desinteresse do autor em destacar tais virtudes. O capítulo 8, intitulado *O Ambiente e a vida social – Maternidade*, é um dos mais curtos, contando com 28 páginas aproximadamente. Em primeiro lugar, creio ser importante ressaltar que o assunto *maternidade* está inserido em um capítulo intitulado “O Ambiente e a vida social”, o que já aponta para o papel esperado das mulheres, “reduzidas ao círculo restrito de sua casa, desenvolvem uma verdadeira mística feminina do trabalho doméstico e da reprodução. [...] Seus filhos devem realizá-la” (PERROT, 2019, p. 117).

Assim, por um lado, temos representações que enaltecem e enobrecem Leopoldina, já que “a função materna é o pilar da sociedade” (PERROT, 2019, p. 69) e, por outro, temos representações que denigrem a conduta de sua maior rival, Domitila, a Marquesa de Santos, na medida em que se afasta destas condutas idealizadas e esperadas de uma mulher educada para ser mãe. O cenário das disputas, como já mencionei, pode ser usado por agentes distintos, que buscam o prevalecimento de uma percepção, através do recurso à comparação com o intuito de valorizar o comportamento que eles almejam difundir e consagrar. Roger Chartier (2011, p. 96) classifica essa intenção como *energia social*, destacando sua grande “capacidade de transformar as percepções e as experiências de seus leitores ou espectadores”. Tal conceito será novamente discutido quando abordarei a obra escrita por Mary Del Priore.

É importante ressaltar que o ano da publicação da obra de Oberacker, 1973, marca uma virada importante na história das mulheres. As décadas de 60/70 representam a chegada da “Segunda Onda”³⁴ do movimento feminista no mundo, colocando a mulher como grande protagonista de seu corpo e de suas lutas. Somando-se a isso, as mulheres ligadas ao movimento feminista ampliaram suas reivindicações, como bem observado por Perrot (2019, p. 19-20):

Por volta de 1970, dá-se uma renovação das questões, ligadas à crise dos sistemas de pensamento (marxismo, estruturalismo), à modificação das alianças disciplinares e à proeminência da subjetividade. A história alia-se à antropologia e redescobre a família, cuja demografia histórica, em plena expansão, serve de medida a todas as dimensões. [...] A Nova História (como é chamada a terceira geração dos Annales) multiplicava os objetos [...] que com certeza era favorável à inovação. O clima intelectual muda. A maneira de escrever a história também.

Em termos de História mundial, um acordo de paz finalmente foi selado entre os Estados Unidos e o Vietnã, e na contramão da democracia, outro golpe militar estourou no Chile, liderado por Augusto Pinochet, derrubando o então presidente Salvador Allende. Já em 1975, a I Conferência Internacional da Mulher no México movimentou discussões pelo mundo todo.

Já no Brasil, a ditadura militar (1964-1985) inaugurava um dos seus projetos voltados para a cultura e educação, com uma proposta de criação de serviços

³⁴ De acordo com Joana Pedro, “a partir de 1960, o país viu surgir o feminismo de “Segunda Onda” (PINSKY; PEDRO, 2018, p. 240).

nacionais no âmbito musical, de artes plásticas e do folclore brasileiro. Calabre (2008, p. 1) menciona que: “Criado em 1966, o Conselho Federal de Cultura (CFC)³⁵ foi o principal órgão de atuação governamental até meados da década de 1970”. Um dos focos da política do conselho era a recuperação das principais instituições de preservação da documentação nacional, como a Biblioteca Nacional, o Museu de Belas Artes e o Arquivo Nacional.

Em 1972, completavam-se 150 anos da Independência brasileira, sendo que uma série de atividades foram planejadas para a comemoração, entre elas a inauguração de um busto de D. Leopoldina nos jardins do Museu Imperial. No Congresso de História da Independência, Leopoldina foi apresentada como “Modelo das Mães Brasileiras”, corroborando representações presentes na obra de Oberacker, que a apresentam como um modelo de comportamento digno. Com isso, sua obra, lançada em 1973, enquadra-se no projeto que patrocinou sua publicação, valorizando o modelo de mãe e esposa que a Imperatriz teria sido, consagrando, desta forma, uma de suas mais disseminadas representações.

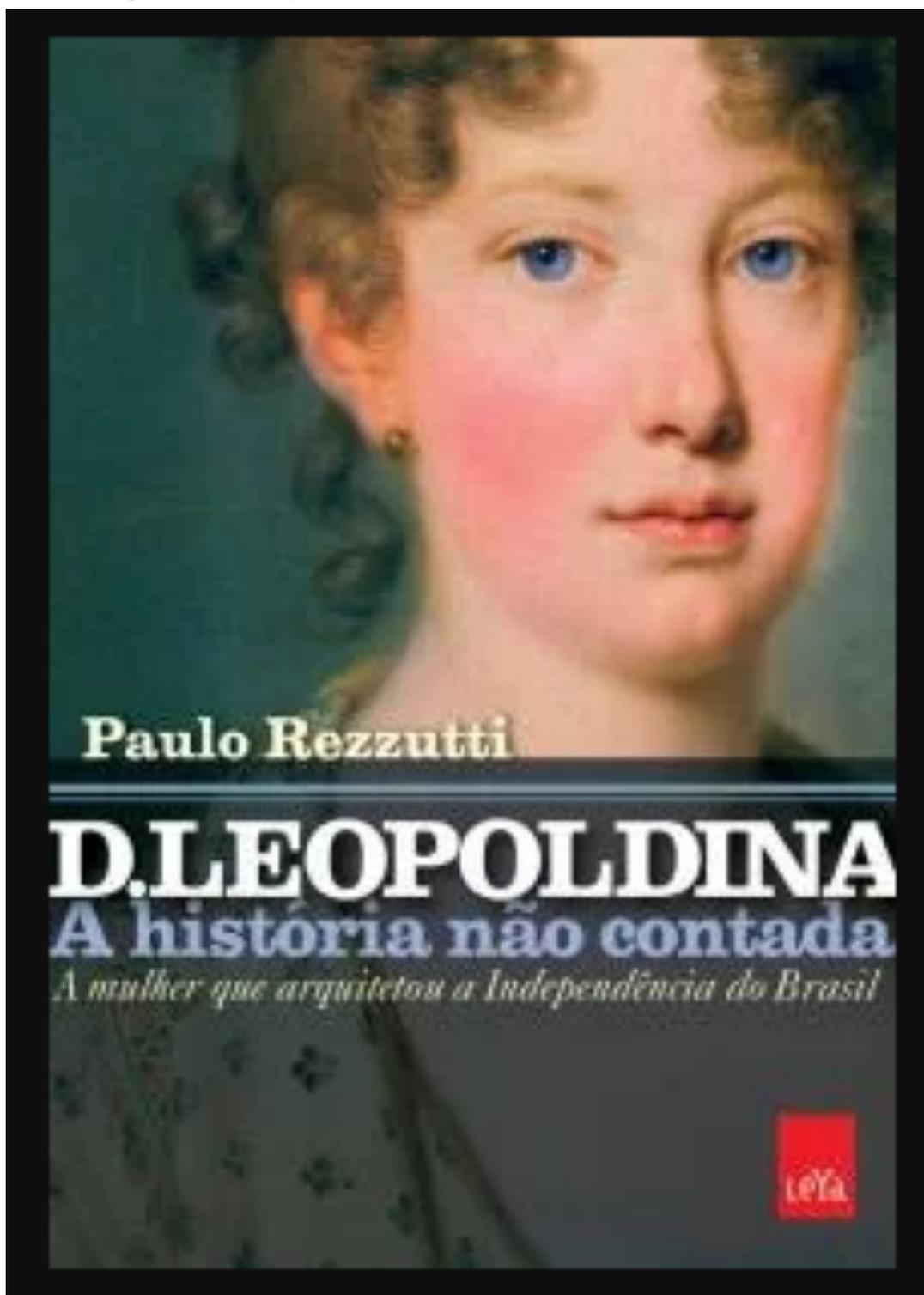
Mas a biografia da Imperatriz escrita por Oberacker não se limitou a apresentá-la como modelo de mãe, destacando, também, seu empenho pela causa da Independência brasileira e exaltando suas capacidades intelectuais e de articulação da emancipação de Portugal. A soma desses elementos é, sem dúvida, o que torna esta biografia tão singular. Pode-se, ainda, dizer que a obra de Oberacker é responsável por uma das mais longevas representações da Imperatriz, uma vez que somente nos anos 2000 teremos a publicação de uma nova biografia de Leopoldina.

No próximo tópico, me debruço sobre as representações que Paulo Rezzuti construiu sobre a Imperatriz em sua obra. É preciso considerar que as obras de Oberacker e Rezzutti estão separadas por meio século. Neste sentido, cabe lembrar que as representações são, segundo Chartier (1990, p 20),

[...] mutáveis no tempo e no espaço, contribuindo para a configuração do mundo social. Tais categorias são produtos históricos produzidos por um conjunto de práticas discursivas, sociais e políticas que estão em constante conflito.

³⁵ “Na segunda metade de 1966, foi formada uma comissão para elaborar estudos visando à reformulação da política cultural do país. Foi sugerida a criação de um Conselho Federal de Cultura, nos moldes do Conselho Federal de Educação. Em 24 de novembro de 1966, através do Decreto-Lei nº 74, foi criado o Conselho Federal de Cultura, constituído, inicialmente, por 24 membros diretamente nomeados pelo Presidente da República” (CALABRE, 2008, p. 2).

Figura 5 – D. Leopoldina. A história não contada, de Paulo Rezzutti



Fonte: Lelivros (2021).

3.2 LEOPOLDINA POR PAULO REZZUTTI

A próxima obra sobre a qual irei me deter é *D. Leopoldina, a história não contada. A mulher que arquitetou a Independência do Brasil*, de Paulo Marcelo Rezzutti. Nascido em São Paulo, em 1972, Rezzutti cursou, primeiramente, a faculdade de Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Belas Artes, em 1997, tendo nessa época entrando em contato com a história dos primeiros Imperadores do Brasil. Foi como consultor técnico da arqueóloga Valdirene do Carmo Ambiel que participou da exumação dos corpos de D. Pedro I, D. Leopoldina e da D. Amélia, em 2012.³⁶ Em 2014 ganhou um dos prêmios mais importantes da literatura biografada, o Prêmio Jabuti³⁷, ficando em segundo lugar com a obra *Domitila, a Verdadeira história da Marquesa de Santos*. Já em 2016 obteve o terceiro lugar no mesmo prêmio, agora com a obra *D. Pedro, a História não contada*. É autor de diversos artigos a respeito da história do Primeiro Reinado e seus personagens, bem como a respeito da História de São Paulo.

Atua como colaborador da Revista Aventuras na História, da Revista de História da Biblioteca Nacional, da Revista Carta Fundamental, da Revista História Viva, e da Revista Veja, entre muitas outras. Em 2017 lançou a obra, aqui analisada, *D. Leopoldina, a história não contada. A mulher que arquitetou a Independência do Brasil*, com o qual foi indicado ao prêmio mencionado anteriormente. É membro titular do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, e Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Campo dos Goytacazes desde 2016. Atualmente, é pesquisador e Membro do Grupo de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) História e Memória das políticas educacionais no território fluminense.

Para Rezzutti (2017, p.15), a imagem que se tem da Imperatriz não condiz com a verdade, como constato na afirmação feita pelo autor:

Apagada, pouco atraente, traída são alguns dos adjetivos que me vem à mente ao me lembrar da imagem que eu fazia da Imperatriz Leopoldina há cerca de dez anos, [...] D. Leopoldina [...] teve sua história diminuída e

³⁶ A exumação dos corpos de D. Pedro I e suas duas esposas, a Imperatriz Leopoldina e D. Amélia, pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (USP) foi realizada em segredo entre os meses de fevereiro a setembro de 2012.

³⁷ O Prêmio Jabuti é referência no mundo dos prêmios literários do país, e o de maior destaque na América Latina. Realizado há seis décadas, busca inovar, compreender e estar sintonizado com os leitores (JABUTI, 2021).

elevada à categoria de santa, mártir de paciência por tudo o que sofreu no Brasil.

O autor chegou a essa conclusão após examinar mais cuidadosamente a documentação e as cartas trocadas pela Imperatriz ao longo de sua vida. Foi ao realizar pesquisa sobre Domitila, a arquirrival de Leopoldina, para o livro *Titília e o Demonão: cartas inéditas de D. Pedro I à Marquesa de Santos*, que ele se deparou com as cartas da Imperatriz, e inevitavelmente uma pergunta lhe veio à mente, “Como alguém poderia aguentar tanta humilhação e não se revoltar” (REZZUTTI, 2017, p. 15)? Mas o próprio autor se dá conta de que “Era um homem do séc. XXI vendo a questão com o olhar atual” (REZZUTTI, 2017, p. 15).

Em sua pesquisa, Rezzutti analisou o diário da juventude de Leopoldina, escrito quando ainda era princesa da Áustria, bem como os arquivos pessoais da Condessa Maria Ana Von Kuhnburg, acompanhante da princesa durante a travessia do Atlântico. Analisou também as cartas trocadas entre D. Pedro I e Domitila e alguns relatos do mercenário alemão Julius Mansfeldt. De acordo com o autor, sua verdadeira intenção ao escrever sobre Leopoldina era a de oferecer uma “nova visão de uma estrangeira que abraçou o Brasil como seu país, os brasileiros como seu povo e a Independência como a sua causa” (REZZUTTI, 2017, p. 17).

A obra é dividida em três partes, a primeira adentra no universo dos Habsburgo, passando pela infância e os conflitos armados. A segunda parte traz informações sobre a jovem Leopoldina, sua preparação para o matrimônio e a negociação em torno de seu casamento, passando pela cerimônia em Viena e sua viagem pelo Atlântico. Por fim, na terceira e última parte, o autor aborda a chegada e a recepção à Leopoldina, os anos iniciais de seu casamento, a maternidade, sua paixão pelo Novo Mundo, bem como sua adaptação nos trópicos. O autor enfoca também o processo de Independência do Brasil e a decisiva participação da princesa, o caso extraconjugal de D. Pedro I com a Marquesa de Santos, as gravidezes e a maternidade, suas amizades e, por fim, seu adoecimento e morte.

Para uma análise desta obra e para a discussão das representações que Rezzutti construiu e ajudou a difundir sobre a primeira Imperatriz do Brasil, eu considere **novamente as** representações físicas, intelectuais, de mulher e as representações de mãe. Em relação à primeira categoria, a das representações físicas, elas ficam evidenciadas nestes trechos da obra do autor:

Seus lábios cheios, uma das características dos Habsburgo, foram herdados por sua filha Leopoldina, assim como os olhos azuis e os cabelos louros (REZZUTTI, 2017, p. 49).

A arquiduquesa Leopoldina certamente não era bela: era pequenina, muito branca, cabelo louro desbotado; não possuía graça, nem curvas, e sempre detestou corpetes e cintas; parecia talhada numa peça só; tinha o lábio austríaco bem pronunciado, olhos azuis passavelmente bonitos, porém uma fisionomia séria e pouco amável; era uma princesa estudiosa (BARONESA DE MONTET apud REZZUTTI, 2017, p. 113).

Leopoldina não era de estatura baixa para a média da época. Como se provou, em sua exumação ela tinha entre 1,54 metro e 1,60 metro de altura. Mas independentemente da fidelidade ou não da descrição de Montet, a verdade é que Marialva não estava em busca da vencedora do concurso Miss Áustria 1816, e sim de sua nova soberana. Essa não era obrigada a ser bela: esperava-se que fosse boa parideira e pudesse ser digna e suficientemente instruída para ocupar o posto de rainha (REZZUTTI, 2017, p. 113).

Não se podia desconhecer que era da casa de Habsburgo. O cabelo louro, ondedado, o olho azul, cismador, a testa alta, sonhadora, o nariz orgulhoso, brandamente curvo, a tez ofuscante de brancura, à qual o clima da terra mal comunicara leve sombra que ainda a embelezava, o rubor suave, mas ético, pousado em suas faces, a encantadora simpatia que falava em todos os seus gestos e palavras, a grande bondade, que, de par com a brandura e a majestade, transluzia de cada um de seus movimentos e que envolvia como uma auréola de glória a sua peregrinação terrena - tudo realçava aquela figura encantadora, era o orgulho e o prazer de um grande império. Jamais mulher exerceu uma impressão sobre mim como esta nesta hora (CARL SEIDLER apud REZZUTTI, 2017, p. 251).

Rezzutti, como consta em sua breve biografia, não é historiador, e, sim, escritor, o que lhe permite uma escrita “mais comercial”, acrescida da licença poética dos romances históricos. Em sua obra, que tem o subtítulo *A História não Contada: A mulher que arquitetou a Independência*, Rezzutti busca atizar a curiosidade do leitor para o papel que D. Leopoldina teve na Independência do Brasil. Para o autor, a versão que ressalta o protagonismo de D. Pedro I teria excluído a atuação da verdadeira protagonista, D. Leopoldina. Vale ressaltar que em 2017, ano da publicação desta obra, comemorava-se o bicentenário da chegada da princesa ao Brasil (1817) e, por isso, muitas das publicações lançadas neste ano tiveram o interesse de destacar a atuação da personagem.

Nas representações sobre a aparência física da Imperatriz, Rezzutti recorre a múltiplos relatos, prevalecendo, assim como em Oberacker, descrições bastante positivas sobre a mesma, às quais é acrescentada sua capacidade intelectual.

Embora Rezzutti não se dedique à resinificação das representações físicas de Leopoldina, ele as usa para elaborar as suas próprias, não com a intenção de colocá-la como “Miss Áustria 1816”, (REZZUTTI, 2017, p. 113), mas dando a ela feições comuns ao padrão de nossa época. O autor, ao contrário de Oberacker, não eleva Leopoldina a uma categoria acima de Domitila, pelo contrário, ele as coloca em posição de igualdade. Para ele:

Todos os relatos de pessoas que diziam que ela era descuidada com a aparência descrevem momentos em que ela não estava numa função oficial [...] Pelos padrões de hoje, nenhuma das duas mulheres (Leopoldina e Domitila), pelos retratos que sobreviveram, ganhariam qualquer concurso de miss. Os padrões de beleza e até o que se considera atrativo sexualmente mudam a cada geração (REZZUTTI, 2017, p. 396).

Analiso, agora, a segunda categoria, as representações sobre suas capacidades intelectuais, que evidenciam seu caráter, sua educação e sua forma diplomática de lidar com situações, como evidenciado nos trechos:

Uma adolescente impetuosa, cheia de vida, que protegia o seu sobrinho predileto [...] Divertida, descrevia de maneira caricatural os grandes reis, príncipes e até o czar da Rússia (REZZUTTI, 2017, p. 22).

D. Leopoldina era uma estrategista, mais preparada e educada que d. Pedro. Teve a sua história diminuída e elevada à categoria de santa, mártir de paciência (REZZUTTI, 2017, p. 15).

Ciente da defeituosa educação de D. Pedro, de sua impetuosidade, de suas maneiras bruscas, D. João encontrou na nora um bálsamo. D. Leopoldina sabia se portar, era educada e tinha uma visão mais ampla de sua posição perante seus súditos (REZZUTTI, 2017, p. 222).

D. Leopoldina mostrou quanto podia ser obstinada. Apesar de sua educação obrigá-la a aceitar as ordens que partissem de D. João VI e de seu marido, ela não permitiu que seu destino fosse decidido sem que ela tivesse alguma coisa a dizer, ou fazer, a respeito. A princesa lutou com todas as forças e armas até o final. [...] E, no final, o saldo foi positivo: tanta obstinação levou-a a vencer a disputa (REZZUTTI, 2017, p. 241).

Gastava o dinheiro que não tinha em doações para pobres, órfãos e necessitados em geral, sendo suas obras filantrópicas o foco maior de seus problemas financeiros (REZZUTTI, 2017, p. 251).

Rezzutti, diferentemente de Oberacker, traz à tona um olhar diferenciado, ao acionar as representações intelectuais de Leopoldina. Anteriormente, destaquei como Oberacker a descreve como uma mulher solícita, caridosa, fiel, de caráter e obstinada, principalmente, na defesa da manutenção da monarquia. Para Rezzutti, no entanto, Leopoldina é dotada de uma grande inteligência, capaz de articular *personas* de acordo com as situações. Aproximando-se, por vezes, de Oberacker, Rezzutti destaca a inteligência e o preparo de Leopoldina, procurando destituí-la da roupagem de mártir, atribuída à ela pela submissão e amor incondicional a D. Pedro I.

Vale lembrar que Chartier (2010, p. 63), vinculado à Escola dos Annales³⁸, iniciada por Febvre e Bloch, afirma que “aquilo que é real, efetivamente não é (ou é apenas) a realidade visada pelo texto, mas a própria maneira como ele cria, na historicidade da sua produção e na intencionalidade da sua escrita”. Recorrendo aos pressupostos deste historiador, posso afirmar que a ênfase dada por Rezzutti visa o atendimento dos interesses de um determinado grupo, inserido em um determinado contexto. Ele reforça, ainda, a necessidade de relacionarmos o discurso com a posição de quem o articula. Como assim afirma a passagem:

São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro torna-se inteligível e o espaço ser decifrado. As representações do mundo social assim constituídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. Dai para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (CHARTIER, 1990, p. 17).

Mas qual o interesse do autor em apresentar uma outra imagem de Leopoldina? Para responder a este questionamento, é preciso considerar a data da publicação da obra. Como já referido, o ano de 2017 foi marcado por uma série de comemorações em torno da personagem, pois foi em 1817 que a, então Princesa, chegou ao Brasil.

Por ocasião dos 200 anos da chegada de d. Leopoldina ao Brasil, completados no dia 5 de novembro de 2017, foram realizados vários eventos comemorativos no país. Entre eles, o lançamento do livro D. Leopoldina - A História Não Contada, de Paulo Rezzutti; [...] O papel da Imperatriz brasileira tem sido reavaliado pela historiografia recente (BRASILIANA ICONOGRÁFICA, 2017, p. 1).

³⁸ Roger Chartier é formulador principal da denominada “História Cultural”, última fase do movimento dos Annales, surgida nas últimas décadas do século 20 (CARVALHAL, 2016, p 1).

Conforme a notícia acima divulgada, o lançamento da obra coincidiu com uma data comemorativa, sendo que o autor havia previamente planejado a sua divulgação neste momento. Paulo Rezzutti é também o autor do livro *Titília e o Demonão - a História Não Contada - a Vida Amorosa na Corte Imperial: Mensagens de D. Pedro I à Marquesa de Santos*, na qual revelou que durante a sua escrita estava já planejando o “resgate de Leopoldina”, que foi “santificada durante a construção de sua imagem póstuma” (REZZUTTI, 2017, p. 476).

Comparando novamente as abordagens dos dois autores, percebo que o comportamento descrito por Oberacker como obediência e passividade, é percebido por Rezzutti como estratégia. Outro ponto em que Rezzutti destoa de Oberacker é o tratamento não depreciativo dado à Domitila. Até porque, como Chartier explica, as representações nunca são neutras, elas exprimem o interesse de quem as escreve, e Rezzutti já havia biografado a Marquesa de Santos: “Resumindo, o que qualquer publicitário sabe hoje: a imagem ilibada de um político ou de um produto, se alguma diferença existe entre ambos, torna mais fácil vendê-los” (REZZUTTI, 2017, p. 444). Tal afirmação pode ser evidenciada na seguinte passagem:

D. Leopoldina, pelo contrário, política hábil, protegida pelo seu sexo e só conseguindo por meio dos homens que a cercavam ser representada, ao influenciá-los, manteve-se intocada. Sua maneira natural de se portar em público em relação à amante e à duquesa de Goiás aumentara ainda mais sua popularidade (REZZUTTI, 2017, p. 444).

Para as mulheres do século XIX, a educação ainda era restrita e muito bem planejada. Não eram todas que tinham acesso à educação, muito menos no nível que Leopoldina recebera. Uma princesa, aspirante à rainha, deveria ter uma boa base cultural, o que incluía uma boa educação para servir a qualquer reino, fluência em idiomas, boas maneiras, domínio da literatura. No caso d “Os Habsburgo, já sabiam há séculos esse fato e transformaram-no numa ciência, na qual a educação, a religiosidade, a filantropia e as cerimônias públicas ajudavam a alimentar o espetáculo da monarquia” (REZZUTTI, 2017, p. 444). Vale lembrar que, à época, “É preciso, pois, educar as meninas, e não exatamente instruí-las. Ou instruí-las apenas no que é necessário para torná-las agradáveis e úteis. [...] Formá-las para seus papéis futuros de mulher [...]” (PERROT, 2019, p. 93). Apesar de ser uma instrução orientada para o

exercício de uma função política, Leopoldina gostava de ler³⁹, pesquisar e estudar, sendo que, certa vez, “assombrada com a possibilidade de se ver solteira”, manifestou seu desejo de ser a “mineralogista da corte,” (REZZUTTI, 2017, p. 91).

Abordo, agora, a terceira categoria, as representações de mulher. Na obra de Rezzutti, Leopoldina é descrita como uma mulher apaixonada, que sofre com o triângulo amoroso no qual é obrigada a viver. As representações seguem uma ordem cronológica, que se iniciam com Leopoldina ainda Princesa e se finalizam com ela já como Imperatriz:

A paixão que passara a idealizar cegou-a (REZZUTTI, 2017, p. 129).

Ficar calada e silenciosa era tudo o que, como boa política, precisava para conseguir seus intentos. Conhecia bem o marido. Em vez de enfrentá-lo abertamente, D. Leopoldina “comia pelas beiradas”. Por meio de conselhos pontuais e influenciando outros a aconselharem D. Pedro, ela ia conseguindo suas conquistas (REZZUTTI, 2017, p. 220).

O marido decepcionava-a. Não era o homem idealizado por ela por meio de uma imagem, era de carne, ossos, idiossincrasias e fraquezas como qualquer humano, bem menos refinado do que os outros com quem se relacionara antes na Europa (REZZUTTI, 2017, p. 248).

A princesa, mesmo cheia de críticas aos modos e ao gênio do marido, sempre foi apaixonada por ele e ansiaria sempre pela sua presença junto a ela (REZZUTTI, 2017, p. 249).

Diferente da sogra, a princesa não teceu nenhum plano próprio de poder, ao contrário. Iria se bater numa ideia comum com D. Pedro e fazer disso um propósito superior. Além de cuidar da educação dos filhos e de ser uma esposa obediente, ela seria um elemento político de uma causa que abraçou (REZZUTTI, 2017, p. 259).

É a partir desta categoria que Rezzutti constrói o protagonismo de Leopoldina. Sua história no Brasil já começa como esposa, visto que seu casamento foi por procuração, em Viena. Se, por um lado, Oberacker atribui sutileza e submissão à Leopoldina, por outro, Rezzutti (2017, p. 290) destaca que muitas de suas ações se devem à sua personalidade, que nada tem de submissa, o que pode ser observado nesta passagem: “D. Leopoldina, irritada com a falta de notícias do marido e sem

³⁹ Foram os protestantes luteranos, na Época Moderna, que propuseram que homens e mulheres pudessem ler a Bíblia, o que foi se aperfeiçoando através dos séculos, apesar das grandes restrições à educação das mulheres. No caso do Brasil, pode-se dizer que, somente em 1971, as últimas barreiras impostas à educação de mulheres foram finalmente vencidas.

ordens suas a respeito de decisões tomadas por ela, escreveu bastante zangada ao príncipe”. Nela, percebo que o escritor procura resgatar de certa forma, a dignidade da biografada, ressaltando seus sentimentos de irritação e cobrança e apresentando-a de forma menos paciente e submissa.

O autor, no entanto, não consegue destacar muitas situações como esta última, atribuindo isto ao fato de que Leopoldina zelava pela boa imagem pública do casal, transparecendo felicidade e contentamento. Apenas “a irmã mais velha, Maria Luísa, (que) seria para sempre a grande confidente de Leopoldina” (REZZUTTI, 2017, p. 50), sabia de seus verdadeiros sentimentos. Para Rezzutti, o grande influenciador desse comportamento apaixonado de Leopoldina é o Romantismo do século XIX, para ele a forma como a biografada se relaciona com a paisagem e as pessoas demonstram as características desse período. Ela sabia que amor e paixão eram sentimentos que as princesas não poderiam esperar, se tratando de casamentos dinásticos, porém o sentimentalismo e o amor platônico que desenvolveu em relação a D. Pedro, são consequências dessa influência.

Essa escola viria a se contrapor ao Racionalismo e ao Iluminismo, favorecendo os sentimentos humanos, a emoção, o sentimentalismo, a supervalorização do amor, o nacionalismo, a busca pelo exótico e pelo selvagem, entre outros pontos [...] e assim Leopoldina se veria imersa no ideal romântico, em sua melancolia e em suas paixões idealizadas (REZZUTTI, 2017, p. 69).

Mais adiante, o autor faz referência à obra de Oberacker e ressalta que esta apresenta falhas: “Algumas das cartas do conjunto já haviam passado pelas mãos de Carlos H. Oberacker Jr., entretanto, pouco do material foi utilizado em seus escritos sobre a imperatriz” (REZZUTTI, 2017, p. 22). Para ele, faltou a Oberacker investigar mais a fundo o cotidiano da princesa, seu círculo social, seus amigos ou, parafraseando Le Goff, encarnar o “ogro historiador” que, ao devorar, não cessa até chegar nos ossos. Ele conclui, dizendo, que o historiador se deixou levar pelas aparências, pois em algumas missivas há mais informação do que “a superficialidade das palavras faz notar à primeira vista” (REZZUTTI, 2017, p. 22).

Não posso, no entanto, condenar Oberacker, pela alegada negligência, pois Rezzutti teve a seu favor o uso de tecnologias às quais o primeiro não teve acesso. É preciso, portanto, considerar a facilidade de encontrar documentos na internet, a rápida comunicação através de emails e telefone celular, sem contar na modernização

de muitos museus europeus que têm seus acervos digitalizados, o que torna a busca bem menos desgastante, possibilitando até que o pesquisador não precise se deslocar para pesquisar.

Paulo Rezzutti compartilha, de certa forma, da percepção de Oberacker sobre Leopoldina, porém sua abordagem é diferente. Se, por um lado, concorda que a Imperatriz foi fundamental para o processo de Independência, buscando orientar D. Pedro I quando necessário, usando de sua influência e cordialidade quando preciso e assumindo protagonismo quando o momento exigiu, por outro, Rezzutti não a apresenta como mártir ou símbolo de obediência, pelo contrário. Ele aponta para a capacidade estratégica - e intencional - de Leopoldina, que age como modelo a ser seguido. Sendo assim, identifico uma disputa de representações entre Rezzutti e Oberacker, e, também, distinções nas formas de representarem a Imperatriz.

Ao comparar as representações que os dois autores fazem da Imperatriz, destaco a narrativa romantizada que Rezzutti confere à biografia de Leopoldina, diferentemente do modelo adotado por Oberacker. Fica evidente o empenho do autor em justificar a passividade e a lealdade de Leopoldina. Mas Rezzutti não chega a tomá-la como modelo a ser seguido, não valoriza suas atitudes passivas, pelo contrário, ele as justifica, levando o leitor a compreender as razões de seu comportamento passivo frente aos acontecimentos.

Para entender essa lógica, recorro novamente a Chartier (1990, p. 19), que nos elucida sobre as lutas de representação, onde as “representações do mundo social - que, à revelia dos atores sociais, traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou gostariam que fosse”. Sendo assim, no campo onde ocorrem tais disputas, o interesse dos grupos ultrapassa o limite intelectual e adentra no econômico, que por sua vez dita as regras de como tais representações precisam ser/parecer. Se antes Oberacker representava um modelo de comportamento, e “vendia⁴⁰” a ideia de que este poderia ser ensinado, assim como foi com Leopoldina, Rezzutti agora “vende” uma outra imagem da Imperatriz que, de acordo com ele, foi lapidada pela educação e influências culturais.

Finalizando, constato que Rezzutti não nega que Leopoldina teve uma história de sofrimento e não procura justificar as atitudes de D. Pedro I, mas também não

⁴⁰ O termo *vende*, aqui empregado, faz referência à estratégia comercial de difusão de uma representação.

atribui à ela ingenuidade ou submissão. Para o autor, o auge do seu protagonismo fica evidenciado na decisiva participação que teve na Independência, como demonstra a seguinte passagem: “Com D. Pedro, [...] ela usaria a máscara da esposa obediente e apaixonada. Mas era aos vassallos, aos que lhe deviam obediência, sobretudo aos de origem germânica, como Schäffer e Flach, que D. Leopoldina mostrava a sua resoluta e destemida face” (REZZUTTI, 2017, p. 258). Sendo assim, a imagem de esposa submissa e imaculada é questionada, sendo que o autor procura apontar para o uso de várias faces, adaptadas às diferentes situações, por parte de Leopoldina:

A “última carta” sempre foi utilizada sem qualquer contestação, pois cabe até hoje como prova do martírio de d. Leopoldina, praticamente santificada durante a construção de sua imagem póstuma. Entretanto, diversos pontos da carta são questionáveis, e seria no mínimo leviano não apontá-los e aceitá-la sem qualquer questionamento, como um dogma (REZZUTTI, 2017, p. 472).

Rezzutti (2017, p. 470) afirma não estar convencido da imagem de mártir da Imperatriz, fazendo vários questionamentos à última carta a ela atribuída: “Em nenhuma outra carta conhecida, d. Leopoldina trata a irmã por “mana” [...]; por que somente a esses dois devedores d. Leopoldina queria saldar suas dívidas? E o restante da lista de pessoas para quem a imperatriz devia dinheiro?”; contudo, “essa cópia só foi divulgada cem anos após o falecimento de d. Leopoldina” (REZZUTTI, 2017, p. 471). Fica claro que o autor buscou respostas para responder estas perguntas, o que parece sugerir seu interesse em escrever uma nova biografia ou, então, uma forma de proteger aquele que foi o primeiro de seus biografados, D. Pedro I. Para o autor: “A carta é tratada como um verdadeiro dogma pela maioria dos historiadores brasileiros, temerosos em dessacralizar fontes históricas, ainda mais quando estas se encaixam perfeitamente dentro de suas teses (REZZUTTI, 2017, p. 470), e conclui dizendo (quase parafraseando Oberacker quando este solicita um olhar com mais objetividade para o que escreveu Alberto Rangel), que se faz necessária uma “análise desapaixonada” para responder os novos questionamentos.

Mais adiante, retornarei à essa passagem mencionada acima. Em relação à quarta e última categoria, as representações de mãe, destaco aquelas que dizem respeito à maternidade, como os trechos abaixo:

É interessante notar o espírito de clã de Leopoldina, que acabava por mostrar predileção pelos soberanos, senão completamente simpáticos, ao menos respeitosos em relação ao sobrinho, a Napoleão e à irmã (REZZUTTI, 2017, p. 78).

A Imperatriz, apesar de se queixar constantemente de que não conseguia lutar contra a tacanhez da corte e que sentia não ter nem “forças nem instrução para cumprir” o papel de dirigir a educação das filhas, conseguiu vitórias e muitas. Quando Maria Graham assumiu a tutoria de d. Maria da Glória (REZZUTTI, 2017, p. 406).

O reconhecimento público da filha bastarda de D. Pedro atingiu moral e psicologicamente D. Leopoldina. O caso do reconhecimento escancarou a infidelidade do imperador, e o fato passou a ser comentado abertamente tanto dentro do Brasil como na Europa e no restante da América. D. Leopoldina ainda procurava se armar de uma olímpica paciência (REZZUTTI, 2017, p. 434).

Tanto D. Pedro quanto D. Leopoldina revezavam-se em embalar a menina nos braços quando estavam em casa. Até mesmo a cavalo d. Pedro levava a filha para passear. D. Leopoldina desdobrava-se em desvelos pela primeira filha (REZZUTTI, 2017, p. 230).

Assim como Oberacker, Rezzutti não se detém muito nestas representações. Segundo o autor, a biografada já demonstrava, desde a época de Princesa da Áustria, o lado amável e carinhoso, principalmente com os que compartilhava laços de sangue. Nas últimas páginas da sua obra, o autor traz um breve resumo feito pela historiadora Viviane Tessitore, colaboradora de seu livro, intitulado *A primeira Imperatriz do Novo Mundo*, no qual afirma que a imagem maternal atribuída a Imperatriz ainda carece de estudo, principalmente pela origem e interesse atribuídos à esta representação. Tal afirmação pode ser verificada no seguinte trecho:

Ainda não foi possível precisar o momento em que essa ligação se estabeleceu e se estreitou. Mas, em 1822, a imagem de D. Leopoldina já havia passado de princesa austríaca, que despertara a curiosidade da população, para a de “Mãe dos Brasileiros” (TESSITORE apud REZZUTTI, 2017, p. 524).

Mais adiante, Tessitore cita o já analisado Oberacker: “Carlos H. Oberacker Jr., nas últimas páginas de sua alentada obra, conclui: ‘D. Leopoldina, sem dúvida, perdera o coração do marido infiel, conquistara, todavia, em compensação, o coração de um povo inteiro’” (OBERACKER apud REZZUTTI, 2017, p. 532).

Fica claro, aqui, que o intuito do autor não está no reforço ao estereótipo maternal, e, sim, na representação que a ela foi atribuída: a de mãe dos brasileiros. Ao analisar as representações escolhidas, constato que há uma descrição “comum” a toda mulher que acabara de se tornar mãe, entre as quais, destaco: “revezavam-se em embalar a menina nos braços [...] desdobrava-se em desvelos pela primeira filha” (REZZUTTI, 2017, p. 230); “O reconhecimento público da filha bastarda [...] atingiu moral e psiquicamente” (REZZUTTI, 2017, p. 434) e “o papel de dirigir a educação das filhas” (REZZUTTI, 2017, p. 406) são representações afetas ao cotidiano, o que à primeira vista nos desperta estranheza pelo conhecimento prévio por parte do autor da representação *Mãe*. Faz-se necessário lembrar que uma das características atribuídas por Roger Chartier (1990, p. 17) às representações é a de que são mutáveis no tempo e mudam conforme o interesse dos grupos: “variáveis consoantes as classes sociais ou os meios intelectuais, são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas”. Sendo assim, interessa ao autor questionar a representação de mãe que é feita de Leopoldina e que a vincula à sua atuação como articuladora política. Para sustentar este argumento, transcrevo a seguinte passagem:

É desse período a concepção do grandioso salão nobre do Museu Paulista [...] onde encontra-se o retrato de d. Leopoldina, [...] significativamente não na condição de imperatriz, mas de mãe - cercada de seus cinco filhos vivos em 1826 -, rememorando-a não apenas “como vetor de tranquilidade e continuidade”, segundo análise de Ulpiano Bezerra de Menezes, mas materializando a imagem, construída já durante sua vida, de “Mãe da Nação”, a que vela pelo país recém-nascido (TESSITORE apud REZZUTTI, 2017, p. 532).

Vale lembrar que, por ocasião da comemoração do centenário da Independência, o país carecia de uma figura conciliadora, isto porque o clima político no Brasil não era de festa, e o episódio conhecido como 18 do Forte⁴¹ demonstraria o clima de tensão política que pairava no ar. Em meio a tudo isso, o governo, que recebia forte pressão para comemorar a data, se empenhou em demonstrar a união nacional. Uma série de medidas foram tomadas, entre elas a revogação do banimento da Família Imperial, e, com isso, a Imperatriz Leopoldina voltou ao centro das

⁴¹ “A prisão do presidente do Clube Militar, marechal Hermes da Fonseca, fez eclodir um levante militar no Rio de Janeiro. A revolta foi logo debelada, mas um grupo de jovens oficiais do Exército resolveu enfrentar, em plena praia de Copacabana, as forças legais. Foram fuzilados. Sobreviveram apenas dois: Eduardo Gomes e Siqueira Campos. O episódio ganhou as páginas dos jornais e tornou-se conhecido como os 18 do Forte. O governo reagiu decretando o estado de sítio, que seria mantido até o final do ano de 1922” (FGV/CPDOC, 2021).

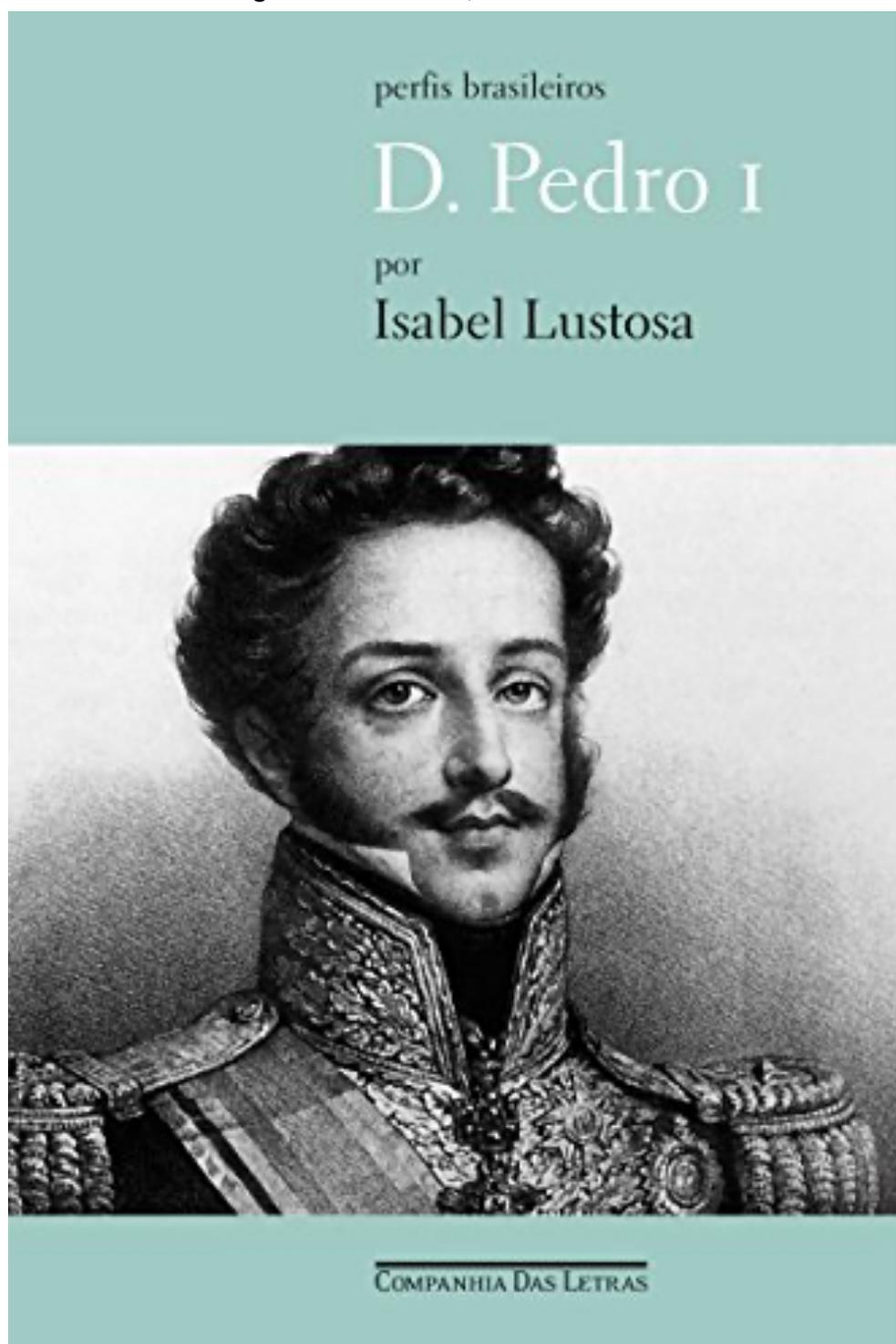
discussões. Rezzutti mostra que a imagem de Mãe construída para Leopoldina ainda durante o Império não se enquadrava nos estereótipos da maternidade, devendo ser tomado como um símbolo da Independência. A historiadora Sandra Pesavento elucida a função dos símbolos, que seriam uma tradução da realidade, que busca, através do seu uso, legitimar ações e decisões. Assim, a imagem de Leopoldina como mãe, juntamente com seus filhos, tem, por isso, uma intenção bastante evidente. Para a autora:

As imagens estabelecem uma mediação entre o mundo do espectador e do produtor, tendo como referente a realidade, tal como, no caso do discurso, o texto é mediador entre o mundo da leitura e o da escrita. Afinal, palavras e imagens são formas de representação do mundo que constituem o imaginário (PESAVENTO, 2003, p. 86).

Como mencionei anteriormente, as representações de Leopoldina presentes nas obras dos dois autores que analiso decorreram de uma série de motivações – individuais ou institucionais – que podem ser melhor compreendidas se consideramos o contexto histórico do período em que foram escritas. Se, por um lado, Oberacker viveu a conjuntura da Ditadura Militar, que almejava um modelo de comportamento moral e o envolvimento com a nação, o que se expressa em sua obra sobre a Imperatriz, por outro, Rezzutti “redescobre” Leopoldina, atribuindo a ela um papel de protagonista, em um momento histórico onde somente a participação masculina contava, estando, portanto, em sintonia com o contexto de produção de sua obra, no qual os estudos de gênero passaram a ser realizados e valorizados.

Na continuidade, adentro na análise de obras que foram escritas por historiadoras. A primeira a ser analisada, considerando o seu ano de publicação, é a obra escrita por Isabel Lustosa.

Figura 6 – D. Pedro I, de Isabel Lustosa



Fonte: Lustosa (2006).

4 DADOS JOGADOS AO AZAR

Neste capítulo, me detenho nas obras escritas por Isabel Lustosa e Mary Del Priore, com a finalidade de identificar e discutir as representações que as duas historiadoras construíram e difundiram sobre D. Leopoldina. Após estes dois capítulos e suas subseções, são apresentadas as Considerações finais do trabalho.

4.1 LEOPOLDINA POR ISABEL LUSTOSA

Isabel Idelzuite Lustosa da Costa, conhecida como Isabel Lustosa, se formou em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1981. Logo após, em 1991, iniciou o mestrado e, em 1997, o doutorado em Ciências Políticas, pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (atual IESP/UERJ), sob a orientação de José Murilo de Carvalho (CNPq, 2021). Como sócia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, integrou, por mais de trinta anos, o Centro de Pesquisas da Fundação Casa de Rui Barbosa (CNPq, 2021). Também trabalhou como pesquisadora do Museu da República e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Brasileiro, o IPHAN (CNPq, 2021). Seus trabalhos podem ser enquadrados no campo da história política e cultural brasileira, com foco na imprensa.

Sua dissertação de mestrado, defendida em 1991, é um estudo precursor sobre o humor no Brasil do começo do século XX e abriu caminho para as investigações de outros autores que se lhe seguiram, tendo estabelecido interessante contraste entre o humor da boêmia literária e a apropriação estética do humor pelo Modernismo (CNPq, 2021). Do início de sua vida acadêmica até hoje acumulou vasta produção de estudos sobre a caricatura brasileira nos séculos XIX e XX.

Entre suas atuações, destaco a participação como professora visitante na Cátedra Simon Bolívar (IHEAL) da Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3, na França entre os anos de 2010 a 2011 (CNPq 2021). Foi titular da Cátedra Sérgio Buarque de Holanda/Maison des Sciences de l'Homme/Paris durante o período de 2012-2015, atuando como professora visitante da Universidade de Rennes-2. Durante o ano de 2020, também esteve em Lisboa, realizando pesquisas no CHAM, da Universidade Nova, com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) na categoria de professor visitante sênior (CNPq, 2021). Atualmente, Lustosa se dedica a múltiplos projetos de pesquisa e coordena o centro de pesquisas

da Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro. Entre suas muitas publicações, podemos destacar a obra *A história do Brasil explicada aos meus filhos*, de 2007; *A história dos escravos*, de 1998, a obra *Imprensa, história e literatura*, no ano de 2008. Já a obra que iremos analisar, *D. Pedro I: um herói sem nenhum caráter*, foi publicada em 2006.

Primeiramente, considero relevante explicar porque uma biografia de D. Pedro I está entre as analisadas. A autora, ao se dedicar à vida do primeiro Imperador brasileiro acaba retratando, mesmo que de forma coadjuvante, a nossa personagem, a Imperatriz Leopoldina. Por serem um casal, Leopoldina aparece tanto quanto o biografado, sendo que, para a autora, Leopoldina desempenhou um papel relevante na vida política do Primeiro Reinado e na Independência.

É quase um impulso natural tentar saber se alguém é mocinho ou bandido, se é bom ou ruim, tentar dividir o mundo dessa maneira é fácil e nos garante um roteiro claro para sabermos se estamos indo na direção certa, na direção do bem. A natureza humana é maniqueísta e classificatória. [...] Para tentar provar que um herói foi de fato herói, ou que um santo foi de fato santo, muitas vezes seus biógrafos tendem a reduzir ou escamotear informações que contrariem essa tese (LUSTOSA, 2006, p. 10).

A obra é dividida em 9 partes, observando a cronologia, sendo que a primeira, intitulada *A Maldição da Casa Bragança*, conta sobre o núcleo familiar de D. Pedro, sua avó D. Maria I, sua mãe, Carlota Joaquina, e D. João, seu pai, passando pelo seu nascimento e a vinda para o Brasil. Na segunda parte da obra, intitulada *A Paisagem e o Homem*, a autora aborda o contexto do Brasil no qual D. Pedro passou a viver, juntamente com as melhorias e transformações do Rio de Janeiro com a vinda da Corte. A terceira parte, que será a mais usada nessa monografia, é intitulada *Pedro e Leopoldina*, é uma das maiores de toda a obra. Nela, a autora retrata o casamento, a doença do Príncipe, sua educação, as características da personalidade de Leopoldina e os primeiros obstáculos dentro do casamento. Na quarta parte, a autora foca na participação política do príncipe, sua relação com o pai, sua postura de liderança, a participação de Leopoldina na Independência, a escravidão no Brasil e a morte do primeiro filho. Essa parte, intitulada *De Espectador a Ator: a descoberta da política*, também será bastante analisada. A quinta parte adentra no fato mais importante do Brasil, e tem como título *Os Movimentos da Independência*, destacando tanto os principais personagens, quanto os acontecimentos desse período. José Bonifácio, Gonçalves Ledo e a imprensa brasileira estão entre os destaques desta parte.

Outra parte da obra que será bastante analisada é a sexta, *Entre Brasileiros e Portugueses – liberais e abolicionistas*, na qual Lustosa introduz Domitila de Castro e a relação amorosa com D. Pedro I que viria a marcar boa parte do Primeiro Reinado. A sétima parte traz o Brasil como personagem principal, seu reconhecimento como país independente, a ascensão de Domitila e a morte de Leopoldina, juntamente com a reação da população e o desgaste da imagem de D. Pedro após os acontecimentos. A sétima parte, intitulada *O Brasil e o Mundo*, se concentra nos preparativos da partida de D. Pedro I para Portugal, assim como as revoltas que sacudiram o Império. A parte que a autora nomeia de *Imperador do Brasil* fecha o ciclo cronológico da vida de D. Pedro, chamado de *D. Quixote*, em uma alusão ao cavaleiro louco da literatura que luta em favor do bem. Nele, Lustosa refere sua participação na Guerra Miguelista, sua passagem por Paris, seu reconhecimento pelo povo luso e a morte de D. Pedro IV de Portugal. A autora define D. Pedro I da seguinte forma:

Tinha defeitos tão tremendos que quase as obscureciam (as qualidades). Péssimo e cruel marido para a primeira imperatriz; arrogante e despótico após a dissolução da Constituinte e ao longo de todo o Primeiro Reinado; implacável na punição a Caneca e Ratcliff; imoral e corrompido, ostentando a amante sabidamente corrupta diante de todo o Brasil e do mundo, para humilhação de sua esposa e escândalo da sociedade brasileira; mesquinho até a avareza no que dizia respeito a dinheiro e bens pessoais; talvez mesmo desonesto; injusto, desconfiado e traiçoeiro com os seus melhores auxiliares (LUSTOSA, 2006, p. 20).

Este trecho da obra, que faz parte da introdução da biografia que Lustosa escreveu sobre D. Pedro I, exemplifica bem porque optei por esta obra. A forma como a autora retrata o relacionamento de seu biografado com Leopoldina demonstra claramente sua opinião sobre a Imperatriz. Para melhor compreender as representações presentes nesta obra, foram usadas as mesmas categorias de análise, isto é, as representações físicas, as representações intelectuais, as representações de mulher e as representações de mãe. É importante lembrar que esta autora escreve sobre Leopoldina a partir de D. Pedro, seu personagem central, e, por isso, as representações estão indissociadas dele. Em relação à primeira categoria, a das representações físicas, elas ficam evidenciadas nestes trechos da obra da autora:

Os defeitos mais ressaltados nas descrições da imperatriz são o lábio inferior grosso e o pescoço largo, que, segundo o reverendo Walsh, lhe conferia a aparência dos portadores de bócio (LUSTOSA, 2006, p. 80).

Leopoldina registra as repreensões que sofria de Metternich e de sua aia por conta de seu enorme apetite por doces e os danos que estes causavam à sua silhueta. Também ali conta o quanto sofria ao ser obrigada a usar espartilho. Aliás, ficou muito feliz a bordo da nau que a trouxe para o Rio de Janeiro quando o médico recomendou que tratasse de engordar, pois o padrão de beleza brasileiro era o das mulheres volumosas (LUSTOSA, 2006, p. 80).

Mas foram as qualidades da alma e do espírito que a fizeram admirada pelas pessoas sensíveis de seu tempo. Segundo Armitage, Leopoldina não era bela, mas era bondosa de coração, dotada das mais amáveis qualidades e de maneiras muito afáveis, o que fazia que a amassem todos os que a cercavam. Essas qualidades tão decantadas pelos contemporâneos eram características de sua personalidade e foram aprimoradas em sua formação (LUSTOSA, 2006, p. 81).

Leopoldina rapidamente se adaptara aos hábitos esportivos de d. Pedro. Os dois eram sempre vistos passeando a cavalo nos arredores do Rio de Janeiro (LUSTOSA, 2006, p. 85).

É possível notar nos trechos destacados, que a autora não a define como feia, havendo um cuidado em valorizar suas qualidades e em reforçar o empenho da Imperatriz em seguir um padrão de beleza da época. Vale lembrar que em 1817, ano em que Leopoldina se casou com D. Pedro, a vestimenta era uma forma de representação e a moda seguia a tendência romântica, ditada pela França.⁴² Leopoldina, que integrava a casa da Áustria, seguia os padrões da sua corte, embora manifestasse certa contrariedade na obrigatoriedade do uso do espartilho e no abandono de seu gosto por doces.

Chartier (1990) define representação como sendo algo que presentifica algo que não está presente, ou que não tem condições de estar, assim, outra coisa o representa. Nesse sentido, as menções à certa rebeldia em relação a regras e à capacidade de adaptação aos trópicos por parte de Leopoldina parecem caracterizá-la mesmo que não aberta e diretamente. Neste sentido, a tentativa de fugir da obrigação de usar o espartilho parece dizer muito sobre os anseios que a futura Imperatriz tinha por liberdade e por autonomia em relação aos padrões de beleza.

⁴² A partir de 1815, os decotes ficaram mais profundos e a cintura, que antes ficava embaixo dos seios, voltou ao lugar normal, o que exigia das mulheres o uso de espartilhos ainda mais terríveis.

Percebo também a preocupação da autora em contextualizar as representações que foram sendo construídas sobre Leopoldina, recorrendo a expressões como “segundo o”, “era o” e “de seu tempo”, lembrando ao leitor que elas se inscrevem no período em que foram forjadas e demonstrando que indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade.

Quanto à segunda categoria, as representações intelectuais, destaco os trechos nos quais Lustosa apresenta ao leitor a futura esposa de D. Pedro, destacando seus vastos conhecimentos:

Assim isolada, completa Debret, a arquiduquesa, de gênio sossegado, sensível e generoso, custou, sem dúvida, a adaptar-se às maneiras violentas e quase selvagens de seu jovem esposo (LUSTOSA, 2006, p. 93).

D. Carolina (nos primeiros tempos no Brasil alguns chamavam d. Leopoldina pelo terceiro prenome) tem agradado ao extremo a todos; mui discreta, desembaraçada e comunicável; fala, além de sua língua pátria, o francês, o inglês, o italiano; tem alguns conhecimentos de belas letras, e não menos de botânica, além daquelas prendas que são próprias de uma senhora, em que dizem ser iminente (LUSTOSA, 2006, p. 82).

A educação de Leopoldina fora rigorosa e acompanhada de perto por Metternich [...] Logo que seu casamento com d. Pedro foi acertado, ela se dedicou com afinco ao estudo da língua portuguesa, da literatura e da história de Portugal e do Brasil (LUSTOSA, 2006, p. 80).

Uma exímia articulista quanto ao tino da política adotada e, sobretudo, quanto aos encargos assumidos na tarefa de convencer a corte de Viena do acerto das novas resoluções da Casa de Bragança, em prol da preservação do sistema monárquico instalado no Brasil (MARIA DE LOURDES VIANA LYRA apud LUSTOSA, 2006, p. 122).

O título dado ao capítulo no qual a autora apresenta Leopoldina ao leitor evidencia a valorização de suas origem nobre, suas relações e formação refinada: *Cunhada de Napoleão, educada por Metternich, amiga de Shubert e Goethe*. O título, por si só, já poderia ser usado como análise para compreender que “em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, *pensada, dada a ler*” (CHARTIER, 1990, p. 17). Apesar do destaque dado ao intelecto de Leopoldina, ela é apresentada a partir das influências que recebeu de outros homens, acentuando-se ainda mais sua singularidade como princesa. Sua educação, sua habilidade na diplomacia, sua capacidade de antever os acontecimentos não são inatos, sendo

produto de uma educação, e, sobretudo, do aporte e da presença masculina na vida da Imperatriz.

A obra, cabe ressaltar, faz parte de uma coleção intitulada *Perfis Brasileiros*. Que contam com a publicação de onze exemplares. Em 2006, foram lançadas as biografias de Castro Alves, Getúlio Vargas, Nassau, D. Pedro I e Marechal Rondon, que foram escritas por historiadores consagrados na Academia Brasileira. No ano seguinte, 2007, Joaquim Nabuco e D. Pedro II, engrossaram o grupo, seguidos por General Osório e Leila Diniz, a única mulher dentre os biografados em 2008. As próximas biografias, as de Cláudio Manoel da Costa e António Vieira, foram lançadas em 2011. A coleção foi um projeto da editora Companhia das Letras, sob a coordenação de Elio Gaspari e Lilia Schwarcz. Muitos dos autores dessas biografias e até os coordenadores são historiadores e historiadoras consagrados(as), com destaque para nomes como os de Boris Fausto, José Murilo de Carvalho, Laura de Mello e Souza e Isabel Lustosa. Este projeto representaria um marco nas publicações biográficas brasileiras, pois até meados dos anos 60, elas vinham sendo escritas, quase que exclusivamente, por jornalistas e sociólogos, e em grande parte publicadas fora do Brasil. Os anos 90 “representariam uma onda de ascensão dos estudos biográficos no país, cujo foco estaria voltado tanto para o público especializado quanto o geral, além de serem escritos por especialistas na área” (ROIZ, 2011, p. 14).

Por se tratarem de obras que atendem a um projeto editorial, constatam-se algumas particularidades. Elas possuem textos curtos, dispensando o uso de notas de rodapé, respeitam a cronologia dos acontecimentos e o contexto histórico envolvido, trazem um caderno de imagens do biografado e do seu círculo social e as referências bibliográficas. Roiz (2011, p. 16) menciona que

Por terem sido escritos por profissionais, cuja faixa etária estava entre os 40 e 75 anos de idade, e que possuem ampla experiência em pesquisa (na maioria dos casos, na área de História e Ciências Sociais), os textos têm o cuidado de visualizar o biografado em seu contexto; preocupando-se também em averiguar suas ações, de que maneira foi construído seu retrato para a posteridade, como foi interpretado pela historiografia e quais documentos guardaram seu registro.

Os biografados, assim como os autores, são, em sua maioria, homens. A coleção, por sua vez, se preocupou em apresentar uma escrita mais objetiva e direcionada ao grande público, o que parece explicar muitas das opções feitas pela

autora da obra que analiso. Isto, no entanto, não a impediu de estabelecer diálogo com obras já escritas sobre Leopoldina, fica evidente nesta passagem: “Carlos Oberacker, biógrafo da imperatriz [...] reconhece que os pendores intelectuais de D. Leopoldina nunca foram obstáculo para as inicialmente boas relações do casal” (LUSTOSA, 2006, p. 53).

A consulta a esta obra pode ser observada nas representações de mulher presentes no texto de Lustosa, na medida em que a autora faz recorrentes referências à obra de Oberacker. Na sequência, destaco as passagens que apontam para as representações de mulher na obra:

Leopoldina já chegara ao Rio de Janeiro perdidamente apaixonada pelo marido. O primeiro encontro que tiveram contribuiu ainda mais para aumentar essa paixão (LUSTOSA, 2006, p. 51).

Leopoldina tinha verdadeira admiração pelo talento musical de d. Pedro, que costumava elogiar nas cartas para a família (LUSTOSA, 2006, p. 53).

Desde o começo de seu matrimônio, d. Leopoldina fora convencida pelo marido a abrir mão dos recursos que lhe cabiam por direito para auxiliar as despesas da casa. [...]. Uma das causas de maior sofrimento para ela foi a gestão de suas despesas por Plácido. Tendo um marido tão avarento e brutal, não foram poucas as vezes que sofreu humilhações por conta das intrigas do tesoureiro (LUSTOSA, 2006, p. 118).

A atitude da imperatriz diante da relação de d. Pedro com Domitila foi, até o final de 1825, de desconhecimento ou diplomática indiferença (LUSTOSA, 2006, p. 128).

A popularidade da imperatriz era inversamente proporcional à da marquesa. Pesavam contra Domitila a fama de corrupta e o preconceito natural da sociedade da corte contra a mulher de vida irregular. Ao mesmo tempo, era do conhecimento do público a situação de pobreza, isolamento e abandono em que vivia d. Leopoldina (LUSTOSA, 2006, p. 142).

A imperatriz morreu às dez e quinze da manhã do dia 11 de dezembro de 1826. Nove anos depois de se deslumbrarem pela primeira vez com a paisagem brasileira, os belos olhos azuis da arquiduquesa da Áustria Leopoldina Carolina se fecharam para sempre (LUSTOSA, 2006, p. 144).

A consulta feita pela autora à obra de Oberacker pode ser melhor observada nesta passagem em que ela afirma: “O engraçado, completa o embaixador, foi que a calma e a frieza da imperatriz encolerizaram o imperador, e ele a censurou por não se agastar com o fato tanto quanto ele” (LUSTOSA, 2006, p. 130), que pode ser

encontrada na obra de Oberacker, onde se lê-se: “O mais engraçado é que o sangue frio da Imperatriz enraiveceu o imperador e ele censurou-a por não se aborrecer com ele” (OBERACKER, 1973, p. 403). Ambos parecem concordar com a descrição que, posteriormente, seria feita por Lustosa, para quem D. Pedro foi “Um herói sem nenhum caracter”.

Outra característica da obra que me chamou a atenção foi seu estilo narrativo. Isabel Lustosa publica a obra em 2006, porém as palavras que a autora usa se assemelham às de Carlos Oberacker, empregadas em 1976. Para deixar esta constatação mais evidente para o leitor, destaco alguns exemplos: em “a ostentar acintosamente a amante” (LUSTOSA, 2006, p. 128), também “Em uma pitoresca e simplória carta de d. Pedro para a amante” (LUSTOSA, 2006, p. 128) e ainda em “parece que os bofetões e a declaração assinada não lhe afetaram os brios” (LUSTOSA, 2006, p. 114), palavras e expressões que sugestivamente remetem às representações criadas em 1976. Chartier (1990, p. 19) elucida as razões para a reprodução de certas representações:

Tome por objeto a compreensão das formas e dos motivos - ou, por outras palavras, de representações do mundo social - que, à revelia dos atores sociais, traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou gostariam que fosse.

Vale, ainda, lembrar que a autora recorreu a “autoridades” (CERTEAU, 2003), no caso, a Oberacker, para descrever os personagens e para ressaltar a violência moral que Leopoldina suportava. Com isso chego à quarta categoria, representações de mãe, isto é, aquelas que apontam para o envolvimento de Leopoldina com a maternidade. Abaixo, destaco algumas passagens que localizei na obra:

Contra essa disposição rebelou-se d. Leopoldina. Pela primeira vez ela se contrapunha à vontade do rei, declarando achar-se pronta para acompanhar o príncipe, apesar da gravidez, e que nenhum poder do mundo a impediria de embarcar em qualquer calhambeque disponível, para ir encontrá-lo ou voltar à pátria (LUSTOSA, 2006, p. 61).

Mesmo no que dizia respeito à educação das filhas, d. Leopoldina não tinha nenhuma autonomia (LUSTOSA, 2006, p. 120).

Mesmo assim Maria da Glória levou uma palmada, e sua irmã Paula Mariana, vendo a irmã ser punida por causa da outra criança, deu um empurrão na

pequena duquesa. O pai também bateu em Paula. Diante disso, d. Leopoldina finalmente se rebelou (LUSTOSA, 2006, p. 138).

D. Leopoldina estava grávida de três meses, e depois daquela cena violenta com d. Pedro ela adoeceu (LUSTOSA, 2006, p. 142).

As representações de mãe na obra de Lustosa são encontradas com muita dificuldade e passam quase despercebidas em uma leitura superficial, o que pode ser explicado pelo fato de a biografia ser do Imperador D. Pedro. Mas também à paternidade, à relação com os filhos, a autora pouco se dedica, sendo que as menções a isto se reduzem a duas páginas, quase três, no final da biografia. Com um subtítulo intitulado *Despedidas*, Lustosa aborda a relação do biografado com os filhos legítimos ou não. Na esperança de encontrar alguma menção à mãe Leopoldina, realizei uma leitura cuidadosa, porém não obtive sucesso. O mesmo cuidado tive ao analisar as passagens que tratam da segunda esposa de D. Pedro, D. Amélia, não localizei, no entanto, qualquer menção a filhos na vida do casal.

Assim como Carlos Oberacker, Lustosa atribui à Leopoldina uma condição materna muito presente, apresentando-a como uma mãe leoa, que, em nome dos filhos, respeitava protocolos e normas de conduta. Considerando que o biografado era D. Pedro, e que as representações, de modo algum, se apresentam de forma neutra, sendo forjadas por meio de interesses individuais ou grupais, pode-se melhor compreender porque esta representação de Leopoldina reforçou certos estereótipos vigentes no século XIX. E, ainda, porque a autora optou por ressaltar a conduta de D. Pedro como vilão, na medida em que deixa claro que entende que “A natureza humana é maniqueísta e classificatória” (LUSTOSA, 2006, p. 10).

A obra de Lustosa me despertou, por isso, o interesse de analisar o sexismo⁴³ que nela se faz presente, entendendo o termo como uma discriminação baseada no sexo de cada pessoa, reforçada mediante uma educação que divide os gêneros, e que reproduz estereótipos dito, aceitáveis, na sociedade. A forma como a autora retrata Leopoldina e, paralelamente, Domitila de Castro, corrobora para tal compreensão, visto que:

⁴³ “O sexíssimo seria a discriminação baseada no sexo de cada pessoa, correspondendo a uma separação exclusiva (dualista) entre os gêneros masculino e feminino, o estabelecimento de relações de poder desiguais e à associação de significados pejorativos em relação a um dos gêneros” (NASCIMENTO, 2016, p. 01).

O sexismo ambivalente é compreendido como um conjunto de estereótipos sobre a avaliação cognitiva, afetiva e altitudinal acerca do papel apropriado na sociedade dirigida aos indivíduos de acordo com o sexo. As formas de sexismo são ambivalentes, não somente porque são indiretas, mas também, por acarretar emoções negativas e positivas, as quais de dupla valência afetivas, principalmente, quando se considera sua prática e expressão discriminatória tradicional, as quais se apresentam como sexismo hostil e sexismo benévolo (FORMIGA, 2011, p.193).

Chego a esse entendimento pelo fato de a autora deixar evidente, de certa forma, sua preferência por Leopoldina, como se pode observar em algumas passagens no capítulo intitulado *A Canalha* (LUSTOSA, 2006, p. 119), no qual relata a vida infeliz que Leopoldina suportava. O mesmo pode ser observado em *O bom negócio do amor*, no qual encontramos frases como: “Durante os sete anos em que durou sua ligação com d. Pedro, Domitila de Castro acumulou considerável fortuna” (LUSTOSA, 2006, p.120), também em “Teria o reverendo também em outros tempos frequentado o leito de Domitila?” (LUSTOSA, 2006, p. 122), além de “Essa estranha mistura de sentimentos envolvendo a mulher e a amante também será uma marca de d. Pedro” (LUSTOSA, 2006, p. 128) e “Pesavam contra Domitila a fama de corrupta” (LUSTOSA, 2006, p. 142). Nestas passagens, é possível notar o apelo às sensibilidades do leitor, na medida em que elas devem ser compreendidas como:

Uma forma de apreensão e de conhecimento do mundo para além do conhecimento científico, que não brota do racional ou das construções mentais mais elaboradas. [...] Como forma de ser e estar no mundo, a sensibilidade traduz-se em sensações e emoções (PESAVENTO, 2006, p. 5).

Lustosa, como depreende-se destas passagens, reforça uma visão negativa do caráter de Domitila, como na passagem em que alude ao envolvimento desta com o reverendo ou naquela em que nomeia o relacionamento de D. Pedro como uma ligação, termo que sugere superficialidade ou interesse. No meu entendimento, palavras como “a outra” ou “a preferida” poderiam ter sido utilizadas de forma a neutralizar sua subjetividade, assim como um envolvimento de sete anos não me parece que possa ser rotulado como uma aventura ou uma simples ligação.

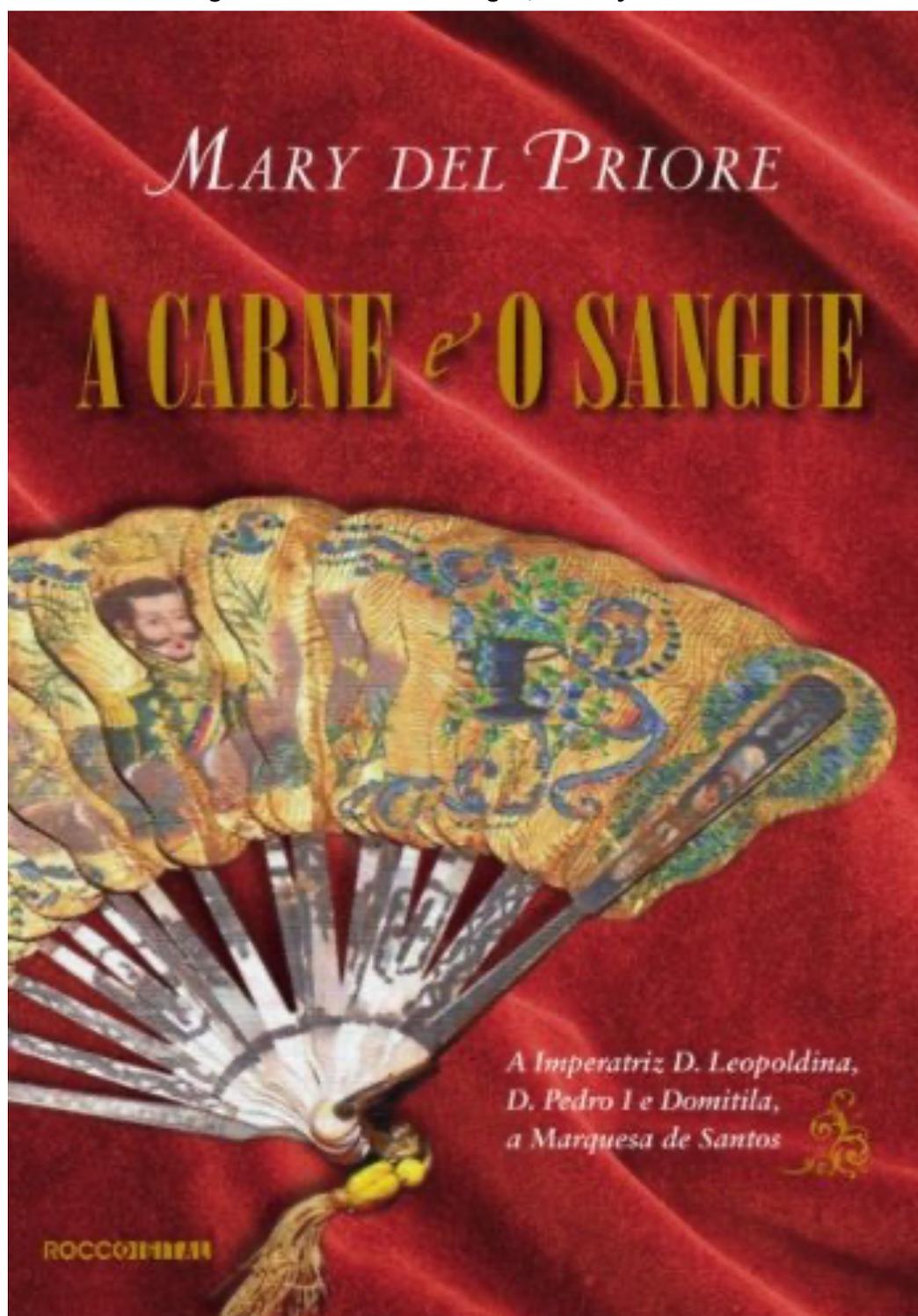
Acredito que a própria autora justifique estas opções com a afirmação que faz nas primeiras páginas da obra: “é quase um impulso natural tentar saber se alguém é mocinho ou bandido” (LUSTOSA, 2006, p. 10). Ela elege, e de forma intencional,

Domitila como a vilã, sendo que o biografado, D. Pedro I, não poderia ser totalmente responsabilizado, afinal ele deveria ser percebido como um herói.

Entendo que a narrativa de Isabel Lustosa se assemelha muito à de Carlos Oberacker, sendo que a influência da obra de 1973 fica evidente em várias passagens do livro, como procuro demonstrar. Vale ressaltar que a autora, inclusive, reconhece isso, ao afirmar: “Destas, a melhor é, com certeza, a pouquíssima conhecida biografia de d. Leopoldina, da autoria de Carlos H. Oberacker Jr” (LUSTOSA, 2006, p. 195). Ao finalizar o tópico relativo à obra de Lustosa, ressalto minha compreensão de que ela reforça a representação de Leopoldina como uma mulher apaixonada e humilhada e culpabiliza Domitila, que é descrita como uma “mulher de vida irregular” (LUSTOSA, 2006, p. 143) para, desta forma, manter a aura de herói de seu biografado, D. Pedro.

No próximo tópico, analiso a obra de Mary Del Priore, publicada em 2012, a fim de identificar as representações que esta historiadora reforça ou cria sobre D. Leopoldina.

Figura 7 – A Carne e o Sangue, de Mary Del Priore



Fonte: Del Priore (2012).

4.2 LEOPOLDINA POR MARY DEL PRIORE

A historiadora Mary Lucy Murray Del Priore é formada em história pela PUC de São Paulo, com pós-graduação pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP - CNPQ, 2021). Seu pós-doutorado foi na École des Hautes Études en Sciences Sociales, na França, em 1996 (CNPQ, 2021). Atuou como professora de história da FFLCH/USP e PUC do Rio de Janeiro, de 1999 até 2002 e atualmente dá aulas no Pós-Graduação da Universidade Salgado de Oliveira/Universo (CNPQ, 2021). Autora de inúmeras obras, entre elas mais de 30 livros sobre a História do Brasil, História das mulheres e do Cotidiano. Também tem vasta produção de artigos e participação em simpósios da área. Ganhou 17 prêmios literários nacionais e internacionais, entre os quais o Jabuti, o Casa Grande & Senzala, além de ser eleita Personalidade de 2017 e recebido o Prêmio de personalidade Cultural do Ano, pela Academia Brasileira de Letras (CNPq, 2021).

Também é colunista do jornal O Estado de São Paulo e colabora com dezenas de revistas e jornais, científicos ou não, nacionais e internacionais. É sócia do PEN Club do Brasil, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ) e do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHBA) além de membro do Conselho da Confederação Nacional do Comércio e da Sociedade Nacional de Agricultura (CNPq, 2021). Atuou como membro do Júri do Prêmio Petrobrás Cultural 2005. Também atuou como consultora da TV Educativa, em especial, de seu Programa Salto para o Futuro: Idealização da série Memória, Patrimônio e Identidade, e do texto base *História como parte da Memória e Memória como Objeto da História*, contendo cinco episódios, realizados na semana de 25 a 29 de abril de 2005 (CNPq, 2021). Com um currículo invejável Mary Del Priore, como é conhecida no ramo acadêmico, encerra os autores cujas obras analiso nesta monografia. Dentre as que a historiadora já escreveu sobre o Primeiro Reinado, selecionei *A Carne e o Sangue. A Imperatriz D. Leopoldina, D. Pedro I e Domitila, a Marquesa de Santos*, publicada em 2012.

Nesta obra, a historiadora consegue, de maneira fluida, combinar dois gêneros, pois a *Carne e o Sangue* é uma obra não ficcional com características de romance. Embora possa ser enquadrado no gênero biográfico, a leitura suave, com relatos íntimos e citações que parecem conversar diretamente com o leitor constituem uma outra forma de escrita, sendo que o livro pode ser lido tanto pelo público acadêmico, quanto pelo leigo, o que contribui para sua divulgação. Para Del Priore (2009, p. 14),

Textos que reencontrem o tempo perdido, que chamem à cena os fantasmas da história, que tenham capacidade de conversar com os mortos. Que permitam a magia de entrar na vida de outrem e que façam dos historiadores, caçadores de almas capazes de encantar os leitores graças às biografias históricas.

A obra, que é dividida em nove capítulos, inicia-se com a chegada de Leopoldina ao Rio de Janeiro. O primeiro capítulo, intitulado Capítulo I, apresenta ao leitor o Rio de Janeiro de 1817. A autora se detém em mostrar as duas faces do Vice-Reino, a morada da Corte Portuguesa: “Palco da Festa, Rio de Janeiro era então considerado um dos portos mais bem localizados do mundo [...] Apesar das belezas naturais, tudo era horrivelmente, fétido e abandonado” (DEL PRIORE, 2012, p. 9). Nele, Del Priore apresenta os personagens e as primeiras impressões de Leopoldina, tanto sobre o marido, quanto sobre os sogros e a população, incluindo os membros da Corte. O Capítulo II adentra na intimidade do jovem casal real, sendo que a autora retrata o dia-a-dia do casamento e as primeiras decepções da princesa. É neste capítulo que temos contato com as múltiplas gravidezes de Leopoldina e com o clima de tensão política devido à pressão pela volta de D. João VI a Portugal.

O Capítulo III reconstitui a viagem de D. Pedro para São Paulo, na qual viria a conhecer Domitila de Castro, a futura “amante do rei”, bem como os acontecimentos da Independência. O IV Capítulo adentra nas raízes da cultura paulista da época, destaca o protagonismo da mulher, menciona o primeiro casamento de Domitila, destaca os temperamentos distintos das duas mulheres de D. Pedro, e finaliza ressaltando a melancolia da Imperatriz. O capítulo V continua com o foco no relacionamento dos amantes, paralelamente ao conflito da Cisplatina, finalizando com o drama da esposa traída. O capítulo VI traz mais a perspectiva da Imperatriz sobre o triângulo amoroso, a relação com os filhos bastardos e o impacto negativo na imagem de D. Pedro. O sétimo capítulo enfoca os problemas físicos e mentais de Leopoldina que provocaram sua morte e destaca os atos fúnebres e a reação da população à perda, assim como a reação do marido viúvo. Já o Capítulo VIII aborda as decisões tomadas pelo Imperador após a morte da Imperatriz, como o rompimento com a amante e a busca por uma nova esposa. O Capítulo IX aborda a viagem de D. Pedro para a Europa, após a Abdicação, sua relação com os filhos e com a nova esposa, e a Menoridade do príncipe herdeiro D. Pedro de Alcântara.

Cabe esclarecer ao leitor que a obra de Mary Del Priore foi a primeira que li, antes mesmo de pensar no tema desta monografia. Ao final da leitura, Leopoldina me pareceu ser o inverso das mulheres que, pessoalmente, admiro, devido à sua apatia e resignação. A primeira leitura me apresentou uma Leopoldina feia e arrependida de ter deixado a Áustria, que acreditava ser muito superior aos costumes do Brasil e dos brasileiros e que, no fim, havia se tornado uma intrusa no conto de fadas de Domitila. A leitura foi feita em uma das disciplinas da Graduação, em função da proposição de um seminário que abordava Personagens do Primeiro Reinado. Em combinação com os demais colegas que também haviam optado pela leitura da obra de Del Priore, me dispus a apresentar sua participação nos eventos políticos decisivos do Brasil, isto é a Independência. Instigada pelo meu “Ogro historiador”,⁴⁴ me recusei a acreditar que uma mulher como Leopoldina se resumisse às descrições feitas pela autora, o que me levou a buscar outras *Leopoldinas*, muito mais sincronizadas com as minhas ideias. Consegui, assim, desculpá-la e apresentar meu trabalho de uma forma que exprimia também as minhas convicções.

Hoje, decorridos, dois anos desde a leitura e a apresentação que fiz deste livro, consigo perceber o esforço dos historiadores em direcionar o leitor para um entendimento que já está pré-estipulado pelo autor, a partir de “esquemas intelectuais, que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado” (CHARTIER, 1990, p. 17). Mas se os autores interpretam de diversas formas o mundo que os cerca e as estruturas nas quais estão inseridos, podemos dizer que tudo o que produzem é influenciado pela forma como interpretam o mundo. Sendo assim, creio que cabe a pergunta: como Del Priore traduz seu mundo? Como podemos evidenciar sua visão nas representações que criou sobre Leopoldina?

Para tentar responder a estes questionamentos, abordo, primeiramente, as representações associadas ao tipo físico de Leopoldina. Destaco algumas passagens da obra onde ficam bastante evidentes:

A moça gorda de 20 anos, mãos rechonchudas, pele cor de creme, bochechuda, não era feia nem bonita. A boca pequena, o lábio inferior saliente, caído característica dos Habsburgo, e transmitido de geração em

⁴⁴ Metáfora empregada por Marc Bloch, em 1999, ao afirmar que nada do que é humano parece ter escapado de ser devorado pela curiosidade historiográfica de Jacques Le Goff (BARROS, 2013, p. 06).

geração, não era visto como defeito, e sim como o signo de ascendência real de sua proprietária (DEL PRIORE, 2012, p.12).

Era moça e, também, mulher. Embora tivesse “aversão por corpetes e cinta”, encomendou espartilhos em Paris, cuidou da saúde tomando banhos de água ferruginosa, combateu o início de bócio, que lhe engrossava o pescoço, com medicação à base de sódio, exercitou a “bela postura”, vestiu-se com mais apuro e achou que estava melhorando de aspecto (DEL PRIORE, 2012, p.15).

Ela era feia, enquanto eles a queriam bonita (DEL PRIORE, 2012, p.33).

Perdeu seus poucos encantos físicos, a ponto de o turista Ebel criticá-la: não é bonita nem favorece sua maneira masculina de vestir-se. E era assim que a estrangeira parecia aos súditos (DEL PRIORE, 2012, p.59).

Leopoldina estava cada vez mais desmazelada, os cabelos enrolados no alto da cabeça. As bochechas arroxeadas e flácidas (DEL PRIORE, 2012, p.166).

Como se pode constatar, há certa depreciação do tipo físico de Leopoldina, com o uso de expressões como “gorda”, “bochechuda” e “pescoço grosso” ou nas passagens em que a autora ressalta que a Imperatriz “Engordava bastante, sem medir as consequências” (DEL PRIORE, 2012, p. 32), “A gulodice que lhe vinha da infância acentuou-se” (DEL PRIORE, 2012, p. 95), “uma soberana esguedelhada, negligente no vestir” (DEL PRIORE, 2012, p. 96) e, “Acima do pescoço taurino, o rosto inchou” (DEL PRIORE, 2012, p. 95). Estas descrições, se comparadas com as que são feitas de Domitila, levam o leitor a ver Leopoldina como uma mulher feia, enquanto que a “amante do rei”, devido aos termos a ela associados, exaltam sua beleza. Pode-se deduzir da descrição abaixo que a autora nutre grande simpatia pela conterrânea brasileira:

A esplêndida Titília: pele acetinada [...], uma massa de cabelos escuros e brilhantes que na época valiam admiração, rosto ovalado, boca pequena, [...], olhos escuros com palhetas esverdeadas, [...]. Alta, majestosa e dona de um corpo perfeito, a moça tinha no andar e nos modos “enlevadora graça”. [...] Era um rosto de mulher em que cada linha revelava uma graça particular, cada movimento parecia traduzir um segredo a descobrir (DEL PRIORE, 2012, p. 67).

Parece-me que a intenção de Del Priore foi a de valorizar a paulista Domitila, brasileira por nascimento, empoderada, ambiciosa e inteligente. Traços que a autora busca ressaltar e, assim como fez Oberacker, ao elevar as virtudes intelectuais de

Leopoldina, procura demonstrar que as mulheres do séc. XIX também tinham protagonismo e personalidade. Tal afirmação pode ser comprovada na seguinte passagem: “Nela, o orgulho de pertencer a uma família fora do comum acompanhava-se de inteligência, independência e capacidade de usar o mundo em seu benefício. [...] Domitila pertencia à influente família paulista” (DEL PRIORE, 2012, p. 67). Constata-se que tanto Del Priore, quanto Oberacker, ao elegerem um modelo de beleza e de conduta, tendem a compensar o excesso ou a falta de atributos físicos com a maior ou menor capacidade intelectual. Vejamos o que diz Oberacker (1973, p. 354):

Como, porém, concluir daí que foi a falta de formosura que destruiu o matrimônio? Pretendem que as condições citadas falem contra D. Leopoldina por fazer D. Pedro tanta questão da formosura que, alias, D. Domitila não possuía em tão perfeito grau. No entanto fazia D. Pedro a mesmíssima questão da virtude da futura esposa que, não há dúvida, d. Domitila não possuía.

Para justificar a postura de Oberacker – de valorização das virtudes de Leopoldina – pelo contexto de produção da obra, que, em um momento de ditadura militar, exigia uma propaganda de certos valores e virtudes, enquanto que a narrativa de Del Priore se insere em um momento de conquista de liberdade pelas mulheres, principalmente, devido ao Movimento Feminista, que passou a questionar o papel que cabia à mulher até aquele momento: “a mulher deveria ser estimulada a manter a dignidade e a exercer as suas funções como esposa e como mãe [...] ao contrário da educação destinada aos homens, que pretendia desenvolver habilidades intelectuais” (HAHNER, 1981, p. 7).

Já Rezzutti, que se insere no mesmo contexto de produção que o vivenciado por Del Priore, opta por outra descrição de Domitila. Para o autor, ela vinha das baixas classes sociais e havia sido o Príncipe que “Ensinará a amante a se comportar, explicaria a ela que não poderia fazer suas próprias roupas. Enfim, ensinará a se portar como uma grande dama da corte, elevando-a até ele” (REZZUTTI, 2017, p. 394). Ele prossegue, afirmando que “Isso explicaria, em parte, o seu apego a Domitila. Homens gostam de ser adorados; príncipes, então, têm nisso quase que uma de suas fontes de energia vital” (REZZUTTI, 2017, p. 394). O autor faz questão de ressaltar que “embasarem a predileção de d. Pedro por Domitila levando apenas em conta elementos superficiais, como a beleza ou o descuido da esposa com a sua aparência.

[...] que isso teria afastado d. Pedro, o que não é verdade” (REZZUTTI, 2017, p. 394). Para ele, nem Leopoldina, nem Domitila ganham pontos nesse quesito: “Pelos padrões de hoje, nenhuma das duas mulheres, pelos retratos que sobreviveram, ganhariam qualquer concurso de miss”. (REZZUTTI, 2017, p. 396). Pode-se, portanto, concordar com Peter Burke, que afirma que “em toda literatura, a sociedade contempla sua própria imagem” (BURKE, 1992, p. 25), ou seja, as obras acabam exprimindo as representações que essa sociedade faz de si mesma e o momento em que ela vive.

Ao abordar a aparência de Leopoldina, Del Priore, a retratara da seguinte forma: “Ela trazia as bochechas avermelhadas e os cabelos maltratados” (DEL PRIORE, 2012, p. 95), “e seus cabelos em desordem atestavam a ausência de um cabeleireiro ou camarista” (DEL PRIORE, 2012, p. 95); “Os seus cabelos em desordem são presos por um pente de tartaruga” (DEL PRIORE, 2012, p. 96) ou, então, “cada vez mais desmazelada, os cabelos enrolados no alto da cabeça” (DEL PRIORE, 2012, p. 132). As passagens destacadas acima reforçam a importância dada aos cabelos na aparência das mulheres. Segundo Michelle Perrot (2019, p. 55), “os cabelos são as mulheres, a carne, a feminilidade, a tentação, a sedução, o pecado. Há uma erotização dos cabelos das mulheres, principalmente no século XIX, grande século do esconder/mostrar, que fortalece o erotismo”. Ao ressaltar o descaso de D. Leopoldina com seus cabelos, Del Priore reforça a imagem de uma mulher entristecida e sem ânimo que, como nos explicou Perrot, não se resume apenas ao aspecto externo.

Na continuidade, destaco as representações intelectuais que identifiquei na obra de Del Priore. As passagens abaixo nos mostram como a autora retrata a educação e a postura em sociedade de Leopoldina:

A reação da jovem à proposta de casamento foi aproximar-se da gente, da língua e da paisagem que extraía dos livros. Pôs-se a estudar música, que era “muito apreciada no Brasil”, pois queria se tornar popular em seu “futuro país”. Pôs-se a ler descrições da “terra abençoada”, [...]. Aprendia o idioma, cujas palavras reproduzia em cartas à irmã (DEL PRIORE, 2012, p. 8).

Um observador anotou sobre a jovem loura: “Mui discreta, desembaraçada e comunicável, fala, além de sua língua pátria, o francês, o inglês e italiano; alguns conhecimentos de belas-letas e não menos de Botânica, além daquelas prendas que são próprias de uma senhora”. Uma delas era temer trovoadas (DEL PRIORE, 2012, p. 9).

A jovem, desde pequena, era extremamente religiosa: orava e meditava regularmente. Sua compaixão com pobres e aflitos decorria desse compromisso com a Igreja. Além do que, pertencia à Ordem da Cruz Estrelada, cujas patronesses tinham por obrigação orientar sua vida cotidiana pelos valores piedosos (DEL PRIORE, 2012, p.10).

A jovem, apesar de vir de uma das mais sofisticadas cortes do mundo, adaptou-se. Como tantas outras mulheres nessa época, acuada pelo desejo de perfeição, não cessava de interrogar-se, de medir seus progressos, de deplorar suas incapacidades e, sobretudo, de traçar regras de conduta severas (DEL PRIORE, 2012, p. 20).

Os hábitos de Leopoldina aumentavam a distância entre ela e seus súditos. Ela comia com talheres; eles, com as mãos. Ela gostava de ler, eles desconheciam o prazer da leitura. Ela sentava-se em cadeiras, mas as damas, de acordo com o costume oriental, com as pernas cruzadas no chão (DEL PRIORE, 2012, p. 24).

Ao procurar as representações sobre as capacidades intelectuais de Leopoldina, me dei conta de que a obra de Del Priore é a que menos retrata esta condição tão exaltada em outros livros. A obra de Carlos Oberacker, por exemplo, dedica quase um capítulo inteiro à educação e ao caráter de Leopoldina, que também são reforçados ao longo de toda a biografia. A mesma atenção pode ser encontrada na obra de Paulo Rezzutti e, mesmo que em menor ênfase, Isabel Lustosa também se detém nos atributos intelectuais da esposa de seu biografado. A única parte em que a autora aponta para os conhecimentos que Leopoldina tinha de ciências naturais é em uma passagem que pode passar despercebida ao leitor que não conhece mais a fundo a instrução que Leopoldina teve e seus gostos pessoais, como se pode verificar na seguinte passagem:

Os primeiros meses foram agradáveis. Leopoldina passava tardes inteiras enfiada na mata, tentando decifrar o segredo dos minerais, ouvindo a melodia dos riachos, identificando plantas raras ou perseguindo borboletas. Parecia querer resumir o mundo bizarro e exótico que, então, descortinava (DEL PRIORE, 2012, p. 20).

Embora a obra de Del Priore se debruce mais na vida pós casamento de Leopoldina, estas representações associadas às capacidades intelectuais da Imperatriz se tornaram, ao longo dos anos, as mais reproduzidas. Sob esta perspectiva, Leopoldina é uma personagem desprovida de qualquer mitificação como Mãe da Nação ou por sua participação política no rompimento com a metrópole. Vale

lembrar que, para Marilena Chauí (1995, p. 13), a função do mito é criar “uma compensação simbólica e imaginária para dificuldades, tensões, e lutas reais tidas como insolúveis”, e, ainda, que para Girardet (1987, p. 82), “todo processo de heroificação implica, em outras palavras uma certa adequação entre a personalidade do salvador virtual e as necessidades de uma sociedade em um dado momento de sua história”.

Acredito que se possa identificar na obra de Del Priore um processo de humanização de Leopoldina, mediante a exposição de suas limitações, erros e dramas, que acabam desvestindo-a da roupagem de heroína austríaca. Esta opção feita pela autora parece justificar o fato de Paulo Rezzutti, que escreveu a biografia de Leopoldina, cinco anos depois, em 2017, não ter feito qualquer menção ao livro de Del Priore. Para Rezzutti, Leopoldina deveria ser reconhecida por sua atuação pela Independência, como se pode constatar na passagem em que ele refere a conversa entre José Bonifácio e Drummond, Conselheiro real, na qual exaltam o labor e dedicação da princesa:

Drummond, ao ler a mensagem de D. Leopoldina, não tinha conseguido refrear exclamações de admiração pelas reflexões da princesa no documento. [...] Quando o mesmo confidente deu conta a José Bonifácio da sua surpresa, e das suas impressões, o venerado velho que todos os dias via a princesa no trabalho, disse: ‘Meu amigo, ela devia ser ele’ (REZZUTTI, 2017, p. 294).

Há, portanto, uma diferença significativa de abordagem entre os dois autores, na medida que enquanto Rezzutti exalta e mitifica, Del Priore procura humanizar a personagem. Passemos, agora, às representações de mulher, que são as que mais povoam na obra, o que pode decorrer do fato de que a narrativa se inicia logo após o casamento de Leopoldina com D. Pedro. Seguem algumas das mais relevantes:

Essa era a jovem a quem D. Pedro foi apresentado. Uma jovem que acreditava ser amável por suas qualidades morais. Um símbolo de beleza espiritual e não física. Educada numa casa real em que a fé e a virtude se misturavam ao orgulho dinástico, a princesa tinha profundos escrúpulos piedosos, além de temer a escravidão do pecado. Para ela, o casamento era um sacerdócio (DEL PRIORE, 2012, p.10).

Por certo, apaixonada significava estar tomada de amor romântico: amor sem encontro de corpos, só de alma e espírito (DEL PRIORE, 2012, p. 10).

A paixão pela música os aproximava. Ela no piano e ele na flauta ou no violino. A presença do seu “queridinho” enchia-a de alegria (DEL PRIORE, 2012, p. 22).

D. Pedro, que “não a deixava dormir” nos primeiros dias, passou a encontrar a mulher sempre achacada, com dores de barriga e estômago. A lua de mel, segundo ela, era um período lindo, mas o sagrado matrimônio trazia muitos aborrecimentos e sacrifícios. [...], tornou-se “mal-humorada e melancólica”. É possível que, aos 19 anos, o rapaz viril, acostumado aos combates do sexo, esperasse maior reciprocidade. Mas Leopoldina era pudica ao extremo (DEL PRIORE, 2012, p. 32).

Leopoldina estava cada vez mais desmazelada, [...]. Seus desafetos diziam que ela afogava as mágoas no vinho. Não lia mais. Nada parecia interessá-la: nem a política, nem a família (DEL PRIORE, 2012, p. 132).

Os trechos que selecionei mostram o gradativo desleixo com a aparência e a crescente melancolia de Leopoldina, condição que remontava aos tempos da sua infância, quando havia perdido a mãe, Maria Tereza; sua madrasta, Ludovica e sua irmã, Maria Luísa. Ao chegar ao Brasil, esta tristeza foi substituída, por algum tempo, pelo entusiasmo da paixão e das descobertas, mas, logo depois, reapareceu com a saudade de casa e com as dificuldades de adaptação. Os outros autores, cujas obras já analisei, também retrataram sua tristeza e melancolia, esta, porém, se encontrava mascarada, podendo ser encontrada nas entrelinhas ou, então, acaba sendo apresentada como resultante das decepções que sofreu e do mal que fizeram a ela. Oberacker atribui sua melancolia a D. Pedro, Rezzutti, ao adultério, e Lustosa, de forma mais sutil, à Domitila.

Para Oberacker, “o luto atingia tão pouco as profundezas de seu coração como o amor, pois aqui finge perante Deus não saber a causa da morte de sua esposa” (OBERACKER, 1973, p. 448). Já para Rezzutti, “O reconhecimento público da filha bastarda de d. Pedro atingiu moral e psicologicamente d. Leopoldina. O caso do reconhecimento escancarou a infidelidade do imperador” (REZZUTTI, 2017, p. 434). Enquanto isto, encontro em Lustosa a seguinte passagem: “Pedro I, que é teu verdadeiro amigo, saberá vingar-te de todas as afrontas que te fizeram. E assim foi. Sua cólera se voltaria toda contra os que supostamente tinham insultado a marquesa”. (LUSTOSA, 2006, p. 148). É compreensível, que Lustosa, na condição de biógrafa de D. Pedro, tratou de isentá-lo de qualquer responsabilidade, atribuindo a tristeza profunda da Imperatriz à Domitila, o que fica evidenciado na seguinte passagem: “Mas o estado de espírito do imperador, ao que parece, sofrera algum abalo com a morte

da mulher com quem vivera por nove anos e que o amava sinceramente” (LUSTOSA, 2006, p. 148).

Essa disputa de representações entre os autores que destaque pode ser analisada a partir do proposto por Roger Chartier, para quem um grupo busca impor aos outros a sua concepção de mundo, através da legitimação e da sua capacidade de “fazer crer”. Segundo Chartier (2002, p. 172) “é do crédito dado (ou recusado) às representações que um poder político ou que um grupo social propõe de si mesmo que depende a autoridade do primeiro e o prestígio do segundo”. Isto nos ajuda a compreender por que dois autores como Rezzutti e Del Priore, apesar de serem contemporâneos, têm percepções distintas.

As obras que analisei apresentam em comum uma descrição que será uma das mais reproduzidas sobre D. Leopoldina: sua religiosidade. Michelle Perrot, em sua obra intitulada *Minha História das Mulheres*, apresenta esse tema como algo “ambivalente e paradoxal”. Segundo a autora, “as religiões são, ao mesmo tempo, poder sobre as mulheres e poder das mulheres” (PERROT, 2019, p. 83). Em outras palavras, embora elas detenham o poder sobre essa prática, este mesmo poder as faz prisioneiras. Essa relação ambivalente é retratada por Del Priore em sua obra, ao afirmar que D. Leopoldina possuía grandes princípios religiosos e virtudes castas, o que, para autores como Oberacker, Rezzutti e Lustosa, caracterizava-se como algo positivo e valorizado, para Del Priore revelava -se como algo ruim, como uma barreira existente entre ela e o marido. Se, para estes últimos autores, tais princípios concretizavam o poder de Leopoldina, para Del Priore a religião apoderava-se dela, impedindo-a de ter uma vida plena. Tal conclusão é observada na passagem: “pudica e religiosa, ela se prestava mais aos deveres de sacrossanta esposado que aos apetites do marido. No plano físico, D. Pedro contentava-se em honrar sua prolífica consorte” (DEL PRIORE, 2012, p. 56).

Quanto às representações de mãe na obra de Del Priore, selecionei algumas que nos permitem discuti-las à luz do referencial de Chartier:

A criança iria preencher o vazio que a família ausente deixara. Seria “o consolo, o apoio, a alegria e a mais valiosa ocupação”, dizia. Na época, a gravidez era considerada uma enfermidade, e a grávida, uma paciente. Ela era cercada de pessoas, saturada de conselhos e tratada como doente (DEL PRIORE, 2012, p. 36).

Triste gestação. Multiplicavam-se os dissabores, que ela aguentava “de boca fechada” (DEL PRIORE, 2012, p. 37).

A herdeira os aconchegou e ela, apesar de queixar-se de melancolia, concluía: “Desfruto de uma perfeita felicidade, em minha perfeita solidão que amo infinitamente”. Cuidava da filha, dos estudos e do marido. O nascimento de Maria a ajudou a esquecer momentaneamente a solidão afetiva e a nostalgia de uma juventude cada vez mais longínqua (DEL PRIORE, 2012, p 38).

O próximo legítimo seria para março. E ela seguia lamentando o que considerava o inferno sobre a terra. Achava a gravidez desagradável e, no dia a dia, as coisas pioravam. O sexo era incompreendido e negligenciado. Os filhos, a única alegria (DEL PRIORE, 2012, p 44).

Apesar dos sofrimentos, um fantasma tinha sido afastado. Escreveu à irmã dizendo que, “graças a Deus”, não estava grávida (DEL PRIORE, 2012, p. 132).

Em relação às representações de mãe, temos novamente na obra de Mary Del Priore, uma notável mudança, na medida em que não apresenta Leopoldina como uma mãe amorosa, dedicada e feliz. Mesmo tendo consultado os outros autores anteriormente analisados, Del Priore opta por focar na depressão, não se apropriando das representações já consagradas. Segundo Chartier (1995, p. 184), as apropriações “visam a elaboração de uma história social dos usos e das interpretações, relacionados às suas determinações fundamentais e inscritos nas práticas específicas que os constroem”. A apropriação, por outro lado, não é individual; ela é social, institucional e cultural. Ela remete a uma necessidade emergente e seu uso requer “práticas específicas” e discursos coerentes com o tema. No trecho destacado abaixo, vemos o destaque dado pela autora à condição depressiva da Imperatriz:

O que significava depressão no século XIX? Ainda impregnados da teoria dos humores, os médicos acreditavam que ela revelava um temperamento ou uma maneira de reagir ao mundo - a complexão - feita da mistura de queixumes e condutas que garantiam um estado de espírito flutuante, doloroso, debilitador, sonhador e nostálgico. Tais estados de espírito agitavam-se nas sombras do corpo. [...]. O rosto dos melancólicos trazia a marca da fadiga do mundo (DEL PRIORE, 2012. p. 134).

A depressão retorna nas representações de mãe. A autora evidencia, de maneira bem lúcida, a ambiguidade da maternidade para D. Leopoldina. Ela amava seus filhos, isso não é questionável, mas não amava a maternidade e tudo o que dizia

respeito a esta condição. Neste caso, cabe lembrar que a maternidade tem, para a Igreja e para as mulheres, concepções conflitantes em alguns aspectos. Para a Igreja, o tornar-se mãe é o apogeu da mulher, a concretização “de uma natureza criada por Deus” (PERROT, 2019, p. 83). Simbolicamente, a mulher agora é a Virgem Maria. Já, para as mulheres, “a dor, maldição bíblica - Tu darás à luz na dor - era fatal, considerada inevitável” (PERROT, 2019, p. 74), atormentando as mulheres de todas as idades, etnias e classes sociais. Se não bastasse isso, no “século XIX, o ato conjugal era desaconselhado às lactantes [...] a mãe entra em disputa com a mulher” (PERROT, 2019, p. 75). Ambiguidades que povoam as representações da mãe Leopoldina na obra de Del Priore.

O uso recorrente de palavras como tristeza, solidão e sofrimento, associadas à Leopoldina, está na contramão das demais obras analisadas. Se, para Oberacker, a maternidade “Era o apogeu da felicidade para D. Leopoldina”, para Rezzutti, “D. Leopoldina desdobrava-se em desvelos pela primeira filha”. Estas afirmações parecem partir do pressuposto de que é “*natural*” que uma mãe ame seus filhos. Isabel Lustosa, por sua vez, traça um perfil menos romântico da maternidade. Para Lustosa, seu protagonismo se fez presente em favor dos filhos, sendo que “D. Leopoldina finalmente se rebelou”, demonstrando alguma personalidade. Para Del Priore (2012, p. 435), Leopoldina não é uma “mártir de paciência” como descrita por Rezzutti. Para a autora, a Imperatriz estava doente, deprimida, desiludida: “Leopoldina apenas sofria de desilusão [...]”. A única verdade? Ela amava o marido de amor romântico. E, por esse amor, recebia os piores golpes. Percorria o calvário das esposas infelizes” (DEL PRIORE, 2012, p. 136).

As representações de mãe em Del Priore contribuem para desmistificar essa mulher “mártir”, rompendo com uma contínua repetição de uma imagem, que ganhou corpo a partir de várias narrativas constantemente reelaboradas. O que Del Priore nos mostra é o lado humano de Leopoldina, com acertos, falhas e limitações. Uma mulher que, vivendo de acordo com a conduta esperada pela posição que ocupava, sucumbiu à depressão. Seu intuito é emergir uma visão menos plural do passado. Seus personagens são retratados de uma forma unidimensional, embora muitos adjetivos são descritos, não há espaço para uma representação que vá de contra a sua ou um diálogo entre estas. Comportamento contrário é encontrado na obra de Rezzutti (2017, p. 113), que retrata descrições plurais, como podemos ver na seguinte passagem:

“Mas, independentemente da fidelidade ou não da descrição de Montet, a verdade é que Marialva não estava em busca da vencedora do concurso Miss Áustria”.

É preciso destacar que Del Priore foi, muito provavelmente, influenciada por Simone de Beauvoir e Michelle Perrot, escritoras francesas ligadas ao Movimento Feminista. A historiadora, aliás, confirma grande apreço pela França:

Por razões familiares, vou à França desde muito pequenina. Conheço bem o país, a língua e a cultura que sempre me influenciou [...] Fiz pós na USP, onde encontrei professores abertos às tendências da História das Mentalidades, já em curso. Sou sincera admiradora dos historiadores franceses e da revolução metodológica que fizeram e continuam fazendo (DEL PRIORE, 2012).

A ênfase dada aos excluídos da história, a aproxima de Perrot, para quem as mulheres possuem papel fundamental na história, devendo-se “sublinhar um pouco mais os laços das mulheres com a esfera privada, pois emanam desta esfera” (PERROT, 2005, p. 31). Creio que podemos entender a posição assumida pela autora da seguinte forma:

Em seu presente específico, une passado e presente de maneira original, elaborando uma visão particular do processo histórico. O presente exige a reinterpretação do passado para se representar, se localizar e projetar o seu futuro. Cada presente seleciona um passado que deseja e lhe interessa conhecer. A história é necessariamente escrita e reescrita a partir das posições do presente, lugar da problemática da pesquisa e do sujeito que a realiza (REIS, 2013, p. 09).

Em sintonia com as preocupações de seu tempo e receptiva às influências teóricas mais recentes, seus livros abordam temas como o corpo feminino, o amor no Brasil, relações amorosas no Brasil, revelações do íntimo, sexualidade no século XIX, entre outros. Em sua obra intitulada *História do Amor no Brasil*, publicada em 2006, a autora atiça a curiosidade do leitor ao referir-se aos objetivos da publicação:

Pelo retrovisor da História para, por meio dos mais variados documentos, extrair ecos desses suspiros, transportes, chamadas, doçuras, ternuras, por vezes, tempestades e ódios que traduzam a ligação visceral a uma pessoa. Convido-o a percorrer a história desse sentimento que, como diz o poeta, pode ser tão violento, tão terno, tão desesperado, verdadeiro, belo, e depois, tão pisado, tão machucado e esquecido. Histórias desse amor para sempre e, também, histórias de amor para nunca mais (DEL PRIORE, 2006, p. 14).

A posição assumida pela historiadora voltaria a ser referida na conferência, intitulada *Importância da história e o prazer de ler e conhecer o passado*, que ela proferiu por ocasião do VII Seminário do Grupo de Pesquisa História da Educação na Amazônia (GHEDA) realizado no Auditório do Centro de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Pará (UEPA), em Belém, no ano de 2017. A autora, ao falar sobre sua trajetória, aponta as razões que a levaram a investir em outros estilos narrativos:

Procurei uma trajetória diferente. Sempre quis que meus trabalhos ajudassem a divulgar os conhecimentos históricos. Que fossem úteis à democratização da disciplina. O problema é que ela é incompreensível para a maior parte do público leitor. É preciso entender que na conjuntura em que vivemos - um país lutando para redimir a dívida social - é preciso produzir para além dos leitores acadêmicos. É preciso atender ao maior número, fazendo uma história para as massas (DEL PRIORE, 2012, p. 7).

Ela ressalta que: “Vivemos sob a égide do elogio à diversidade cultural e dentro da disciplina, da pluralidade de abordagens e maneiras de fazer. Não há o que temer. É preciso arriscar-se na complexidade, sem o risco de perder-se. E foi essa a minha opção” (DEL PRIORE, 2012, p. 7).

Parece-me que as afirmações feitas por Del Priore, tanto na obra de 2006, quanto na conferência de 2017 nos ajudam a compreender as escolhas que ela fez e que acabaram por definir as abordagens e, especialmente, as representações que construiu sobre D. Leopoldina e, por extensão, sobre Domitila. Vale lembrar que, neste período, a História das Mulheres havia avançado:

Em seus objetos, em seus pontos de vista. Partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas, múltiplas interações que provocam a mudança (PERROT, 2019, p. 15-16).

Em *A Carne e o Sangue*, em sintonia, principalmente, com as discussões/problematizações próprias do feminismo contemporâneo, Del Priore apresenta, sob novas perspectivas, temas como religiosidade, aparência, maternidade, depressão e protagonismo feminino, buscando respondê-las com o uso de fontes localizadas em acervos brasileiros e europeus. Através dela, somos

apresentados a uma D. Leopoldina mais humana, distante, portanto, da mitificação que outros autores construíram sobre ela.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir esta monografia, mais do que reafirmar que as obras analisadas foram escritas em contextos específicos, espero ter conseguido demonstrar que suas publicações estiveram vinculadas a interesses institucionais, comemorativos ou de demarcação teórico-metodológica individual evidenciados “na intencionalidade da sua escrita” (CHARTIER, 2002, p. 63). Estes interesses acabaram definindo a criação, a consagração e a difusão de certas representações sobre a primeira Imperatriz do Brasil.

No caso da obra de Carlos Oberacker, escrita em 1973, pude perceber o intuito do autor em ressaltar características virtuosas de D. Leopoldina, usando-as como modelo de comportamento. Passagens como: “Tendo-se conformado com a vontade do pai” (OBERACKER, 1973, p. 85); “pois sou muito serena, paciente e condescendente” (OBERACKER, 1973, p. 140); “A felicidade consiste em conscientes dessa posição, desempenharem o papel de esposas submissas e mães dedicadas” (OBERACKER, 1973, p. 13) e “mudara-se [...] de uma moça nervosa e facilmente irritável na mais paciente, equilibrada e serena das mulheres” (OBERACKER, 1973, p. 163) apontam para o objetivo do autor de propagar a imagem de uma Leopoldina submissa, obediente e casta.

Vale lembrar que esta imagem está associada ao modelo de conduta valorizado no contexto de produção da obra. Nos primeiros anos da década de setenta do século XX, o governo Médici (1969-1974) e o AI -5 censuravam todos os meios de comunicação e as torturas de prisioneiros foram intensificadas. Oberacker, cuja obra havia sido financiada pelo Conselho Federal de Cultura (CFC), deveria contribuir para “forjar um passado brasileiro que fosse de acordo com os ideais do regime, transformando-o em tradição. Conceito este que permeará toda a atuação do CFC” (COSTA, 2011, p. 46). Sendo assim, cabia a ele retratar D. Leopoldina como um modelo de mãe, que serviu a nação pelo seu empenho na causa da Independência e exaltando suas capacidades intelectuais. Por todos estes motivos, a obra tornou-se a mais referida nos livros didáticos, dado o investimento em sua divulgação pelo Instituto Nacional do Livro - INL (COSTA, 2011, p. 37).

A obra Rezzutti mantém a valorização das virtudes de D. Leopoldina, destaca ainda mais seu protagonismo político e procura valorizar a aparência física da Imperatriz, o que, de certa forma, dá continuidade ao trabalho de Oberacker. A maior

distinção entre os dois autores se deve ao empenho de Rezzutti em mostrar que algumas das atitudes da Imperatriz foram estratégicas e não podem ser consideradas inatas. Para ele, a paciência e a dedicação que Oberacker enaltece e vincula a uma educação nobre e voltada para o dever, devem ser percebidas como facetas ou personas, previamente calculadas pela Imperatriz, como se pode constatar nesta passagem:

Ficar calada e silenciosa era tudo o que, como boa política, precisava para conseguir seus intentos. Conhecia bem o marido. Em vez de enfrentá-lo abertamente, d. Leopoldina “comia pelas beiradas”. Por meio de conselhos pontuais e influenciando outros a aconselharem d. Pedro, ela ia conseguindo suas conquistas (REZZUTTI, 2017, p. 220).

Outro ponto que Rezzutti questiona é a imagem de mãe mártir que havia sido atribuída à Imperatriz durante muitos anos. O autor chega, então, à conclusão de que esta imagem difundida na obra de Oberacker ia ao encontro da figura conciliadora, maternal e dócil que poderia dar fim às revoltas e crises políticas que antecederam a Independência. Roger Chartier (1990, p. 17) afirma que as representações são mutáveis no tempo, e exprimem o interesse de grupos, sendo “produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas”. Sendo assim, a imagem de mãe mártir propagada por Oberacker ganharia, na obra de Rezzutti, uma nova simbologia, a de *Mãe da Nação*, como se pode perceber nesta passagem:

É desse período a concepção do grandioso salão nobre do Museu Paulista [...] onde encontra-se o retrato de d. Leopoldina, [...] significativamente não na condição de imperatriz, mas de mãe - cercada de seus cinco filhos vivos em 1826 -, rememorando-a não apenas “como vetor de tranquilidade e continuidade” [...], mas materializando a imagem, construída já durante sua vida, de “Mãe da Nação”, a que vela pelo país recém-nascido (REZZUTTI, 2017, p. 532).

Por fim, Rezzutti, ao “redescobrir” Leopoldina, atribui a ela um papel de protagonista, em um período histórico no qual os homens dominavam a política, retirando dela a aura de mártir. Para o autor, construiu-se em torno da Imperatriz “o mito da esposa mártir, da princesa civilizada que acabou sendo sacrificada a um ogro nos trópicos” (REZZUTTI, 2017, p. 471). Para o autor, Leopoldina foi vítima do amor romântico, o mesmo amor de que nos fala Del Priore. Rezzutti, no entanto, não a vitimiza, como os demais autores que analisei. Ao atribuir inteligência e perspicácia à

Leopoldina, devolve-lhe os brios, ofuscados pelo martírio. E acrescenta: “A “última carta”, supostamente escrita pela Imperatriz, sempre foi utilizada sem qualquer contestação, pois cabe até hoje como prova do martírio de d. Leopoldina, praticamente santificada durante a construção de sua imagem póstuma” (REZZUTTI, 2017, p. 475).

Além de não denegrir a imagem de D. Pedro, a quem já havia biografado, assim como a Domitila de Castro, Rezzutti, diferentemente de Oberacker, não responsabiliza a Marquesa de Santos por algumas atitudes e comportamentos de D. Leopoldina no ambiente palaciano.

Dentre as obras escritas por historiadoras que selecionei está Isabel Lustosa, que reproduz as representações construídas por Carlos Oberacker, legitimando-as e reproduzindo-as no início do século XXI. Lustosa reconhece o protagonismo de Leopoldina, lhe atribui inteligência e voz ativa, porém ao retratar seu declínio físico e psíquico culpabiliza Domitila de Castro. Em seu empenho de eximir D. Pedro, o herói biografado, de qualquer responsabilidade, Lustosa a repassa para a amante. Em vários trechos da obra é possível notar a empatia da autora por D. Leopoldina e sua desaprovação em relação à Domitila:

Apareceram inúmeros pasquins e cartas anônimas contra os ministros e Domitila. Dois tiros foram dados no coronel Oliva, camarista da imperatriz e cunhado da marquesa de Santos. Dizia-se que o médico assistente, Navarro de Andrade, estava mancomunado com a marquesa para propinar veneno à enferma (LUSTOSA, 2006, p. 144).

Se, para Lustosa, “o seu (referindo-se à Domitila) prodigioso enriquecimento não se deveu tanto à generosidade do amante quanto à sua capacidade de obter propinas e vantagens intermediando pedidos ao imperador” (LUSTOSA, 2006, p. 121), “Ela (Leopoldina) não pretendia queixar-se, pois, segundo disse, amava o marido e os filhos” (LUSTOSA, 2006, p. 127), levando o leitor a colocar-se ao lado da esposa traída e sofredora.

A última obra analisada é da historiadora Mary Del Priore. A autora é a única, dentre os que analisei, que descreve a Imperatriz como uma mulher feia, desleixada e depressiva. Del Priore inova em relação aos outros autores, ao tratar do triângulo amoroso, não fazendo uma biografia exclusiva de D. Pedro, de D. Leopoldina ou de Domitila. Para ela, nenhum dos três deve ser considerado culpado dos

acontecimentos, devendo ser entendidos como indivíduos com acertos e falhas, limitações e superações, que vão gradativamente evoluindo, paralelamente aos acontecimentos do Brasil Império.

Ao contrário de Oberacker e Lustosa, Del Priore não realça D. Leopoldina inferiorizando Domitila, sendo que ela faz exatamente o contrário. Enaltece Domitila, atribuindo-lhe postura de liderança, inteligência e ambição. De acordo com a historiadora, as paulistas do século XIX eram as mulheres mais empoderadas do Brasil, e conseqüentemente, “Domitila cresceu entre mulheres chefes de família, que, sozinhas, tocavam a própria vida e a de seus dependentes” (DEL PRIORE, 2012, p. 85). Ao destituir Leopoldina da imagem de mártir, ela a transforma em uma mulher triste, deprimida e doente. Ao optar por esta descrição, a autora não retrata suas virtudes nobres e seu conhecimento intelectual ímpar, mas coloca em evidencia seus problemas de adaptação no Brasil. Ao contrário de Rezzutti, que afirma que Leopoldina tinha amor pela pátria adotada, Del Priore revela sua insatisfação, como se pode constatar nesta passagem extraída da obra:

A visão sobre a idílica terra também mudou. Ela sentia muito calor e maldizia os mosquitos. Dois anos depois de chegar, até as florestas tornaram-se “tristes e úmidas”. O pior era a gente: regida por “vilania e ciúme”. Mulheres virtuosas? Só se achavam com um microscópio. No Brasil, tudo era muito pior do que ele lhe tinha profetizado (DEL PRIORE, 2012, p. 33).

Del Priore (2012, p. 11) também retrata Leopoldina como uma pudica, dando a entender que este seria o fator do insucesso do matrimônio, pois a “princesa tinha profundos escrúpulos piedosos, [...] Para ela, o casamento era um sacerdócio”. Ela segue, afirmando que “A princesa, porém, sacrificaria tudo - fidelidade aos ideais absolutistas, esperança de voltar à Europa - aos interesses do trono de que era a fiadora. Tudo lhe custou caro e nem por isso seria recompensada” (DEL PRIORE, 2012, p. 57). Para Del Priore (2012, p. 57), D. Leopoldina foi responsável por sua desgraça: “Faltavam-lhe ambição ou malícia, desenvoltura ou determinação, característica de muitas princesas e rainhas europeias que conheceram o segredo de governar. Enquanto salvava o país, sufocava-se num casamento deprimente”. A primeira Imperatriz do Brasil, segundo a autora, padecia de depressão, o que a levou à indiferença com que atendia a tudo e a todos, e que foi compreendida como resignação. Podemos observar essa afirmação no seguinte trecho:

Na pequena corte, onde todos se espionavam, o importante era não se deixar trair pelos sentimentos. Por isso, nunca palavras ácidas ou lágrimas. Sozinha, ela construía uma espécie de heroísmo particular, cristalizado numa cadeia de sacrifícios: ignorar prazeres, sacrificar os dias com a prática de virtudes, aprofundar os sentimentos religiosos, aprimorar o caráter indulgente, discreto e solene.... Pobre imperatriz, tão estimável e tão pouco amada (DEL PRIORE, 2012, p. 114).

Para a autora, “No triângulo feito de carne e sangue, a imperatriz Leopoldina viveu seu destino com estoicismo, perdoou e, perdoando, sublimou” (DEL PRIORE, 2012, p. 202). Já para Domitila “restou aceitar o fim da carreira sentimental que tanto escandalizou uma época e à qual a lenda acrescentou tanto quanto a história” (DEL PRIORE, 2012, p. 202).

Na primeira obra que analisei, Leopoldina foi representada como uma mulher educada, refinada, fiel, comprometida, religiosa, diplomática, amorosa, compassiva, paciente e acima de tudo apaixonada. Apaixonada pelo marido, pelos filhos, pela causa brasileira e pelo povo brasileiro, e que teve um triste fim na mão de um “monstro fingido”. Essa foi a Leopoldina retratada por Oberacker, uma mulher sem defeitos que deu a vida por amor. Um exemplo de mulher.

Em outra das obras que selecionei para discutir nesta monografia, Leopoldina ressurge como a esposa. A companheira de um grande homem. Uma mulher educada, talhada nas mais altas casas dinásticas, submissa, dedicada, resignada e apaixonada. Foi compreensiva e de extrema importância para o marido D. Pedro nos momentos decisivos da política do Brasil. Sempre esteve ao seu lado, sempre apoiando-o, reproduzindo aquele questionável ditado: “Atrás de um grande homem, está sempre uma grande mulher”. Não percebeu que havia raposas à espreita, invejando sua felicidade, e, quando percebeu, já era tarde, o feitiço já estava feito. E a solidão e a tristeza tiraram o brilho de seus lindos olhos azuis. É desta forma que Isabel Lustosa representa Leopoldina, em 2006.

Corre o ano de 2012 e Del Priore apresenta uma Leopoldina completamente diferente. Gordas, desleixada, preguiçosa, gulosa, mimada, carente e invejosa. Educada? Sim, até demais, beirando a soberba. Culta, refinada e carola. Extremamente religiosa, tudo era pecado, amar, ser amada, beijar, suspirar, pensar. Tudo era errado e imoral. Era apaixonada? Sim, mas idealizava um tipo de amor que só ela conhecia, um amor frígido, ficando magoada quando este não era correspondido pelo amado Pedro, homem enérgico, valente, viril e fogoso. A química

não fechava. Homem fegoso + Mulher frígida = Amante. Leopoldina era tão superior a D. Pedro que o levou a vagar pelo submundo da carne, onde encontrou Domitila. E quem era a futura amante do Imperador? Educada? Nem tanto. Culta? Nem um pouco. Apaixonada? Sim, muito. Ambiciosa, esperta, decidida, fegosa, carinhosa, ciumenta e brasileira. Domitila tinha tudo o que Leopoldina não possuía. Beleza, aparência, sociabilidade. Deu *match*⁴⁵, e Leopoldina, pobre Leopoldina, amava tanto que perdoou, e, com isso, adoeceu.

Cinco anos depois, em 2017, Rezzutti a resgatou. Para ele, Leopoldina não era feia, nem bonita, era educada, culta, generosa, amável, respeitosa, caridosa e extremamente apaixonada. E esta paixão a fortalecia. Para este autor, foi por amor que ela deixou sua terra natal, foi por amor que ela enfrentou o D. João, foi por amor que ela deixou para trás tudo que mais amava, foi por amor que ela liderou quando era preciso, foi por amor que ela conspirou, incentivou e decidiu, pela Independência do Brasil. Era esposa, era amiga, era amada pelo povo. Era feliz. Mas em seu caminho havia uma pedra. Logo ela, que amava mineralogia, não soube como estudá-la, a ponto de machucá-la. E foi assim que Domitila cresceu e tomou conta de tudo. Inclusive do Brasil. Para Leopoldina só restava o convívio com aquela dor que fingia não sentir, afinal tinha que manter as aparências. Até que não conseguiu mais fingir e que foi acometida por inteiro. Seu erro? Saber disfarçar bem, suas muitas personas lhe causaram a morte, e quando a verdadeira máscara veio à tona, já era tarde para Leopoldina. Mas não para o povo, que a continuou amando e honraria seu sacrifício para sempre. Para o autor foi Leopoldina quem deu ao Brasil a Independência, assim como uma mãe dá à luz a um filho.

Para a escrita desta monografia foi necessário ler as obras que me propus a analisar sob a perspectiva do conceito de representações e levando em consideração o seu contexto de produção. Me lembro das inúmeras conversas que tive com a professora Eliane Fleck, a minha orientadora, sobre a mudança de percepção sobre as quatro obras ao longo da escrita. A única obra que não havia lido era a de Carlos Oberacker, que se revelou, embora limitada ao seu tempo e contexto político, bastante vanguardista na minha avaliação, se consideramos o enfoque dado ao protagonismo

⁴⁵ "It's a match!": mensagem é exibida no Tinder, aplicativo de relacionamento, quando duas pessoas se curtem. O termo se popularizou no Brasil sendo usado como gíria para representar quando duas pessoas combinam (KOVACS, 2020).

de Leopoldina na atuação da Independência do Brasil. A obra de Del Priore foi a que mais aprimorou meus conhecimentos sobre as representações construídas sobre D. Leopoldina. O choque inicial que tive ao tomar contato com representações destoantes das dos outros autores cujas obras analisei me obrigaram a recuar e olhar com objetividade para o texto, procurando identificar os contextos e os interesses por trás de cada uma das construções feitas por Obercaker, Rezzutti, Lustosa e Del Priore.

Durante a escrita, me deparei, várias vezes, fazendo acusações a Leopoldina, me envolvendo, me identificando, me sensibilizando e, por minha adesão ao pensamento feminista, precisei policiar meus julgamentos o tempo todo. Principalmente, quando comecei a refletir sobre como eu, uma futura professora, apresentarei a primeira Imperatriz do Brasil aos meus alunos.

Creio que a melhor forma de descrevê-la para meus futuros alunos seja aquela que combine as que foram construídas por Paulo Rezzutti, que nos apresenta uma mulher estrategista e decidida na esfera política e diplomática, com as elaboradas por Del Priore, que mostram D. Leopoldina como uma mulher com questionamentos e angústias, desilusões e vitórias. Uma mulher como eu, como as mães das minhas futuras alunas, como as namoradas/esposas dos meus futuros alunos. Uma mulher real. Acredito ser, também, importante mostrar para minhas filhas, alunos e, principalmente, às alunas, que não há necessidade de diminuir uma mulher ou a sua atuação e postura para enaltecer outra.

Para finalizar esta monografia, compartilho o poema *Assim eu vejo a vida*, de Cora Coralina, que diz muito sobre as ambiguidades próprias do *ser mulher*, das muitas Domitilas e Leopoldinas que existem por aí:

A vida tem duas faces:
 Positiva e negativa
 O passado foi duro
 mas deixou o seu legado
 Saber viver é a grande sabedoria
 Que eu possa dignificar
 Minha condição de mulher,
 Aceitar suas limitações
 E me fazer pedra de segurança
 dos valores que vão desmoronando.
 Nasci em tempos rudes
 Aceitei contradições
 lutas e pedras
 como lições de vida
 e delas me sirvo
 Aprendi a viver.

REFERÊNCIAS

- AMBIEL, de Valdirene do Carmo. A Missão Leopoldina: Primeira Expedição da Missão Científica Austríaca ao Brasil no Séc. XIX. **Revista do IHGSP** (Instituto Histórico Geográfico de São Paulo), São Paulo, v. XCVIII, 2014.
- ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- BULCÃO, Clóvis. **Leopoldina: A princesa do Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco. 2013.
- BARROS, José Costa D' Assunção. Jacques Le Goff – Considerações sobre contribuição para a teoria da História. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 14, n. 21, 2 sem., 2013.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Millet. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BLOG RAINHAS TRÁGICAS. 2021. Disponível em: <https://rainhastragicas.com/>. Acesso em: abril/2021.
- BRASILIANA ICONOGRÁFICA. **A chegada de d. Leopoldina ao Brasil**. 2017. Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/artigos/20109/a-chegada-de-d-leopoldina-ao-brasil>. Acesso em: abril/2021.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão de identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. PORTER, Roy. História do corpo. In: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- CALABRE, Lia. Políticas Culturais no governo militar: O Conselho Federal de Cultura. In: XIII Encontro de História da ANPUH, 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUH, 2008. Disponível em: http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212692933_A_RQUIVO_Anpuh2008.pdf. Acesso em: abril/2021.
- CARVALHAL, Camila Minho. **A historiografia segundo Roger Chartier (1945-)**. Aula 4, DocPlayer, 2016. Disponível em: <https://docplayer.com.br/15505428-A-historiografia-segundo-roger-chartier-1945.html>. Acesso em: abril/2021.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier. **Diálogos**, Maringá, v. 9, n. 1, p. 143-165, 2005.

CASSOTTI, Marsílio. **A Biografia íntima de Leopoldina: a imperatriz que conseguiu a independência do Brasil**. 1 ed. São Paulo: Planeta, 2015.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2005.

CHARTIER, Roger. Introdução: por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.5, n.11, p. 173-191, 1991.

_____. "Cultura popular": revisando um conceito historiográfico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 179-192, 1995.

_____. O mundo como representação. In: **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 61-80.

_____. Escutar os mortos com os olhos. Tradução de Jean Briant. **Estudos Avançados**. [online] vol. 24, n. 69, p. 6-30, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142010000200002>. Acesso em: abril/2021.

_____. Defesa e ilustração da noção de representação. **Fronteiras**, Dourados, v. 13, n. 23, janeiro/junho, 2011. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/gthistoriaculturalrs/nocaoderepresentacao.pdf> Acesso em: abril/2021.

CATALOGO DAS ARTES. **Catálogo das Artes**, 2021. Obra. Disponível em: <http://www.catalogodasartes.com.br/obra/GPABUA/>. Acesso em: maio/2021.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 5 ed. São Paulo: Ática, 1995.

COSTA, Lílian Araripe Lustosa da. **A política cultural do Conselho Federal de Cultura 1966-1976**. Rio de Janeiro: FGV, 2011. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História, Política e Bens Culturais), Fundação Getúlio Vargas - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) 2011.

CURRÍCULO DO SISTEMA DE CURRÍCULOS LATTES (CNPQ). **Informações sobre Isabel Idelzuite Lustosa da Costa**. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/274658972014431>. Acesso em: abril/2021.

_____. **Informações sobre Mary Lucy Murray Del Priore**. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2135122024867878>. Acesso em: maio/2021.

D'ARAUJO, Maria Celina. **A Era Vargas**, São Paulo: Moderna, 2004.

DEL PRIORE, Mary. **A mulher na História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989.

_____. **História do amor no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. **Topoi**, v 10, n. 19, p. 7-16, janeiro - dezembro, 2009.

_____. **A carne e o sangue: A Imperatriz D. Leopoldina, D. Pedro I e Domitila, a Marquesa de Santos**. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

_____. **O mal sobre a terra: uma história do terremoto de Lisboa**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2015.

DEPOIS DO CAFÉ, ME EXPRESSO!! **Prêmio Jabuti**. Campo Grande, 2019. Disponível em: <https://depoisdocafe.com/tag/premio-jabuti/>. Acesso em: abril/2021.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/>. Acesso em: abril/2021.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FLORES, Moacyr. **Cartas de Dona Leopoldina**. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), 2008. Disponível em: <https://www.ihgrgs.org.br/artigos/membros/Moacyr%20Flores%20-%20Cartas%20de%20Dona%20Leopoldina.pdf>. Acesso em: abril/2021.

FORMIGA, Nilton S. Inventário do sexismo ambivalente em brasileiros: sua acurácia estrutural. **Salud & Sociedad**, v. 2, n. 2, mayo/agosto, 2011.

FRAZÃO, Dilva. Maria Antonieta, Rainha francesa: Biografia de Maria Antonieta. Ebiografia: 2019. Disponível em: https://www.ebiografia.com/maria_antonieta/. Acesso em: abril/2021.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). São Paulo, 2020. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/>. Acesso em: abril/2021.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GLAMURAMA. **Retrato raro da Imperatriz Leopoldina será exibido em mostra no Rio**. 2016. Disponível em: <https://glamurama.uol.com.br/retrato-raro-da-imperatriz-leopoldina-sera-exibido-em-mostra-no-rio/>. Acesso em: abril/2021.

GRAHAN, Maria. Correspondência entre Maria Graham e a Imperatriz Dona Leopoldina e Cartas anexas. In: **Escorço Biográfico de D. Pedro I**. Rio de Janeiro: Cadernos da Biblioteca Nacional, 2010.

HAHNER, June. E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850- 1937**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HIGONNET, Anne. Mulheres e imagens. Representações. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. História das mulheres no ocidente: Vol V. O século XX. Porto: Edições Afrontamentos, 1991.

KAISER, Gloria. **Dona Leopoldina: Uma Habsburgo no trono brasileiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

KALAMPALIKIS, N. Mitos e Representações Sociais. In: PAREDES E.; JODELET, D. **Pensamento mítico e representações sociais**. Cuiaba: EdUFMT IUNI, 2009.

KANN, Bettina; LIMA, Patrícia Souza. **D. Leopoldina, 1797-1826**. Cartas de Uma imperatriz. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

KOVACS, Leandro. O que é match no Tinder? [Como fazer e desfazer]. Tecnoblog, 2020. Disponível em: <https://tecnoblog.net/376990/o-que-e-match-no-tinder-como-fazer-e-desfazer/>. Acesso em: abril/2021.

LUSTOSA, Isabel. **D. Pedro I**. Um herói sem nenhum caráter. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LE LIVROS. **Le Livros**, 2021. product / D. Leopoldina – Paulo Rezzutti. Disponível em: < <https://lelivros.love/book/baixar-livro-d-leopoldina-paulo-rezzutti-em-pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online/>>. Acesso em: maio/2021.

MAGALHAES, W. L. O imaginário social como um campo de disputas: um diálogo entre Baczko e Bourdieu. **Albuquerque - revista de história**, vol. 8, n. 16, p. 92-110, julho-dezembro, 2016.

MIGUEL, Luis Felipe. Em Torno do Conceito de Mito Político. **Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP)** da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/wKTJtqBsKZsp7XZzcy5fKNH/?lang=pt>. Acesso em: abril/2021.

MOCELLIN, Natan. **A visão política da Imperatriz sobre o Brasil**. 2012. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade do Vale do Sinos (Unisinos). Rio Grande do Sul. 2012.

MUSEU DE ARTE DO RIO. 2017. Disponível em: <Http://Museudeartedorio.Org.Br/Exposicoes/Anteriores/>. Acesso em: abril/2021.

NASCIMENTO, Antônia Camila de Oliveira. A influência da ideologia patriarcal na definição dos brinquedos infantis. **Rev. Em pauta**, v.14, n. 37, p. 296-318, 2016. Disponível em: www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/viewFile/25399/18367. Acesso em: abril/2021.

PERROT, Michelle. **As mulheres e os silêncios da história**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

_____. **Os excluídos da história**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

_____. **Minha história das mulheres**. 2 ed. 6 reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019.

PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores. **D. João VI: um príncipe entre dois continentes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. **História & história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades. **Mundos Nuevos**, OpenEdition Journals, 2004. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/229?Lag=pt&lang=es>. Acesso em: abril/2021.

_____. Cultura e Representações, uma trajetória. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p.45-58, jan./dez. 2006.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. – 1 ed. 3 reimp. São Paulo: Contexto, 2018.

PINTO, Céli Regina Jardim. Mulher e política no Brasil: Os impasses do feminismo, enquanto movimento social, face às regras do jogo da democracia representativa. **Estudos Feministas**, n. 94, ano 2, 2 sem., p. 256- 270, 1994.

PORTO, Maria Emília Monteiro. **Cultura Histórica pós anos 70: entre dois paradigmas**. João Pessoa: UFPB, 2010.

REIS, Daniele Fernandes. Ideias subversivas de gênero em Beauvoir e Butler. **Sapere Aude**, Belo Horizonte, v.4, n.7, p.360-367, 2013.

REZZUTTI, Paulo. **D. Leopoldina: a história não contada: a mulher que arquitetou a Independência do Brasil** - Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

ROIZ, Diogo da Silva. **A coleção Perfis Brasileiros: Um estudo da biografia no mercado editorial brasileiro**. Paraná: UFPR, 2011. Pesquisa (Curso de Doutorado em História apresentada como Trabalho de Conclusão da disciplina: Tópicos especiais de História Contemporânea), Universidade Federal do Paraná, 2011.

SANTOS, Dominique Vieira Coelho dos. Acerca do conceito de representação. **Revista de Teoria da História**, Goiás, ano 3, n. 6, p. 27-53, Dez./2011.

SILVA, Alberto da Costa e. **A enxada e a lança: A África antes dos Portugueses**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloísa. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

SILVA, Maria Gabriela Evangelista Soares da. A História da Mulher através da análise da relação da Imperatriz Leopoldina com as Ciências Naturais. In: XVI Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, 2018, Campina Grande/Paraíba. **Anais...** Campina Grande/Paraíba: UFCC/UPEB, 2018.